



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**GABRIELA FREITAS DA SILVA**

**AS TRAJETÓRIAS LABORAIS DAS TRABALHADORAS DA CASA DA MULHER  
BRASILEIRA – CEARÁ: “EU ENCARO COMO UMA MISSÃO DE TRABALHAR O  
EMPODERAMENTO DAS MULHERES”**

**FORTALEZA**

**2023**

GABRIELA FREITAS DA SILVA

AS TRAJETÓRIAS LABORAIS DAS TRABALHADORAS DA CASA DA MULHER  
BRASILEIRA – CEARÁ: “EU ENCARO COMO UMA MISSÃO DE TRABALHAR O  
EMPODERAMENTO DAS MULHERES”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S58t Silva, Gabriela Freitas da.  
As trajetórias laborais das trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira - Ceará - "Eu encaro como uma missão de trabalhar o empoderamento das mulheres" / Gabriela Freitas da Silva. – 2023.  
144 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2023.  
Orientação: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.
1. Trajetórias Laborais . 2. Trabalho. 3. Mulheres . 4. Violência. 5. Vivência . I. Título.
- CDD 150
-

GABRIELA FREITAS DA SILVA

AS TRAJETÓRIAS LABORAIS DAS TRABALHADORAS DA CASA DA MULHER  
BRASILEIRA – CEARÁ: “EU ENCARO COMO UMA MISSÃO DE TRABALHAR O  
EMPODERAMENTO DAS MULHERES”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Aprovada em: 25/04/2023.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profª. Dra. Geruza Tavares D'Ávila  
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

---

Prof. Dr. Dímitre Sampaio Moita  
Universidade Cruzeiro do Sul

À Vó Maria, que é meu exemplo da busca constante pelo conhecimento.

“Dona Maria tem olhos brilhantes porque corre atrás do seu (*sonho*). E desde então, deu para ficar com os olhos em facho por aí, alumando o caminho”.

– *A Vida que Ninguém Vê*, Eliane Brum.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Marisa Freitas e Dalmir Cunda, que entregaram todo amor possível, me ensinaram sobre bondade, coragem e que somente a educação é capaz de transformar; fizeram dos meus estudos os seus principais objetivos de vida, e eu sou eternamente grata;

Ao Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Cássio Adriano Braz de Aquino que me guiou pelo percurso da pesquisa emprestando sua inteligência, perspicácia e sabedoria de forma generosa, acolhedora e profundamente respeitosa. Em todo momento encontrei nas nossas orientações espaço para reflexão crítica e aprendizado. Obrigada por mostrar que a academia também é possível para as pesquisadoras-trabalhadoras;

Ao Edilson Cavalcante, por toda parceria nessa longa caminhada. Pela compreensão da minha ausência, pelo cuidado diário, pelas leituras (e escutas) do texto, das ideias; por sempre estar perto e disponível, pronto para me lembrar das coragens gigantes que me acompanham. Obrigada por ser minha dupla da vida!

Às trabalhadoras que participaram dessa pesquisa meu agradecimento pela entrega, disposição e confiança de revisitarem suas histórias com tanta profundidade;

À Coordenadora da Casa da Mulher Brasileira – Ceará, Daciane Barreto, pelo acesso ao equipamento e gentileza em atender as demandas da pesquisa;

Enquanto pesquisadora-trabalhadora, agradeço às minhas chefes durante esse processo: inicialmente, à Dra Socorro França pelo apoio incondicional a minha entrada no Mestrado e, atualmente, a Profa Dra<sup>o</sup> Carla Melo da Escóssia, pela acolhida, estímulo e compreensão das necessidades dessa reta final;

À Eveline Rocha, amiga e colega de trabalho que não soltou a minha mão durante todo esse processo;

Às minhas colegas *Miçangas*, pela parceria, debates, possibilidade de sonharmos (e realizarmos) juntas!;

À Karine Freitas, prima e irmã, por se fonte inesgotável de amor e sempre um lugar seguro para pousar;

À minha amiga e cumadre Flávia Calé, por ser apoio desde antes do começo, por todo afeto, por insistir e se importar, por ser essa mulher inspiradora;

À minha amiga Luiza Bezerra, obrigada pela acolhida em um momento muito difícil

dessa caminhada, pelo compartilhamento de leituras, pela ajuda na reta final, por se fazer presente apesar do oceano que nos separa;

À minha amiga-irmã Eriane Pacheco, pelo acolhimento, pelo apoio e por me ajudar a acreditar que daria certo, por me trazer esperança quando veio ao Ceará e por cuidar de mim em Porto Alegre, por se fazer presente apesar dessa distância gigante;

Às minhas amigas (e amigo) Niara Farias, Taís Matos, Andréia Duavy, Mayara Viana e João Almeida que compartilhamos a dor e a delícia de sermos mestrandas (o) juntas (o), e cada uma foi fonte de energia para continuar a caminhada;

À Jenifer Cebulski e Michelle Antunes por serem presença profunda na minha vida, por *“Se o poço devorar, ele busca no fundo, é tão dez que junto todo stress é miúdo; é um ponto pra scorar quando foi absurdo”*.<sup>1</sup>

Ao NUTRA por ser espaço de crescimento intelectual. Em especial, à Camila Ricarte por todas as trocas nesse desafio que atravessamos juntas e à Eveline Nogueira, que desde sempre me acolheu e ajudou;

Ao professor Drº Dímitre Moita e professora Draº Geruza D’avila pela leitura do texto, e por me proporcionarem a experiência da qualificação de forma tão potente, com contribuições importantes;

À Universidade Federal do Ceará pela oportunidade de produzir conhecimento nessa casa, e, especialmente, por resistir aos tempos sombrios de descrédito da ciência no qual atravessamos nos últimos anos.;

Às mulheres que vieram antes de mim: pesquisadoras, professoras, artistas, operárias, militantes... àquelas que abriram o caminho para que pudéssemos ir mais longe, obrigada! Sou fruto da luta coletiva de todas vocês.

---

<sup>1</sup> Música Quem tem um amigo (tem tudo) - Emicida

## RESUMO

O trabalho tem função social, potencialidades e guarda aspectos subjetivos que o coloca como central na vida dos indivíduos. Em relação às mulheres, o trabalho tem características específicas, que pontuam para reverberações muito diferentes ao longo da vida. A pesquisa realizada foi vinculada à Psicologia Social do Trabalho (PST) e analisou as trajetórias laborais das trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira – Ceará (CMB). O espaço realiza atendimento especializado e integral às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, além de atividades que promovem o debate sobre o tema. Aproximando a categoria *vivência à trajetória laboral*, essa pesquisa levantou os aspectos individuais à decisão de trabalharem na CMB, buscou conhecer as vivências relacionadas à violência e descrever o percurso das vivências laborais das trabalhadoras. A pesquisa realizada é de cunho qualitativo, sendo utilizada entrevistas semi-estruturadas e o processo de análise a partir dos Núcleos de Significação. Foi identificada trajetórias laborais diversas, destacando a participação das trabalhadoras nos movimentos sociais; a presença de um forte compromisso subjetivo com a temática, distintas vivências com a violência em suas vidas e percursos plurais. A pesquisa também sinalizou características próprias do “tipo de trabalho” realizado no equipamento, tema que pode ser melhor explorados por outros estudos.

**Palavras-chave:** trajetórias laborais; trabalho; mulheres; violência; vivência.

## ABSTRACT

Work has a social function, potential, and subjective aspects that make it central in individuals' lives. Regarding women, work has specific characteristics that point to very different reverberations throughout their lives. The research conducted was linked to Social Psychology of Work (SPW) and analyzed the work trajectories of female workers at the Brazilian Women's House - Ceará (CMB). The space provides specialized and comprehensive care for women experiencing domestic and family violence, as well as activities that promote debate on the topic. By linking the category of experience to work trajectory, this research raised individual aspects related to the decision to work at CMB, sought to understand experiences related to violence, and describe the course of workers' work experiences. The research conducted is qualitative, using semi-structured interviews and the analysis process based on the Meaning Nucleus. Diverse work trajectories were identified, highlighting the workers' participation in social movements, the presence of a strong subjective commitment to the topic, distinct experiences with violence in their lives, and plural trajectories. The research also signaled characteristics specific to the "type of work" performed in the facility, a topic that can be further explored by other studies.

**Keywords:** work trajectories; work; women; violence; experience.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Planta Padronizada da Casa da Mulher Brasileira .....	55
Figura 2 - Parte da frente da Casa da Mulher Brasileira – Ceará .....	56
Figura 3 - Imagem lateral (com estacionamento) da Casa da Mulher Brasileira – Ceará.....	56
Figura 4 - Porta de vidro que dá acesso à Casa da Mulher Brasileira – Ceará.....	57
Figura 5 - Corredor interno, ao lado do jardim .....	57
Figura 6 - Apresentação do Instituto Kathiana Pena durante a abertura da atividade alusiva ao 8 de março de 2023, no Auditório CMB .....	60
Figura 7 - Divulgação de atividade alusiva ao 8 de março.....	60
Figura 8 - Divulgação do Seminário realizado em parceria da CMB com a Universidade Estadual do Ceará (UECE).....	61
Figura 9 - Divulgação de atividade alusiva ao Dia da Mulher .....	61
Figura 10 - Divulgação de atividade alusiva ao Dia Internacional de Luta Contra a Violência Contra a Mulher.....	62
Figura 11 - Comemoração do Aniversário da CMB .....	63

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Apresentação das informações de organização laboral.....	66
Quadro 2 - Identificação das participantes .....	78
Quadro 3 – Matilde: Indicadores e núcleos de significação .....	79
Quadro 4 - Kollontai: Indicadores e núcleos de significação.....	84
Quadro 5 - Melissa: Indicadores e núcleos de significação.....	89
Quadro 6 - Bibiana: Indicadores e núcleos de significação.....	94

## SUMÁRIO

	<b>PREÂMBULO</b> .....	13
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES</b> .....	24
<b>2.1</b>	<b>Reflexões sobre o trabalho nas políticas públicas para as mulheres</b> .....	30
<b>3</b>	<b>VIVÊNCIA COMO PROPOSTA DE APROXIMAÇÃO À TRAJETÓRIA LABORAL</b> .....	35
<b>4</b>	<b>VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: breves reflexões para compreender o contexto de construção do substrato do trabalho</b> .....	44
<b>5</b>	<b>TRAJETÓRIA DE IMPLEMENTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA – CEARÁ</b> .....	52
<b>5.1</b>	<b>Atividades desenvolvidas na Casa da Mulher Brasileira – Ceará</b> .....	63
<b>6</b>	<b>OBJETIVO</b> .....	68
<b>6.1</b>	<b>Objetivos Específicos</b> .....	68
<b>7</b>	<b>CAMINHO METODOLÓGICO</b> .....	69
<b>7.1</b>	<b>Escolhas Metodológicas</b> .....	69
<b>7.2</b>	<b>As trabalhadoras entrevistadas</b> .....	70
<b>7.3</b>	<b>Núcleos de Significação (NS) como Procedimento de Análise</b> .....	73
<b>8</b>	<b>TRAJETÓRIAS CONTADAS E ACOLHIDAS</b> .....	78
<b>8.1</b>	<b>Matilde - “A gente trabalha... pra que essas mulheres possam romper o ciclo da violência... né... e é muito gratificante.”</b> .....	79
<b>8.2</b>	<b>Kollontai - “A Casa por mais que tenha toda essa questão da violência, é um ambiente agradável de se trabalhar.”</b> .....	84
<b>8.3</b>	<b>Melissa - “Não que eu não soubesse que a violência doméstica existe... Lógico que eu sabia, mas não entendia.”</b> .....	88
<b>8.4</b>	<b>Bibiana - “Eu não vou transformar, mas eu vou botar um punhado de areia nessa transformação”</b> .....	93
<b>9</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	104
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	111

<b>APÊNDICE A – SISTEMATIZAÇÃO DA ETAPA DE PRÉ-INDICADORES E INDICADORES DOS NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO</b>	<b>125</b>
<b>APÊNDICE B – SISTEMATIZAÇÃO DOS NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO .....</b>	<b>139</b>
<b>APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .....</b>	<b>142</b>

## PREÂMBULO

A investigação sobre as trajetórias laborais das mulheres que trabalham na Casa da Mulher Brasileira - Ceará está relacionada à experiência profissional que iniciei em 2017. Desde esse período, trabalho com o desenvolvimento e implementação de políticas públicas para as mulheres no Ceará. Inicialmente, na Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres – vinculada ao Gabinete do Governador (GabGov) - e, posteriormente, na Secretaria Executiva de Políticas para as Mulheres – vinculada à Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS). Atualmente, componho a equipe técnica do Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência (PreVio), que está ancorado na Casa Civil do Governo do Estado do Ceará. Portanto, sou uma trabalhadora-pesquisadora sobre a temática do enfrentamento à violência contra as mulheres; onde atuo na elaboração e implementação de projetos que envolvam recorte de gênero. Essas estruturas públicas são destinadas à elaboração e implementação de ações que atendam às múltiplas demandas referentes às mulheres em suas diversidades; sendo espaços, prioritariamente, de articulação política, desenvolvimento de projetos e captação/execução de recursos. Portanto, minha aproximação, inicialmente, a essa questão aconteceu via o meu processo de trabalho.

Em meio às variadas demandas sobre a temática, a violência contra as mulheres é um fenômeno persistente e que necessita do lançamento de diversas estratégias para ser combatida. Atualmente, o Brasil está entre os países onde as mulheres mais são vítimas de violência no mundo. O Estado do Ceará está entre os oito mais violentos para as mulheres (WAISELFISZ, 2015) e foi o segundo estado com maior crescimento na taxa de homicídio de mulheres na década 2007-2017, segundo o Atlas da Violência de 2019 (IPEA, 2019). O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (BUENO; LIMA, 2020) mostrou um recuo nas denúncias durante a pandemia da Covid-19, embora houvessem aumentado as chamadas no Disque 190 para atendimentos de casos referente à violência contra as mulheres. Ainda durante esse período, os dados (BUENO; LIMA, 2021) apontam para um aumento de 4,4% da concessão de Medidas Protetivas de Urgência pelo Tribunal de Justiça.

Os números coletados durante a pandemia de Covid-19 corroboram que a residência não é um local seguro para muitas mulheres. Além disso, a pesquisa “Visível e Invisível: a

vitimização de mulheres no Brasil” (BUENO *et al.*, 2023) identificou que 28,9% das participantes relataram terem vivido algum tipo de violência ou agressão no período dos últimos 12 meses, sendo esse dado o maior da série histórica.

A expressão “violência contra as mulheres” define todos os atos de violência, dirigidos contra o gênero feminino, que causam ou possam causar prejuízo ou sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos às mulheres, incluindo a ameaça de tais casos e a restrição ou a privação arbitrária da liberdade, seja na vida pública ou na vida privada (BRASIL, 2006). A violência contra a mulher tem suas raízes nas desigualdades de gênero e no desequilíbrio de poder entre homens e mulheres, mas é também influenciada por uma complexa interação de fatores relativos ao indivíduo, à relação e à comunidade, articulados de diferentes formas na sociedade.

Exige-se do Estado um conjunto de medidas para combater a violência doméstica e familiar, garantindo proteção e assistência às vítimas desse crime. Existem serviços especializados, vinculados aos diferentes poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – que prestam serviços a essas mulheres, atuando em rede (rede de atendimento especializado) e também são articulados com a estrutura Estadual de Políticas Públicas. É nesse contexto que tive a oportunidade de me aproximar de pessoas que trabalhavam no atendimento com mulheres em situação de violência doméstica e familiar. As atividades eram variadas: atendimentos jurídico e psicológico, acolhimento institucional, encaminhamentos para a rede socioassistencial, entre outras. Mesmo empiricamente, observei algumas características em comum nessas pessoas: a maioria eram mulheres, tinham um discurso carregado de comprometimento com o combate à violência contra as mulheres e contavam experiências de dificuldades em realizarem seus trabalhos (por limitação estrutural do local de trabalho, por limitações do sistema de justiça ou outros órgãos nos quais as mulheres precisavam de atendimento), na maioria das vezes com o reconhecimento de um contexto machista e patriarcal presente na sociedade.

Buscando facilitar o acesso aos serviços para as mulheres em situação de violência, em 2018, o Governo do Estado inaugurou a Casa da Mulher Brasileira (CMB)– Ceará, unificando no mesmo espaço físico os principais serviços de atendimento especializado às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Além das profissionais dos diferentes órgãos envolvidos nesse serviço, houve a contratação de outras que trabalham na área administrativa.

Inicialmente, esse equipamento esteve vinculado ao Gabinete do Governador (GabGov), posteriormente à Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) e atualmente à Secretaria das Mulheres do Estado do Ceará.

Mobilizada pelas discussões nas disciplinas do Mestrado em Psicologia, especialmente nos encontros do Núcleo de Psicologia do Trabalho – UFC e sob orientação do Profº Drº Cássio Braz de Aquino, o objeto de pesquisa foi se consolidando a partir da reflexão de alguns aspectos que constituiriam o cenário da atividade desenvolvida pelas trabalhadoras que ali atuavam. Inicialmente, a identificação de que as trabalhadoras da CMB, apesar de terem várias atividades distintas, têm a violência como substrato do trabalho. Suas atividades não pressupõem o contato direto com a violência doméstica e familiar das quais as atendidas foram expostas, mas se faz presentificada a partir dos relatos das usuárias atendidas no local. Nesse sentido, suscitou o questionamento sobre os sentidos atribuídos pelas trabalhadoras sobre suas próprias atividades laborais. Além disso, os vínculos empregatícios experimentados pelas profissionais que trabalham na CMB também provocaram o interesse científico de identificar quais são os percursos laborais dessas mulheres até chegarem a esse trabalho.

Portanto, a identificação da trajetória laboral das profissionais da Casa da Mulher Brasileira – Ceará (CMB) é um exercício para compreender se essas trabalhadoras identificam uma relação existente entre suas atividades de trabalho e o combate à violência contra a mulher, quais sentidos elas atribuem ao seu trabalho e quais são os percursos laborais que foram trilhados até a vinculação com o referido espaço. Dessa forma, esperamos promover uma aproximação às histórias de vida laborais dessas mulheres, identificando se, das vivências individuais e coletivas desse trabalho, emergem elementos que apontem para uma “classe trabalhadora no enfrentamento à violência contra a mulher” e, dessa forma, jogar luz às dinâmicas individuais e coletivas desse processo.

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar das constantes transformações, o trabalho continua sendo elemento fundamental de organização social e com alto valor subjetivo para as pessoas. É um processo de transformação da natureza, no qual transforma também o próprio homem (MARX, 1985). O trabalho é considerado a categoria que funda o ser social, sendo central no processo de desenvolvimento da sociedade e exposto aos macropoderes (que moldam seu formato) acarretando impactos no modo de fazê-lo. Sato, Coutinho e Bernardo (2017) afirmam que:

O trabalho é compreendido assim, em sua materialidade e historicidade o que exige a consideração das relações de poder presentes da divisão social do trabalho e nos valores e ideologias – aqui entendidas no sentido marxista -, bem como das condições e peculiaridades do capitalismo contemporâneo. (SATO; COUTINHO; BERNARDO, 2017, p. 13).

A Psicologia Social do Trabalho (PST) tem a categoria trabalho como centro de seus estudos, buscando evidenciar as experiências do trabalho sob a lógica dos próprios trabalhadores, valorizando suas narrativas e reconhecendo suas vivências como elementos importantes para a identificação das transformações do próprio trabalho. A PST foi desenvolvida em um período recente, ancorada nos estudos desenvolvidos, especialmente, na América Latina e em consonância com a Psicologia Social Crítica, tem a marca das características nacionais (BERNARDO *et al.*, 2017) e não é uma teoria finalizada.

Sendo assim, podemos afirmar que a PST tem os marcos teóricos firmados em uma psicologia crítica, que repensou seu papel de mediar a relação entre trabalhador e capital fixada na ideia de gerar lucro. Passando a questionar as dinâmicas de poder macro e micropolíticas e, principalmente, compreendendo esses fenômenos a partir da perspectiva dos trabalhadores. Sato (2010) descreve a Psicologia Social do Trabalho (PST) como:

[...] toma o mundo do trabalho como foco de estudos e problematização não tendo como preocupação inicial construir e delimitar um espaço de aplicação. Informada pela Psicologia Social, aqui importam os problemas sociais e humanos no trabalho, presentes nos espaços organizacionais e fora dele. Interessa compreender fenômenos como: identidade, processos de interação social, processos de percepção e de cognição social e a subjetividade. Tais fenômenos são estudados entre trabalhadores e trabalhadoras dos segmentos populares, focalizando os momentos da produção e da reprodução. (SATO, 2010, p. 43).

Os processos subjetivos são destacados nos estudos sobre o trabalho. E, percebemos,

que mesmo com todos movimentos advindos da reestruturação produtiva que têm impactado o trabalho, ele segue sendo fonte de potencialidade da existência e reconhecimento. É o elemento que serve como sustento próprio e da família dos indivíduos, mas também contribui na identificação da pessoa no coletivo social, tendo um papel destacado na produção da subjetividade. Navarro e Padilha (2007) apresentam o trabalho como fonte de experiência psicossocial, dada a sua centralidade na vida das pessoas; ocupando parte importante do espaço e do tempo em que se desenvolve a vida humana nos tempos atuais. Segundo as autoras, o trabalho:

[...] não é apenas meio de satisfação das necessidades básicas, é também fonte de identificação e de autoestima, de desenvolvimento das potencialidades humanas, de alcançar sentimento de participação nos objetivos da sociedade. Trabalho e profissão (ainda) são senhas de identidade.(NAVARRO; PADILHA, 2007, p.14).

A amplitude das reverberações do trabalho na vida dos indivíduos, também pode impactar a saúde dos mesmos. Chaves e Aquino (2021) apontam as repercussões na saúde psíquica dos indivíduos, sendo relevante para o bem estar individual, fortalecendo os vínculos de pertencimento ao grupo, gerando fortalecimento social e valorização da vida. O trabalho tem contribuído para o desenvolvimento das civilizações e mesmo com a progressão do capitalismo e diferentes representações históricas, segue reverberando em diferentes aspectos na vida das pessoas.

Nesse sentido, reconhece-se os processos internos, que influenciam/moldam as subjetividades daqueles que trabalham, assim como o compreende o trabalho como processo coletivo, no qual cumpre função social. Antunes (2018, p. 112) resgata a processualidade do trabalho, afirmando que: “Ao mesmo tempo que a ação sobre a natureza a altera, também existe um processo de autotransformação. E é nessa dinâmica que o trabalho-humano social se converte em elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana.”

O trabalho se presentifica de forma distinta na vida das pessoas. Em muitos casos desde muito cedo, moldando as expectativas e objetivos para um trabalho idealizado (ou na busca de fugir de algum tipo de trabalho menos valorizado socialmente). A entrada no mundo do trabalho dá-se de forma diferente para cada pessoa; a classe social, a raça e o gênero são dispositivos que influenciam nesse acesso. Kergoat (2019, p. 290) refere-se ao conceito de consubstancialidade: “a unidade de substância entre três entidades distintas, ele permite pensar o mesmo e o diferente num único movimento”. Considera que, mesmo diferentes entre si, as

relações sociais precisam ser compreendidas de forma conjunta, explicando as diferenças sociais através dos diferentes papéis no meio de produção, mas também abarcando o gênero e raça como marcadores que especificam esse processo na vida das pessoas.

Por isso, a consubstancialidade contribui para identificarmos a especificidade do encontro dessas três marcas diferentes (gênero, raça e classe) na sociedade. De forma imbricada e em constante movimento, elas são sempre repetidas no processo histórico e “essas relações não são redutíveis umas às outras, mas se produzem e reproduzem por movimento permanente de imbricação” (FERREIRA, 2017, p. 42). Repetindo uma série de características que colocam as mulheres, especialmente as negras e pobres, em desvantagem ao acesso de serviços de saúde e educação, ao mesmo tempo que as expõe aos trabalhos mais precários.

As transformações do mundo do trabalho têm acarretado mudanças profundas na vida das pessoas, englobando os próprios conceitos daquilo que se considera um “trabalho” ou quem é um “trabalhador/a”. Observamos que os processos de acumulação do capital estão relacionados às transformações do Capitalismo e, portanto, às mudanças da organização do trabalho. Antunes (2009) resgata o percurso dessa transformação desde o século XX, quando praticamente o Taylorismo/Fordismo foi a principal forma de organização do trabalho. O período, marcado pelas indústrias (com uma grande produção de automóveis) privilegiava o trabalho verticalizado, homogeneizado, mesclando máquinas com o trabalho humano e exigindo a máxima racionalização durante a produção.

A supressão da dimensão intelectual dos trabalhadores era uma “política de funcionamento” desse modo de produção, existindo uma definição entre aqueles trabalhadores encarregados do trabalho “braçal” e a gerência que “pensava” o funcionamento da empresa. Parte desses trabalhadores tinham a tarefa de operar os maquinários, colocando a sua capacidade cognitiva a serviço do capital. Contudo, o formato fortemente hierarquizado rompia com a percepção de uma “classe trabalhadora”, fragmentando essa organização. Ainda assim, Antunes (2009) afirma que, no início dos anos 1970, os trabalhadores realizaram importantes movimentos de resistência, alguns individuais (como fuga do trabalho) e outros coletivos (como as greves).

Reconhece-se, a partir da década de 1970, uma nova reorganização da dominação do capital, fazendo transformações profundas em termos capitalistas e nas esferas da sociabilidade: o toyotismo. Alves (1999) indica que:

O toyotismo não é considerado um novo modo de regulação do capitalismo [...] o

potencial heurístico do conceito de toyotismo é limitado à compreensão do surgimento de uma nova lógica de produção de mercadorias, novos princípios de administração da produção capitalista, de gestão da força de trabalho, cujo valor universal é constituir uma nova hegemonia do capital na produção, através da captura da subjetividade operária pela lógica do capital. (ALVES, 1999, p. 74).

Essa nova fase se caracteriza por ser tecnologicamente mais avançada, com inserção de computadores, num processo mais informatizado e mais enxuto no número de trabalhadores. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente às empresas terceirizadas. Utilizando novas técnicas de gestão da força de trabalho: trabalho em equipe, “células de produção”, “times de trabalho”, grupos semi-autônomos, além de requerer o “envolvimento participativo” dos trabalhadores (ALVES, 1999).

A partir desse período, percebe-se uma mudança significativa nas questões do trabalho, sendo a precariedade uma ferramenta da crise da sociedade salarial. Aquino (2008) faz uma discussão sobre a precarização do trabalho, resgatando a ‘crise da sociedade do trabalho’ a partir das novas características vinculadas ao trabalho: flexibilização de vínculos, criação de empresas multinacionais, diversificação dos trabalhos. Segundo o autor, existe a substituição de uma homogeneização comum à etapa salarial pela intensa diversificação dos vínculos laborais; fato que reverbera nas estratégias e vivências dos trabalhadores.

O Neoliberalismo, sendo o novo patamar do Capitalismo, utiliza amplamente as plataformas virtuais, produz uma série de flexibilizações de direitos e fragmenta os laços entre trabalhadores. Esses processos transformam também a sociedade, deixando marcas importantes em todos envolvidos. Ademais, considerando as profundas diferenças construídas socialmente entre homens e mulheres, podemos aferir que esses processos são especialmente difíceis para as mulheres, principalmente se elas forem negras e pobres. Arruzza, Bhattachaya e Fraser (2019) afirmam que existe um processo de substituição do trabalho industrial, com trabalhadores sindicalizados, por trabalhos de serviços, onde a noção coletiva se vê profundamente comprometida. Há uma progressiva desvalorização dos salários, o que gera o empobrecimento desses/as trabalhadores/as, que são, em sua maioria, racializados.

Sobre a inserção da população negra no mercado de trabalho formal, é necessário compreender esse processo à luz do racismo estrutural que compõe a formação histórica do país. Madeira e Medeiros (2018) apontam que a superexploração do trabalho do povo negro marcou o processo de acumulação de capital no Brasil, no entanto, o processo de término da escravidão não

garantiu acesso à saúde, educação e trabalho ao povo escravizado; culminando numa herança que corrobora com a visão de que os trabalhos braçais e menos valorizados devem ser ocupados por pessoas negras. As autoras explicam que: “A população negra, como *classe trabalhadora livre*, no exercício abstrato dessa *liberdade*, na dinâmica do capitalismo tardio brasileiro, foi lançada na ocupação dos piores empregos e no adensamento no *exército de mão de obra* de reserva nacional[...]” (MADEIRA; MEDEIROS, 2018, p. 224). O recorte racial não é o principal objeto de pesquisa deste projeto, no entanto, entendemos que é um elemento importante para compreendermos as diferentes trajetórias laborais das mulheres em questão.

A experiência laboral das mulheres é também impactada no contexto de Neoliberalismo e por isso recebe contornos desse processo de modo individual e coletivo. Esse sistema se caracteriza com alguns aspectos: redução de gastos pelo Estado; o mercado de trabalho, comercial e financeiro desregulado e a facilitação da mobilidade das relações entre empregados e empregadores num processo de globalização (NAVARRO, 2021). Essas condições implicam em redução de serviços básicos para a população, como acesso à saúde, educação pública e garantia de direitos trabalhistas. As mulheres, na maioria das famílias, cumprem o papel de cuidadoras dos demais membros. Sendo assim, a ausência de creches ou demais equipamentos que contribuam com os “serviços do cuidado” impacta de forma distinta a jornada de trabalho delas.

Brown (2019) apresenta a relação articulada entre moral e mercado presentes no Neoliberalismo sustentando a ordem estabelecida. Portanto, elementos que agem de forma a manter uma lógica de desvalorização do trabalho da mulher; visto que isso ainda está associado à ideia de um trabalho inferiorizado. Atributos de gênero, implicando às mulheres características vinculadas a um comportamento mais doce e gentil, reforçam a ideia de papéis sociais no qual se espera que as mulheres cumpram e “conformam trajetórias que influenciam mais tarde a inserção no mercado de trabalho, fenômeno que se expressa na noção de divisão sexual do trabalho” (CHAVES; AQUINO, 2021, p. 158). A partir dessa consideração, é fácil encontrarmos, nas nossas próprias lembranças, mulheres trabalhadoras que nos atenderam/cuidaram, sejam como professoras, psicólogas, enfermeiras ou assistentes sociais.

Além disso, percebe-se que, apesar da significativa participação das mulheres no mercado de trabalho, são elas que seguem sendo responsáveis pelos trabalhos domésticos e dos

cuidados da família. A pesquisa “Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil”, utilizou amostras coletadas em 2019 e foi publicada pelo IBGE (2021) apresentando informações referentes a essa realidade. Segundo os dados, o indicador “nível de ocupação das pessoas de 25 a 49 anos”, aponta que, entre a população com idade para trabalhar, as residências que têm a presença de crianças de até 3 anos, impacta na ocupação das mulheres no mercado de trabalho: 54,6% das mulheres que possuem crianças nessa faixa etária estão trabalhando, enquanto esse número é de 67,2% entre aquelas que não possuem. Entre as mulheres pretas ou pardas, o índice de ocupação foi inferior a 50% no ano de 2019. Entre os homens, 89,2% dos que têm criança de até 3 anos na residência estão trabalhando.

A pesquisa também apontou o tempo dedicado aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos: enquanto a média de tempo das mulheres foi de 21,4 horas semanais, a média dos homens foi de apenas 11,0 horas. Além disso, as mulheres pretas e pardas tiveram mais tempo envolvidas nessas atividades: 22 horas semanais e as mulheres brancas 20,7 horas semanais. Portanto, as atividades relacionadas ao cuidado (de outras pessoas e das tarefas domésticas) seguem ocupando mais tempo da vida das mulheres, quando comparada a dos homens. Hirata (2009) afirma que, para compreender a precarização da divisão sexual do trabalho, é necessário ampliar a leitura para as dimensões do extra-trabalho doméstico, que fica a cargo das mulheres.

Mesmo o Estado tendo responsabilidade com a educação, saúde e bem-estar dos cidadãos, é o tempo das mulheres que fica comprometido com parte dessas tarefas. Em raciocínio neoliberal, de diminuição das funções do Estado, essas questões ficam mais evidentes. Rocha (2017) afirma sobre a lógica do pensamento neoliberal: é necessário manter as mulheres realizando as tarefas relativas aos cuidados com a família e atividade doméstica, pois assim repõe-se a falta de investimentos em políticas públicas destinadas à prestação desses serviços.

Sobre a articulação do neoliberalismo e as questões de gênero, consideramos que a atual fase do neoliberalismo tem a presença da economia liberal articulada com costumes baseados na moral, tendo a família como um espaço de autoridade e controle (BROWN, 2019). Além disso, regras em torno das questões de gênero, raça e heteronormatividade também se fazem presentes na busca para que o Estado interfira nas questões relativas à propriedade privada e, por consequência, em casamentos. Losurdo (2015) destaca como o neoliberalismo, junto com a

chamada “direita”, liquida o movimento socialista e também as ideias de igualdade que eram herança da Revolução Francesa. Para o autor, o neoliberalismo e a Nova Direita unem-se pelo conceito universal de homem. Citando Benoit (1974), o autor afirma que a ideia de homem livre está associada a uma “versão laicizada do monoteísmo judaico-cristão” (BENOIT, 1974 *apud* LOSURDO, 2015, p. 43). Ademais, a articulação das ideias liberais da economia encontram cumplicidade e respaldo no campo da moralidade, elaborando justificativas que defendem a liberdade de mercado e das pessoas (desde que elas correspondam a um padrão específico).

Sendo assim, a carga de trabalho doméstico e de cuidados à qual as mulheres são expostas (como já apresentamos anteriormente), a falta de serviços públicos suficientes para garantir o cuidado de crianças e idosos – recaindo às mulheres essa função - o processo de flexibilização de direitos trabalhistas são fatores que, de forma individual ou imbricada, atravessam a vida das mulheres. Essas questões são atreladas às ideias estruturantes da sociedade, que buscam predeterminar aspectos relacionados ao papel das mulheres (reverberando no acesso à educação e trabalho) e, sendo assim, contribuindo para moldar as trajetórias laborais das mulheres. Portanto, podemos compreender essa realidade também como uma forma de violência simbólica na qual todas as mulheres estão expostas, que tem respaldo em um sistema patriarcal.

No contexto da articulação de valores morais e neoliberalismo, os valores referentes à propriedade e família se destacam, intensificando o cerco sobre a autonomia das mulheres, seja nas decisões relativas aos direitos reprodutivos, seja no impacto da tripla jornada de trabalho. Isso porque, embora espera-se que o estado tenha controle sobre essas questões individuais, a premissa dos investimentos do estado na sua própria estrutura é pouca. Sobre isso, Rocha (2017) afirma:

A ideia do Estado mínimo levou à redução dos equipamentos sociais, como creches, e à precarização das políticas públicas na educação, saúde, habitação e saneamento no Brasil. Essa redução levou a um aumento da sobrecarga doméstica para as mulheres. Além disso, a exclusão social, efeito da política neoliberal, trouxe um aumento do desemprego e a flexibilização no mundo do trabalho, com maior impacto para as mulheres. (ROCHA, 2017, p. 4).

Atualmente, no Brasil, a Emenda Constitucional 95/2016 (que limita os gastos públicos), a Lei da Terceirização e a imposição da Reforma Trabalhista são exemplos de medidas da agenda neoliberal que impactam na flexibilização de direitos (ALVES, 2018) e têm

reverberações individuais e coletivas em toda sociedade. Considerando os dados já apresentados sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a desigual carga de trabalho com os cuidados, podemos inferir que os impactos têm características específicas sobre suas vidas pessoais e, também, em suas trajetórias laborais.

Além disso, é importante pensar as características típicas do sistema Neoliberal à luz das especificidades de desenvolvimento de cada região, considerando seu processo histórico e os diferentes impactos acarretados na realidade do trabalho. Sobre isso, Aquino (2020) discute a precarização, neoliberalismo e a questão social no Nordeste, resgatando que:

No Nordeste, prevaleceu, basicamente até os anos 1970, uma economia voltada à dinâmica agrícola, baseada sobremaneira em relações de trabalho descobertas de direitos e garantias e em relações informais. Os trabalhadores, em sua maioria, estavam apartados da cidadania regulada que marcou a realidade brasileira em algumas regiões – de forma especial o Sul e o Sudeste – até o final da década de 1980. Caracterizar a precarização como a ausência ou perda gradativa de direitos e garantias atreladas ao trabalho era sem sentido, uma vez que, em sua base, a precariedade demarcava o cenário laboral, seja pelo tipo de atividade econômica prevalente, seja pela dominância de regras pouco formalizadas de vínculos laborais. O empresário ou patrão assumia a lógica paternalista antes que a salarial. (AQUINO, 2020, p. 58).

Portanto, ao discutir a inserção das mulheres no mundo do trabalho, consideramos esse processo histórico de formação de um contexto Neoliberal, no Estado do Ceará. Soma-se a isso as demarcações históricas e sociais que rotulam as mulheres, transbordando pré-conceitos e papéis específicos também para o ambiente laboral, atributos que igualmente caracterizam o sistema patriarcal. Então, compreendemos que as trajetórias laborais das trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira - Ceará também estão marcadas por esses processos. Além disso, consideramos que esse “local de trabalho” é espaço de execução de políticas públicas e, por isso, detém elementos singulares. Nesse sentido, buscaremos apresentar, a seguir, uma breve discussão sobre políticas públicas para as mulheres.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

Investigar questões relacionadas à atividade de mulheres que trabalham em um equipamento inovador, voltado para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, exige que possamos ampliar nosso olhar sobre esse “local de trabalho”. Compreendendo que a Casa da Mulher Brasileira – Ceará foi concebida como uma ação vinculada ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que compunha uma política pública para o enfrentamento à violência contra as mulheres, é relevante situar alguns marcos políticos e apresentação de conceitos desse processo. O resgate desse percurso deve contribuir para a identificação do tempo/espaço em que esse trabalho específico está situado e, portanto, sendo impactado também por esse contexto histórico.

A conceitualização de política pública que trabalharemos nessa dissertação vincula-se ao reconhecimento de uma estratégia específica para atender uma demanda em comum. No entanto, essa compreensão nem sempre foi unânime, havendo diferentes formas de abordagens, o que reflete uma disputa existente na sociedade sobre as formas de desenvolvimento da economia e seus distintos impactos. Essas questões influenciam de maneiras distintas a elaboração do conceito de “políticas públicas”.

Nos Estados Unidos, sob forte influência do Positivismo e da economia liberal, as políticas públicas surgem no pós-Segunda Guerra Mundial como a estratégia com forte viés científico para a gestão governamental (SCHMIDT, 2018). Na Europa, o desenvolvimento das políticas públicas aconteceu principalmente na década de 1970, já no Brasil, a década de 1980 marca o início desse processo. O fim da ditadura abre um novo momento para acessar a “caixa-preta” do funcionamento do estado e posiciona esse tema como um dos mais estudados nos cursos vinculados às ciências políticas e sociais.

A origem da definição de “políticas públicas” reflete a compreensão histórica que foi consolidando as ideias sobre o “público” e “privado” assim como o que é “política”. A característica do bem público está relacionada a ser um “bem” disponível a todos, enquanto o bem privado está disponível a quem possa pagar para consumi-lo (PARSONS, 2007). A divisão desses dois espaços (público e privado) remete à ideia do que pode ou não ser regulado, sofrer intervenção governamental. O autor apresenta a influência do pensamento liberal na definição de

qual papel as políticas públicas deveriam desenvolver: uma estratégia que pudesse conter os danos gerados por um sistema regulado pela lógica do lucro para apenas parte da população. Quando surge a “nova direita”, com autores como Hayek, considera-se um erro promover políticas públicas para o interesse público, pois defende-se que os interesses públicos só poderiam ser atendidos através dos interesses privados.

Embora o conceito de políticas públicas esteja mais consolidado como uma estratégia voltada à resolução de um problema coletivo, é necessário considerar que tal conceito também está sempre em disputa, sendo passível de novas interpretações. Isso acontece porque “políticas públicas” é um conceito interligado ao funcionamento do Estado, estando exposto à lógica hegemônica de determinado contexto histórico. Da mesma maneira que, atualmente, é reconhecida a relevância do papel da sociedade civil para a elaboração e acompanhamento da implementação de uma política; essa característica pode deixar de ser relevante em outro contexto.

Contudo, o entendimento do que são as políticas públicas está mais próximo de uma concepção que busque desenvolver estratégias para a resolução de problemas coletivos. Apesar dos conceitos variarem - Lima, Steffen e D’Ascenzi (2018) afirmam que é uma tarefa exigente definir o conceito considerando tantas perspectivas e históricos distintos. Existe uma compreensão de que as políticas públicas são criadas para um problema posto na sociedade, ainda que atinja de forma distinta cada grupo específico. “A política pública é uma resposta a um problema político [...] as políticas designam iniciativas do Estado (governos e poderes públicos) para atender demandas sociais referentes a problemas políticos de ordem pública ou coletiva.” (SCHMIDT, 2018, p. 122).

É através da criação de leis, tributos, programas e projetos que a política pública deixa de ser um conceito abstrato e ganha materialidade (SECCHI, 2020) enquanto existência real. Fernández Arroyo e Schejtman (2012), citando Tamayo Sáez (1997), afirmam que as políticas públicas são várias ações, projetos e decisões que o governo toma sobre algum problema, onde esse problema é compreendido assim não só pelo próprio governo, mas pela sociedade também. As políticas públicas mobilizam diversas instâncias de governo e distintos atores da sociedade, não é linear, faz parte de um processo político e social, e sendo assim, está vulnerável às mudanças da conjuntura política. Silva *et al.* (2017) apontam para o papel do

Estado e Governo nos desdobramentos das políticas, destacando as nuances e importantes conflitos existentes ao longo do ciclo de implementação das políticas públicas.

A complexidade das definições sobre o tema são amplas, por isso as políticas públicas podem ser delimitadas a partir de alguns elementos: o elemento processual, que está relacionado ao conjunto de decisões implementadas por diferentes atores; a finalidade de responder alguma demanda reconhecida socialmente como um problema social e que expressam o entendimento sobre determinado assunto, naquela determinada fase, ou seja, sendo passível de influência da sociedade. Além desses, existe o elemento referente à interação e ao conflito entre os atores da sociedade e a consequência da política pública como transformação da ordem local (LIMA; STEFFEN; D'ASCENZI, 2018).

Percebe-se, assim, como é enredado o processo de criação de uma política pública. A fim de propor uma reflexão desse processo sobre a execução de um trabalho voltado ao atendimento de mulheres em situação de violência, caracterizado como a execução das políticas públicas, é relevante observar a amplitude de atores envolvidos nesse processo de criação. Lima, Steffen e D'ascenzi (2018) destacam alguns atores: políticos eleitos (e aqueles que são designados por eles para ocuparem cargos de chefia e liderança), burocratas, grupos de interesse, mídia, beneficiários e agências reguladoras.

No exercício de realizar uma aproximação desses atores no contexto das políticas públicas de combate à violência contra as mulheres no Brasil, podemos inferir que os políticos eleitos (poder executivo e legislativo) defendem seus posicionamentos nessas instâncias de poder, conforme suas visões de mundo. Ou seja, podem contribuir para aprovação de pautas/políticas que favoreçam os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência e aprovelem fomentos para ações de enfrentamento à violência contra as mulheres. Contudo, também podem usar esse espaço político para aprovar projetos que minimizem a importância das ações que visem o fim da violência contra as mulheres. Isto é, esses espaços compostos por políticos eleitos configuram-se uma arena de disputa do direcionamento das políticas públicas para as mulheres.

Ainda dialogando com a afirmação dos autores Lima, Steffen e D'ascenzi sobre os atores presentes nas políticas públicas; os/as burocratas (trabalhadores concursados) são aqueles presentes nos espaços do Estado: juizados, delegacias, serviços de saúde, etc. Os grupos de interesse são os diferentes movimentos de mulheres (ligados aos movimentos sociais, coletivos

universitários, coletivos de periferia, pastorais da igreja), enquanto as beneficiárias seriam todas as mulheres. Essa reflexão contribui para identificar como a participação dessa construção é diversificada, permitindo a abertura de um campo de observação sobre as pessoas que atuam nesse espaço. Nosso projeto propõe aproximar-se dessa realidade através da investigação das trajetórias laborais das trabalhadoras da rede de atendimento especializado às mulheres em situação de violência (Casa da Mulher Brasileira – Ceará).

O panorama sugerido aponta para um plano de fundo da elaboração de políticas públicas para as mulheres, marcado pela disputa de visão de mundo profundamente distintas, tendo atores em polos opostos muitas vezes. Cabe ressaltar que essas divergências não se encerram na sociedade quando se consolida a política pública, elas seguem em conflito. As políticas públicas, como já apresentado, estão intimamente relacionadas com o poder político e influenciadas pela sociedade, portanto, seguem em constante contenda.

Portanto, a criação de uma política pública requer amplitude, diálogo, mobilização dos atores envolvidos e, principalmente, reconhecimento da sociedade que existe uma demanda a ser solucionada. Essa última característica nos ajuda a compreender porque tão recentemente pauta-se mais o tema da violência contra as mulheres, assim como aponta para os desafios de trabalhar na execução de uma política pública ainda tão recente e, portanto, sensível às divergentes opiniões acerca da relevância do problema posto. O reconhecimento formal da igualdade de direitos entre homens e mulheres data de 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O artigo 1º, que versa sobre “nascer livre e iguais em dignidade” apresenta a ideia de que as mulheres são cidadãs de direitos também, não estando submissas em relação aos direitos aos homens apenas por terem nascido como mulheres (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

O Brasil foi signatário de outros documentos internacionais que foram elaborados com vistas a reconhecer a violência contra as mulheres como uma forma cruel de relação: a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as formas de discriminação contra a mulheres (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1979) e a Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos em Viena, (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993) que reconheceu a violência contra as mulheres uma violação dos Direitos Humanos. A Constituição Federal (BRASIL, 1988) trouxe a garantia de igualdade entre homens e mulheres.

Além disso, a Conferência Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as mulheres (conhecida como Convenção de Belém – Pará) ampliou a compreensão do que é a violência contra as mulheres (o conceito apresentado no documento é o mesmo utilizado na Lei Federal 11.340/06). No entanto, apesar de todos os compromissos assumidos com a comunidade internacional e até a elaboração de uma nova Constituição Federal (que teve participação efetiva das mulheres na garantia dos direitos<sup>2</sup>), a prática do acesso aos direitos iguais ainda está distante da vida das mulheres (CAVALCANTI, OLIVEIRA; 2017). E, portanto, as medidas para o enfrentamento da violência contra as mulheres pouco consolidadas.

Na década de 1980, as políticas públicas para atender essa demanda se resumiam na criação de Delegacias Especializadas e Casas-Abrigo. Com forte presença dos movimentos feministas na luta pela implementação desses equipamentos: os Conselhos de Direitos das Mulheres estavam organizados em muitas cidades do Brasil e, ao mesmo tempo que pressionavam o Estado para medidas de proteção da vida das mulheres em situação de violência, articulavam a implementação das primeiras delegacias e muitas vezes eram a própria rede de apoio às mulheres. Pasinato e Santos (2008) afirmam que o período de reabertura do Estado Brasileiro após a Ditadura, foi uma das características que impulsionaram a forte organização do movimento de mulheres na década de 1980. As autoras reconhecem a importância desses movimentos durante a implementação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher, em São Paulo. O movimento esteve diretamente envolvido nas negociações sobre atribuições e funcionamento junto com a Polícia Civil e o Governo do Estado desse novo serviço, que era inovador, por basear-se no critério da identidade da vítima para o atendimento.

No Ceará, o segundo Estado do país a ter uma Delegacia de Defesa das Mulheres (1985), o Conselho Cearense de Direitos das Mulheres (CCDM) estava ativo e ativo na luta por espaços em que as mulheres pudessem ser atendidas e protegidas. Portanto, a mobilização e organização das mulheres foi elemento de pressão e impulsionamento para a criação de equipamento específicos para atender as mulheres que estavam em situação de violência. Tratava-se de uma luta sobre a garantia de proteção das vidas das mulheres à luz de uma sociedade que facilmente encontrava justificativa no comportamento da própria mulher a violência recebida.

---

<sup>2</sup> O movimento “Lobby do Batom” é reconhecido historicamente como importante articulação das mulheres no parlamento (SENADO FEDERAL, 2018).

Um elemento que compõe o desenvolvimento das políticas públicas é o reconhecimento de uma demanda como um “problema” social, sendo necessárias estratégias para intervir em tal situação. Mas se tratando de violência contra as mulheres, um fenômeno naturalizado muitas vezes, sendo justificado pela sociedade como responsabilidade da própria mulher e encontrando reflexo na própria estrutura jurídica, destaca-se que somente em 2021 foi proibido usar o argumento de “defesa da honra<sup>3</sup>” nos tribunais do Brasil. As políticas públicas para esse recorte da população sofreram resistência em serem desenvolvidas. Apesar do Brasil ter assinado compromissos com a comunidade internacional em relação a esse tema, a implementação de ações para modificar essa realidade, de modo geral, continuaram restritas às Delegacias de Defesa da Mulher e Abrigos para as mulheres.

A partir de 2003, com a eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2009) e da Presidenta Dilma Rousseff (2010-2016), mudanças significativas foram realizadas na criação das políticas públicas para as mulheres. Inicialmente, com a criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), vinculada à Presidência da República, possuía status de Ministério, o Brasil passou a ter uma pasta responsável por elaborar, articular e executar políticas específicas para as mulheres. Nesse processo, as Conferências Nacionais de Políticas Públicas para as Mulheres acontecidas em 2004, 2007, 2011 e 2016 foram arenas de debate entre poder público e movimento social, tendo seus encaminhamentos como base para a elaboração de políticas públicas com recorte de gênero. O tema sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres foi muito discutido nesses espaços (SILVA; SILVEIRA; FIALHO; 2018), ocupando o capítulo 04 do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013 – 2015 (BRASIL, 2013).

O Plano serviu como uma forma de orientar as políticas no âmbito nacional e também direcionar as ações do Estado, reconhecendo as opressões históricas às quais as mulheres estiveram submetidas e, por isso mesmo, priorizando intervenções distintas:

Sabemos que as práticas patriarcais seculares enraizadas nas relações sociais e nas diversas institucionalidades do Estado devem ser combatidas no cotidiano de maneira permanente. A busca pela igualdade e o enfrentamento das desigualdades de gênero fazem parte da história social brasileira, história esta construída em diferentes espaços e lugares com a participação de diferentes mulheres, com maior e menor visibilidade política. (BRASIL, 2013, p. 10).

---

3 Somente em 12/03/2021 o Supremo Tribunal Superior proibiu a tese de “defesa da honra” nos crimes de feminicídio, pois considera que fere os princípios da dignidade humana e igualdade de gênero (STF, 2021). Disponível em: [Supremo Tribunal Federal \(stf.jus.br\)](https://stf.jus.br). Acesso em: 15 dez. 2021.

Nesse sentido, percebe-se como a desigualdade de gênero já é reconhecida como um “problema social”, justificando a elaboração de uma política pública específica. No mesmo documento, dentro os objetivos específicos, referencia-se a importância de “ampliar e fortalecer os serviços especializados (...) para as mulheres em situação de violência” e “proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado, integral e qualificado nos serviços especializados e na rede de atendimento” (BRASIL, 2013, p. 43).

Portanto, identifica-se a relevância que o atendimento/acolhimento que as mulheres em situação de violência receberão como estratégia importante para a implementação da referida política pública. Tal destaque é compreendido visto que as mulheres em situação de violência guardam perfis distintos, mas marcados por sofrimento psicológico, apatia, medo e tristeza. Sendo assim, esse acolhimento muitas vezes é o primeiro contato com representante do estado e pode influenciar nos próximos passos da mulher atendida.

Os equipamentos especializados que atendem às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, em sua maioria, seguem as orientações da Política Nacional de Enfrentamento à Violência (BRASIL, 2011) e a Nota Técnica dos Centros de Atendimento e Referência à Mulher (BRASIL, 2006). Ambas reforçam a importância dos atendimentos às mulheres em situação de violência serem realizados por equipes capacitadas, prezando pela contratação de profissionais do gênero feminino. Isso justifica-se porque o atendimento com uma profissional do mesmo gênero contribui para a mulher assistida sentir-se confiante para o relato das situações. Portanto, a maioria das profissionais que atendem na Casa da Mulher Brasileira - Ceará são mulheres, constituindo o público-alvo da nossa pesquisa e por isso sempre referenciamos como trabalhadoras da CMB.

## **2.1 Reflexões sobre o trabalho nas políticas públicas para as mulheres**

Consideramos que as trabalhadoras dos equipamentos especializados no serviço de acolhimento às mulheres em situação de violência têm como substrato de seu trabalho a própria violência doméstica e familiar. Dessa forma, elas desenvolvem um trabalho que lida com o sofrimento, as dúvidas, o medo de outras mulheres. Dessa maneira, a investigação sobre a trajetória laboral dessas trabalhadoras busca desnudar as suas histórias de vida com um viés de

suas experiências laborais, trazendo ao centro os percursos, vivências e mobilizações que elas identificam como relevantes para ocuparem esse espaço.

Embora a Casa da Mulher Brasileira – Ceará tenha como objetivo principal o atendimento às mulheres em situação de violência, para viabilizar essa execução existem diferentes atribuições para cada órgão que compõe o equipamento (nas próximas páginas faremos um detalhamento da CMB). Portanto, há diversas atividades prescritas relacionadas à administração, ao acolhimento dos filhos das usuárias, à organização e limpeza do local, à gestão de pessoas, aos processos administrativos de cada órgão. Contudo, todas essas atividades funcionam em prol de cumprir o objetivo geral da CMB e, por isso, consideramos que são trabalhos que têm a violência como substrato, estando presente nos espaços de forma constante, ainda que não seja foco da atividade da trabalhadora, atravessando-as de formas diversas.

Bendassoli e Soboll (2011) afirmam que a relação do indivíduo com o meio é realizada sob uma premissa do materialismo-dialético, no qual o psiquismo está atrelado à formação a partir da realidade concreta no qual está inserido, sendo condicionado pelas questões sociais. A Clínica da Atividade retoma a subjetividade no trabalho sob a perspectiva das superações que podem ser protagonizadas pelos próprios trabalhadores a partir da recriação de alternativas, alterando a posição dos próprios trabalhadores como agentes do processo de mudança (BATISTA, RABELO; 2013). Nesse contexto, a “atividade” apresentada pela Clínica da Atividade tem sua definição mais ampla do que a descrição da realização das ações no ambiente do trabalho. Trata-se do que não é visto: movimentos e forças colocadas em ação para executar uma tarefa; mas também de todo o movimento mental dedicado pelo indivíduo para a execução daquela função, inclusive aquelas possibilidades que ele cogita mas ignora, num diálogo interior. (PINHEIRO *et al.*; 2016).

Portanto, buscamos analisar as trajetórias laborais dessas trabalhadoras a partir das suas histórias de vida (laboral), acessando as vivências de seus percursos laborais, levantando aspectos relativos à decisão de trabalharem na Casa, buscando conhecer esses processos de forma individual e as implicações do contexto social e reverberações coletivas. Compreendendo que toda essa investigação foi realizada com trabalhadoras que, cotidianamente, têm suas atividades permeadas pelo tema da violência doméstica e familiar, ou seja, que têm a violência como substrato de seu trabalho.

Além disso, consideramos que foi a oportunidade de observar a implementação da política pública de enfrentamento à violência contra as mulheres a partir de outro ângulo; sob a compreensão daquelas que acolhem, que trabalham em um ambiente onde o tema da violência doméstica e familiar é constante. Considerando o compromisso político das práticas da Psicologia Social do Trabalho, com o estudo a partir das narrativas das trabalhadoras, com questionamento ético-político das nossas ações e tendo como pano de fundo a conjuntura macroestrutural e a própria história do trabalho (RIBEIRO; OLIVEIRA; NAVARRO; BERNARDO; 2017).

Sobre pesquisas relativas ao trabalho de profissionais nas políticas públicas para as mulheres, encontramos uma realizada com usuárias e trabalhadoras do Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher na cidade de São Paulo. Vinculado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura, o estudo usou a etnografia para investigar as dinâmicas estabelecidas entre usuárias e profissionais, e identificou que, na violência vivida pelas mulheres atendidas, presentifica-se a experiência de um “trabalho duro” às profissionais do Núcleo; pois estavam “em contato direto com o peso das narrativas de violência das usuárias e devido à sua própria precarização” (SOUZA, 2015, p. 3). Além disso, a tese apontou tensionamentos no papel desses profissionais, que identificavam-se como militantes do movimento social e servidoras públicas em condições de precarização.

Além desse estudo, outras pesquisas sobre trabalhadoras que atendem mulheres em situação de violência demonstraram o reconhecimento da necessidade de um engajamento ético-político (MACEDO; ALMEIDA, 2017) onde a profissional tenha uma escuta sensível e capaz de estabelecer vínculos (SOUZA; REZENDE, 2018) além dos profissionais, sendo facilitadoras do processo terapêutico, buscando estratégias que respeitem o contexto que a mulher está inserida (COSTA *et al.*, 2013). A maioria dos estudos com esse objeto de investigação, no entanto, referem-se à abordagem no âmbito da saúde (SANTOS; LIMA, 2019; PEDROSA; SPINK, 2011; RAMOS; FERNANDES, 2020). Sendo assim, a identificação desse processo de trabalho em outros serviços é um tema ainda a ser explorado.

A Psicologia Social do Trabalho considera os processos individuais e as transformações macrossociais, tendo princípios éticos não-liberais e priorizando a busca da cidadania pelos trabalhadores (SATO, COUTINHO; BERNARDO, 2017). A opção por desenvolver um projeto de pesquisa, que volta o olhar para o (re)conhecimento de trabalhadoras

que ainda são pouco pesquisadas, também reforça meu compromisso ético-político enquanto pesquisadora-trabalhadora. Assimilamos como uma oportunidade de aproximação à realidade de mulheres que desenvolvem um trabalho que tem a violência contra as mulheres como substrato de suas atividades, ocupando um espaço importante no atendimento àquelas que precisam de ajuda para romper esse dolorido ciclo de violência.

Portanto, buscamos enfocar nossa pesquisa nas trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira – Ceará e, para isso, escolhemos a trajetória laboral como categoria para conhecer e caracterizar, a partir da perspectiva das trabalhadoras, os seus percursos e processos que culminaram no vínculo laboral estabelecido junto à Casa da Mulher Brasileira - Ceará. A recente implementação desses serviços acarreta que ainda há poucas pesquisas acerca das trabalhadoras que atuam especificamente nesse equipamento. A investigação torna-se relevante para identificar as dinâmicas de trabalho; as questões acerca das subjetividades das trabalhadoras; a compreensão do processo coletivo desse tipo de trabalho e a identificação delas como um conjunto de trabalhadoras que têm nas atividades ali realizadas o substrato da violência contra as mulheres. Coutinho (2009) afirma que as mudanças associadas ao trabalho contemporâneo reiteram a necessidade de novas pesquisas com os sujeitos desses processos.

Para acessarmos a compreensão acerca do que representa a inserção das trabalhadoras junto às atividades laborais desenvolvidas na Casa da Mulher Brasileira - Ceará, percebemos a necessidade de resgatar a trajetória laboral dessas mulheres, principalmente porque, a partir dela, é possível situar como as mesmas reconhecem a opção por desenvolver atividades junto a mulheres vítimas da violência. A investigação da trajetória laboral dessas trabalhadoras suscita uma aproximação com seus históricos de vida, que são entrelaçados com os trabalhos realizados, as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional e a organização social. Todos esses elementos podem estar presentes na vida de várias delas, mas não serão experimentados de forma genérica, justamente pela vivência única desses processos.

As indagações vinculadas à experimentação (afetivamente) do tema da violência; o reconhecimento da questão de gênero como relevante para o trabalho nesse equipamento; a identificação dos elementos das trajetórias laborais que compõem o motivo à realização desse tipo de trabalho e como a experiência laboral reverbera na percepção experimentada pelas mulheres além do espaço de trabalho são questões que compõem as dimensões que buscaremos

acessar a partir da narrativa de suas vivências.

### 3 VIVÊNCIA COMO PROPOSTA DE APROXIMAÇÃO À TRAJETÓRIA LABORAL

No exercício de pesquisar o embasamento teórico para aprofundar o conceito de “trajetória laboral”, encontramos na literatura terminologias como “percursos profissionais”, “trajetória de trabalho”, “trajetória de carreira” e “trajetória de trabalhadoras”. Todos esses termos são usados para apresentar o processo da vida de determinada população, a partir dos empregos, trabalhos realizados e desenvolvimento formativo. Essas definições - que não são conceitos unânimes, mas termos cunhados pelos seus autores – se aproximam, em alguns pontos, ideia que buscamos delinear na presente investigação. São pesquisas que buscam identificar diferentes fenômenos a partir da exploração dos percursos do trabalho, considerando suas histórias de vida e vivências. Sendo o trabalho constitutivo de subjetividade e também fomentador de experiências coletivas, é relevante o estabelecimento desses objetos de pesquisas, e consideramos que dialogam com o nosso movimento.

Até o momento presente, identificamos alguns estudos que utilizam a “trajetória” como ponto inicial de investigação e têm o objetivo principal de acessar outras dinâmicas do processo de trabalho das mulheres. Por exemplo, a organização do tempo entre os cuidados familiares, atividades domésticas e o trabalho remunerado à luz das dinâmicas impostas pelo capital e o patriarcado à vida das entrevistadas (MAROCHI; MELO, 2019). Também encontramos pesquisa sobre a “trajetória” das mulheres tendo como fio condutor principal da investigação o trabalho. E a partir das narrativas das entrevistadas foi possível verificar como o trabalho sempre esteve presente em suas vidas, algumas vezes desde a infância, mas nem sempre reconhecendo o trabalho doméstico como trabalho, mas com uma conexão muito próxima do trabalho como elemento importante na constituição de identidade (MORAES, 2019).

Além disso, encontramos a categoria “trajetória” compondo os objetivos da investigação, articuladas às questões da vida laboral e as influências das relações familiares nesse processo. Oliveira *et al.* (2021), ao investigar como é a vida laboral das trabalhadoras terceirizadas de uma universidade pública, teve como objetivo examinar o perfil das trabalhadoras, conhecendo suas trajetórias ocupacionais e a percepção de seus familiares sobre seus trabalhos. Dentre os apontamentos realizados pela autora, a inserção da mulher no mercado formal de trabalho restabelece uma nova ordem na família, remodelando o papel do “homem

provedor”. Embora, a maioria das entrevistas afirmem que suas rendas são complementares no orçamento da família.

Também encontramos pesquisa sobre vivências, trajetórias e vida cotidiana de empregadas domésticas de regiões metropolitanas de Florianópolis (SC) e Baixada Fluminense (RJ) (COUTINHO; D’AVILA; MADERS; MORAIS, 2018). As trajetórias laborais estavam marcadas pela entrada precoce no mercado de trabalho, a forte herança escravagista persistente na realidade brasileira e por contextos sociais que limitaram o acesso pleno das trabalhadoras à educação formal. Foram identificadas vivências afetivas ambivalentes com os empregadores e, nos casos que havia o cuidado de crianças (ou dependentes), essas características foram potencializadas. As autoras apontam que “as trabalhadoras revelam vivências contraditórias, tanto aquelas permeadas por bons afetos, com relações de cumplicidade e confiança, como as situações de humilhação, associadas aos afetos tristes.” (COUTINHO; D’AVILA; MADERS; MORAIS; 2018, p. 96).

Andrade e Monteiro (2018) buscaram identificar se há diferenças e similitudes nas trajetórias de professores/enfermeiros e professoras/enfermeiras na construção de uma carreira voltada para o cuidado. As autoras identificaram elementos ligados ao papel do cuidado como componentes muito presentes nos argumentos para a escolha da profissão. Associando a ideia de que as mulheres assumem profissões vinculadas ao cuidado e zelo, numa reprodução do papel estereotipado pensado às mulheres dentro da unidade doméstica. Guimarães e Soares (2021, p. 5) buscaram verificar “a constituição dos percursos formativos de professores iniciantes em cursos de licenciatura” numa perspectiva “das suas histórias de vida, formação e desenvolvimento profissional”. A pesquisa identificou a infância, suas vivências, a inserção no mercado de trabalho e a presença de professores como fatores mobilizadores da escolha desses/as profissionais por tal formação.

Aliás, a investigação dos processos profissionais de professoras negras também foram apresentados como “percursos profissionais” (SANTOS, 2020) e “trajetória no trabalho” (MEDEIROS, 2019). Ambas ressaltaram as trajetórias da vida perpassada pela educação, trabalho e experiências com o racismo. Ademais, o reconhecimento da educação como um processo de luta do povo negro e os aspectos da perseverança, também foram apontados em suas trajetórias como elementos importantes para o desenvolvimento da carreira de profissionais

docentes.

Inclusive, sobre o percurso de formação de professores, Baroli e Guridi (2021) consideram que há consenso na academia sobre “desenvolvimento profissional” como um caminho formativo que demanda mais tempo e aprofundamento. As autoras tinham como objetivo refletir sobre a importância dos investimentos e planejamento dos professores em suas carreiras e, como isso, relacionava-se com o desenvolvimento profissional e no próprio processo de manter-se no magistério. Como parte da estratégia para acessar essas questões, elas utilizaram o método qualitativo, operando entrevistas que pesquisavam suas trajetórias laborais e acadêmicas. Nesse estudo, a investigação da trajetória dessas professoras foi o caminho para acessar as questões propostas pelas autoras.

Santos *et al.* (2020) realizaram uma pesquisa para conhecer as trajetórias de trabalhadores que atuam na área petrolífera, buscando compreender a história de vida deles, conhecer como é vivenciada a rotina de trabalho. Embora não se trate da mesma categoria profissional que iremos investigar, existe uma relação próxima a nossa pesquisa. Pois o estudo aponta como a identificação das trajetórias pode ser um mecanismo para acessar as motivações de entrada e permanência em determinado contexto de trabalho. Além disso, pode-se identificar os recursos utilizados diante de situações imprevistas em suas vidas e, especialmente, no contexto do trabalho.

Portanto, percebe-se que as pesquisas sobre as trajetórias têm ganho espaço na Psicologia Social, como também em áreas afins. O estudo dos fenômenos individuais e coletivos do contexto de trabalho têm utilizado a investigação das experiências laborais das trabalhadoras para jogar luz aos fenômenos que só podem ser percebidos a partir de um olhar dialético, histórico e social. E, embora seja realizado inicialmente de forma individual, identifica nas narrativas encontros que aproximam de outras experiências, fortalecendo o processo coletivo.

As representações do trabalho na subjetividade dos trabalhadores é campo de pesquisa também da Sociologia, buscando compreender os impactos das transformações do mundo do trabalho nos processos individuais e como se articulam com as transformações coletivas. Dubar (1998) distingue as trajetórias objetivas e trajetórias subjetivas, apontando que é necessário constituir um ponto que seja capaz de ultrapassar a ideia de uma ou outra, compilando na mesma trajetória aspectos e informações referentes para o estabelecimento da compreensão

desse processo.

Dubar (2006 *apud* COUTINHO, 2009) afirma que o exercício de superar essa dicotomia entre identidade pessoal e social presente nas teorias da socialização, apresenta o conceito de “formas identitárias”. Tal conceito foi apresentado para apreender, durante as entrevistas com os investigados, as trajetórias, experiências pessoais e laborais dos entrevistados. Nas palavras da autora:

O autor propõe superar a polarização acima e adota uma perspectiva relacional, expressa através da articulação entre investigações sobre as “trajetórias objetivas” – relativas às posições sociais objetivamente ocupadas pelos sujeitos – e sobre as “trajetórias subjetivas” ou “formas identitárias” – relativas à biografia dos entrevistados. (COUTINHO, 2009, p. 194).

Posteriormente, o conceito foi atualizado como “formas narrativas”, mas mantendo o princípio no qual foi elaborado. Ainda sobre as formas identitárias, Coutinho (2009, p. 195) apresenta a investigação das trajetórias ocupacionais como uma “estratégia promissora para a compreensão das continuidades e das mudanças nos modos de ser trabalhador na contemporaneidade”. Ornellas, D’Avila e Coutinho (2022) dialogam sobre as contribuições de Dubar, afirmando que as “trajetórias subjetivas” se referem aos caminhos próprios e histórias de vida que os sujeitos contam. E as “trajetórias sociais” são a possibilidade de conhecer as questões relativas às suas subjetividades como também aos aspectos objetivos de seus percursos, sendo as trajetórias sociais “um modo de investigar aspectos identitários das pessoas” (ORNELLAS, D’AVILA; COUTINHO; 2022, p. 4).

Sendo assim, percebemos contribuições de uma perspectiva sociológica sobre a relevância de usar as trajetórias como um caminho possível para as pesquisas. Desta forma, reforça-se a identificação da trajetória laboral como objeto de pesquisa e potencial reconhecimento dos aspectos individuais e coletivos das trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira - Ceará. Nesse sentido, a Trajetória Laboral aproxima-se de alguns estudos que fazem menção aos processos, desenvolvimentos, percursos profissionais, dialogando com o nosso objetivo de investigar o percurso das vivências laborais dessas trabalhadoras, buscando investigar as experiências subjetivase as reverberações coletivas do trabalho realizado atualmente na CMB. Para isso, lançamos mão do conceito “vivência” que compõe o percurso para a contribuição da discussão sobre a trajetória laboral.

Nessa pesquisa, compreendemos esse “encontro” entre mulher em situação de

violência e mulher trabalhadora no atendimento às mulheres em situação de violência como fonte de potencial investigação. Por isso, conhecer os aspectos relativos à decisão de estarem trabalhando nesse local, à luz da Psicologia Social do Trabalho, contribui para a análise da trajetória laboral dessas trabalhadoras, bem como identificar suas vivências laborais.

A nossa proposta de conceitualização da Trajetória Laboral considera os caminhos constituídos pelo trabalho e também os percursos individuais da vida das pessoas. Compreende-se que, apesar da identificação desses percursos de forma pessoal, a leitura desse processo acontece sob a ótica da coletividade. Pois, o desenvolvimento da execução de uma tarefa pode acontecer de forma individual, mas o trabalho é um fenômeno coletivo, marcado pelas especificidades do sistema capitalista e as relações dialéticas que o compõe.

Buscando contribuir na apresentação desse conceito, resgatamos a ideia de “vivência”, apresentada por Lev Semionovich Vigotski (1896-1934). Nascido em Orsha – Bielorrússia em uma família de origem judaica; o autor tornou-se advogado pela Universidade de Moscou e foi graduado em História e Filosofia na Universidade do Povo de Shaniavski – não reconhecida formalmente pois abrigava professores expulsos da Universidade de Moscou (TOASSA, 2009). Admirador e estudioso das artes, Vigotski deixou contribuições relevantes para a Psicologia. Seus aportes na área são reconhecidos pelo esforço de definir a psicologia como uma ciência, além das elaborações relacionadas à consciência, linguagem e pensamento (FARIA; DIAS; CAMARGO; 2019).

Uma característica peculiar de Vigotski é a grande capacidade de produção teórica com tão pouca idade. Data de 1916, quando ele tinha 19 anos, a produção de sua monografia crítica literária, nomeada “A tragédia de Hamlet, Príncipe da Dinamarca”. É nesse texto que o conceito de *pereživânie* (vivência) é apresentado pela primeira vez (TOASSA, 2014). A professora Gisele Toassa (2009), em sua tese de doutorado intitulada “Emoções e vivências em Vigotski: investigação para uma perspectiva histórico-cultural” aponta que o termo *pereživânie* era comum aos espaços literários e letrados da sociedade russa à época. A autora estruturou um quadro para esquematizar os significados desse termo. Em uma tradução coloquial, o termo faz referência a passar por uma situação difícil, enquanto, no sentido culto, está relacionado a “experimentar, passar algum tempo, passar por” (TOASSA, 2009; p. 59).

Faria, Dias e Camargo (2019) resgatam a centralidade da arte nos escritos de

Vigotski nos seus textos iniciais. O autor considerava as expressões artísticas como uma possibilidade de elaboração de sentimentos. Em seu livro *Psicologia da Arte*, publicado em 1925, ele inicia o processo de apresentar um método de análise e estudo, buscando definir alguns requisitos iniciais fundamentais para a pesquisa em Psicologia. Esse método objetivo-analítico considera a dialética existente entre as questões individuais e sociais, levando Vigotski a apresentar a ideia de que a arte produzida por um determinado artista estava marcada pela experiência social desse, e não exclusivamente pelas questões individuais de sua personalidade.

Ainda segundo as autoras (FARIAS; DIAS; CAMARGO, 2019, p. 161) “[...] Enquanto produção humana inserida no seio das relações sociais, a arte tem o poder de suscitar vivências mobilizadoras de emoção que possibilitam a geração de novas formas de sentir e estar no mundo [...]”. Percebe-se a centralidade da dialética entre os processos individuais relativos à consciência e ao contato com o meio. A experiência de determinada situação é possibilitada pela consciência e mediada pela linguagem. Vigotski valoriza o ambiente no qual a criança, ao realizar esse processo, está inserida. Segundo a tese da professora Gisele Toassa (2009):

[...] Mas, para o autor, a criança humana é sempre parte de um meio social vivo: sua interação com ele precisa ser considerada não a partir de índices relativos – o que é certo meio para uma certa criança. Então, interessa a Vigotski o meio tal como é subjetivado, interiorizado pela criança. (TOASSA, 2009, p. 240).

A vivência tem como característica alcançar a relação pessoal com o meio – que é compreendido como um espaço passível de transformação. Pinheiro e Silva (2018, p. 265), resgatando Vigotski, afirmam que “a vivência é a unidade de análise da personalidade e do meio, o que une a consciência da pessoa àquilo com que têm contato do mundo exterior [...]”. Veresov (2016) resgata o significado da vivência como possibilidades relativas ao conteúdo ou processo, considerando aquilo que é vivido. Em outras palavras, a vivência é o “nexo complexo de processos psicológicos que inclui, emoções, processos cognitivos, memória e até vontade” (VERESOV, 2016; p. 130, tradução nossa). Ela age como uma prisma, refratando as ações do meio social para intrapsíquica.

Desde que o conceito de vivência passou a integrar os textos de Vigotski e, ao longo de suas produções, ocorreram algumas transformações nas definições. González Rey (2000) considera que Vigotski foi remodelando a definição de vivência ao longo de sua obra e,

sendo ela extremamente extensa, os estudiosos do autor também atualizam o conceito com o passar do tempo. O autor também apresenta a preocupação de Vigotski em integrar conceitos desenvolvidos de formas separadas dentro da psicologia e, nesse sentido, destaca o esforço do autor descrever a vivência “[...] como indissolúvel dos elementos externos e internos, expressando-se de forma indissolúvelmente integrados em aspectos cognitivos e afetivos [...]” (GONZALEZ REY; 2000; p. 136, tradução nossa).

Roberti (2019) faz um breve resgate das traduções de *pereživânie*, contextualizando aspectos históricos e sociais que influenciaram no tempo de divulgação e tradução dos textos de Vigotski. O autor, citando a tese da professora Zoia Ribeiro Prestes (2010), resgata a relevância do conceito de unidade para a apreensão da vivência: pois trata-se do “todo único, homogêneo, mas complexo e independente entre si. Vivência é essa relação de unidade, ao mesmo tempo independente e inseparável do sujeito e do meio social” (ROBERTI, 2019, p. 18). Portanto, a vivência é constituída por como lidamos com essa relação entre a personalidade e as particularidades do meio no qual se está inserido.

Ademais, a vivência é considerada um processo que engloba os aspectos individuais – personalidade, consciência – relacionando com o meio social que a pessoa está exposta. Trata-se de um fenômeno que descreve o momento desse encontro. Não trata-se de uma valorização diferenciada de um ou outro, e sim a consideração desse momento específico. Nas palavras das autoras Eurasquin, Sulle e Garcia Labandal (2016; p. 99, tradução nossa): “A vivencia expressa, de uma só vez, as características próprias do organismo e do contexto, possibilita um modo de interpretar, valorizar e dar sentido à realidade, ao mesmo tempo que reflete a unidade de aspectos socioculturais e pessoais”. As autoras, citando Vigotski (1996) e Wertsch (1995), afirmam que é “esta unidade de análise, explica a articulação do desenvolvimento subjetivo no contexto sociocultural, num jogo duplo de negação, transformação e resistência em que a cultura torna-se própria” (EURASQUIN; SULLE; GARCIA LABANDAL, 2016, p. 99, tradução nossa).

Sendo assim, a vivência é um conceito importante para articularmos a categoria “trajetória laboral”. Compreendida como um processo que é único e intransferível, que mistura os conhecimentos já adquiridos com a experiência de estar passando por uma situação desconhecida, onde usará (ou não) as habilidades já existentes. “[...] Toda vivência é vivência de algo. Não há vivências sem motivo, como não há ato consciente que não seja ato de consciência de algo.

Entretanto, cada vivência é pessoal[...]” (VIGOTSKI, 2006, p. 6). Logo, a vivência propicia uma experiência exclusiva, pois os processos individuais são considerados em sua relação com o meio – e todos fenômenos que o compõe.

O sentido atribuído ao trabalho realizado por essas mulheres também é importante na composição do entendimento sobre a “trajetória laboral”. Compreende-se o “sentido” do trabalho como a apreensão individual a partir dos significados coletivos (COUTINHO, 2009). Ferraz e Fernandes (2019) referem-se aos sentidos do trabalho como o ajustamento entre as aspirações pessoais e as realizações percebidas. A trajetória laboral, tal como tentamos delinear, diverge do entendimento da “carreira” como algo que é definido de forma externa, progressiva, sendo previsível e sequencial; e se aproxima do entendimento da carreira como um processo de mudança evolutiva ao longo da vida, partindo do processo de socialização, considerando o comportamento vocacional assim como as vivências em meio social e o acesso à educação (RIBEIRO, 2009).

A nossa proposta de caracterização da “trajetória laboral”, refere-se ao percurso realizado pela trabalhadora ao longo da vida, considerando as suas experiências em cada local/função que trabalhou, valorizando as aprendizagens e ensinamentos que ela trocou naquele local, assim como revelando qual é o propósito que ela identifica no trabalho ao longo do percurso de sua vida laboral e das vivências nos diferentes espaços experimentados que permitiram sua vinculação ao ambiente atual. Propomos que a Trajetória Laboral seja compreendida como o processo individual, e por isso rico em vivências e sentidos próprios, e com reverberações coletivas, visto que vivemos em sociedade, num sistema capitalista. A Trajetória Laboral pode ser compreendida como a linha tênue da vida pessoal e profissional, que se tangenciam a maior parte do tempo.

Portanto, a trajetória laboral refere-se ao caminho percorrido por essas mulheres considerando suas experiências pessoais mas também à luz das transformações do mundo do trabalho. Compreendendo esse último como um processo que, por vezes, determinará suas possibilidades. Nosso objetivo é investigar a trajetória laboral abarcando um período anterior àquele que se estabelece o trabalho na CMB mas também considerando os aspectos subjetivos desse trabalho realizado. Trata-se de uma investigação que carrega características de inovação, já que são poucos equipamentos com essa finalidade no país e menos ainda as investigações acerca

das profissionais que atuam nesses espaços.

Então, por que é importante investigar tal processo? A cada caso anunciado de violência contra a mulher, reverbera o discurso sobre a importância de medidas efetivas que protejam a vida das mulheres. É comum gestores públicos reforçarem seus discursos de compromisso com essa pauta/luta. Tratando-se desse tema, assim como de acolhimento de pessoas que estejam expostas a outros tipos de violência, o atendimento especializado é fundamental. Sendo assim, trata-se de um trabalho específico, realizado prioritariamente por mulheres.

Acessar os aspectos subjetivos relativos ao trabalho das mulheres que trabalham com o tema do substrato da violência é importante para reconhecermos os impactos de formas individuais e coletivas. Ouvir essas mulheres, talvez, permita reconhecer os processos de forma mais detalhada e, principalmente, escutar quem acolhe; sendo uma oportunidade de conhecimento das vivências que são identificadas, suas vivências relacionadas à violência e os percursos das vivências laborais dessas mulheres. Além disso, a maioria dos espaços públicos construídos são voltados exclusivamente para o público que será atendido, sem considerar as especificidades das profissionais que ocuparão aquele local; podendo interferir (ou não) no cotidiano do atendimento. O conhecimento da trajetória laboral dessas trabalhadoras pode favorecer a um campo da própria política pública para as mulheres, a partir da possibilidade de geração de informações acerca das vivências de um trabalho que tem a violência doméstica e familiar como substrato.

Realizado um breve resgate da elaboração e execução das políticas públicas para as mulheres no Brasil, a apresentação do conceito de vivência e o arranjo no qual compreendemos a trajetória laboral; é relevante apresentar o percurso de instalação da Casa da Mulher Brasileira – Ceará. O seu processo de construção e implementação alça esse equipamento a um processo individual (e exclusivo) de implementação da política pública, podendo reverberar no processo de trabalho e trajetórias laborais das trabalhadoras. Compreendemos que, antes de adentrar a descrição do funcionamento do equipamento, é importante apresentar considerações acerca do debate sobre a violência contra as mulheres.

#### **4 VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: breves reflexões para compreender o contexto de construção do substrato do trabalho**

A violência é tema instigante e mobiliza diversos estudos na sociologia, psicologia e demais áreas das humanidades. Sempre esteve presente no desenvolvimento da história e tem diferentes maneiras de se expressar, podendo ser simbólica, física, institucional, psicológica, entre outras. Martins e Lacerda Jr (2014) resgatam as produções do psicólogo latino-americano Martín Baró sobre a reflexão das consequências psicossociais das diferentes formas da violência (tão explícita e às vezes naturalizadas).

O estudo da violência contra as mulheres é compreendido a partir de uma gama de fenômenos, demandando o entendimento de muitas variáveis. A questão é tão complexa que é necessário acessar diferentes conceitos, debruçar-se sobre temas diferentes, que, ao mesmo tempo, complementam-se num exercício de articulação (MIZUNO; FRAID; CASSAB, 2010).

Parte desse processo é o estudo do gênero como categoria importante na compreensão da violência contra as mulheres. Embora gênero não seja sinônimo do feminino, ele representa os estudos relativos as relações estabelecidas entre o feminino-masculino em diferentes áreas da produção de conhecimento, culturais, estéticas, sociais. Existe, em alguns aspectos, discordâncias entre feministas estudiosas do tema; mas nos associamos ao gênero como a autora Heleieth Saffioti define no livro *Gênero, Patriarcado e Violência*: “o gênero é a construção social do feminino e masculino”(SAFFIOTI, 2015, p. 47).

Sendo assim, o estudo do gênero possibilita o acesso às construções sociais do que “espera-se” de uma mulher (e de um homem), contribuindo para o entendimento de que os padrões de comportamentos no geral são construídos socialmente. Portanto, a perspectiva de gênero permite que “o gênero seja compreendido como o aparato de poder por meio do qual a produção e a normalização do feminino e masculino tomam lugar a partir de formas variadas, construindo verdades e regulações sobre corpos de mulheres e de homens”. (OLIVEIRA, 2014, p. 558).

O conceito de patriarcado também é importante para nos debruçarmos quando nos propusemos a estudar a violência contra as mulheres, compreendido como um sistema que estabelece a relação de poder entre o feminino e masculino de forma desigual. Estando presente nas relações íntimas, nas instituições, religiões e no próprio Estado, pressupõe uma relação

submissa das mulheres aos homens. Segundo Saffioti (2015):

Porque se manter o nome *patriarcado*? (...): 1) Não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição [...]; 3) configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4) tem uma base material; 5) corporifica-se; 6) representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. (SAFFIOTI, 2015, p. 60).

Por isso, consideramos que a violência contra as mulheres é uma das consequências de uma sociedade patriarcal. A justificativa de uma relação de poder desigual entre homens e mulheres, colocando-os como centrais e superiores, foi baseada nas diferenças físicas existentes entre homens e mulheres. Simone de Beauvoir (2016) resgata os dados da biologia relacionados as fêmeas (de distintos animais) que embasou as justificativas para compreender o corpo da mulher como aquele de menor força e também o que pode ser dominado para a reprodução humana.

Ainda sobre esse tema, é relevante citar a contribuição de um dos principais psicólogos latino-americanos sobre a temática da violência, Martín-Baró. O autor faz uma ampla reflexão sobre “Socialización sexual” (2005) e os efeitos de uma socialização baseada nas características físicas entre os homens e mulheres. Afirma que a diferenciação sexual coloca as mulheres subordinadas ao desenvolvimento dos homens e que “o processo de socialização sexual nos interessa porque através dele pode-se estar reproduzindo situação de alienação e desumanização em benefício de uns” (MARTÍN-BARÓ, 2005, p. 166, *tradução nossa*).

Portanto, compreendemos o patriarcado como um sistema importante e atuante na reprodução da violência contra as mulheres. Espera-se que homens e mulheres reproduzam comportamentos “de acordo” com seus gêneros, num estabelecimento de papéis que coloca as mulheres numa posição de gentis e submissas e os homens como aqueles que têm o poder da decisão e da liderança; sendo aceitável o uso da força para alcançarem seus desejos. Assim, espera-se que as mulheres cumpram suas “funções” maternas e de cuidados com a casa (trabalho doméstico) como processo “natural” de suas vidas.

A origem da centralidade do papel das mulheres no núcleo familiar, está relacionada à herança cultural da família patriarcal brasileira, espaço em que os homens tinham posição e liberdade diferenciadas, enquanto às mulheres o casamento era “praticamente única carreira aberta” (SAFFIOTI, 2013, p. 243). Em *A Mulher na Sociedade de Classes – Mito e Realidade* (2013), a professora Heleieth Saffioti, descreve as atribuições relativas aos cuidados domésticos e

às funções maternas nos quais as mulheres eram designadas no Brasil colonial e apresenta como essas raízes ainda balizam as funções esperadas às mulheres. Segundo a autora (2013, p. 230):

[...] ainda hoje há mitos e preconceitos através dos quais a sociedade atual tenta justificar a exclusão da mulher em determinadas tarefas e mantê-la, assim, no exercício quase exclusivo de seus papéis tradicionais e das ocupações reconhecidamente femininas. (SAFFIOTI, 2013, p. 230).

Sem acesso aos estudos, excluída das possibilidades de viagens, debates e, muitas vezes, sobrecarregadas com o trabalho da maternidade; as mulheres tinham suas liberdades cerceadas pelos homens as quais elas estavam “vinculadas”. Primeiramente seus pais e, posteriormente, seus maridos. Em um cenário no qual prevalecia o entendimento da mulher como sexo “frágil” e “inferior” aos homens, a família e a casa são as principais responsabilidades das mulheres, sendo também o espaço de “correção” delas. “Esse rígido sistema de constrangimento físico e moral do elemento feminino, criado e mantido pelo androcentrismo da família patriarcal, marcou profundamente a vida e a mentalidade da mulher brasileira” (SAFFIOTI, 2013; p. 251).

Historicamente, as mulheres foram desprovidas de poder na relação com os homens. Sem acesso ao estudo/conhecimento, recursos financeiros e com alta demanda de trabalho doméstico e a maternidade, as mulheres sempre foram associadas às tarefas domésticas, de cuidados dos filhos e dos próprios maridos. Espera-se, então, uma dedicação à família, a subalternidade com o esposo, independente das consequências, sempre buscando o equilíbrio e evitando os conflitos. Nesse cenário, a violência praticada pelos homens (maridos) era aceita e até indicada como medida de “controle” dos nossos corpos por séculos, com apoio de diferentes segmentos da sociedade.

Zanello (2019) afirma que o ideário de casamento constituído no Brasil autorizava o homem a corrigir o comportamento da mulher, com a tarefa de “educá-la” e sendo aceitável o uso da força (surra, tapa, espancamento) para isso. A autora descreve consequências dessa naturalização nos dias atuais: “Consolidou-se a ideia da relação heterossexual pautada no poder da propriedade. Resgatar esse aspecto histórico é poder compreender o contexto cultural da violência contra as mulheres em nosso país e as dificuldades de desnaturalizá-las e problematizá-las.”(ZANELLO; 2019, p. 138).

É necessário destacar que não podemos definir as consequências do patriarcado de forma igual para todas as mulheres em todo tempo. Houve aquelas que tiveram acesso aos

estudos ou que, sendo de classes abastadas, tiveram oportunidades diferenciadas; vivenciando relações distintas e, talvez, de “menos” opressão em suas famílias. Da mesma forma, é imprescindível resgatar que as consequências desse sistema patriarcal foram muito cruéis às mulheres negras. A escravidão utilizou seus corpos como força de trabalho, como mulheres e para o sexo (estupros), sendo separadas de seus filhos para alimentar os filhos dos patrões ou sofrendo às várias violências da escravidão em um país que foi o último a abolir esse meio de produção no Ocidente.

Ainda assim, as mulheres sempre encontraram formas de resistências às opressões que foram expostas. Não todas as mulheres, nem o tempo todo. Mas a história tem personagens de artistas, cientistas, intelectuais que romperam com as normas de gênero esperadas para elas; assim como anônimas que nunca tiveram suas trajetórias conhecidas, mas que travaram lutas em defesa de seus direitos (ou de seus filhos) no núcleo familiar. Provavelmente encontremos, nas histórias da nossa própria família, mulheres que tenham reivindicado, exigido, brigado para garantir aos filhos o direito ao estudo, por exemplo.

Portanto, resistir às repercussões do patriarcado sempre foi realidade. A luta pelo direito à educação, a conquista do direito ao voto, ao divórcio, são alguns exemplos. Mas podemos constatar uma mudança de paradigma a partir da década de 1970, com as lutas do movimento feminista denunciando explicitamente as violências vividas pelas mulheres dentro de suas casas, lugar que deveria ser referência de paz e segurança. Na década de 1980, o movimento se fortalece, tendo uma capacidade de mobilização ainda maior e pautando a violência contra as mulheres como algo culturalmente aceito e, portanto, passível de desconstrução (MIZUNO, FRAID; CASSAB, 2010).

A violência contra as mulheres passa a ser pauta de reivindicações dos coletivos feministas, apontando que é de responsabilidade do Estado o que acontece no âmbito privado. São fóruns, congressos e seminários que têm como tema a identificação das demandas e organização das reivindicações sobre medidas de proteção às mulheres em situação de violência. A Lei Maria da Penha é um exemplo de uma medida tomada pelo estado com forte influência dos movimentos feministas organizados.

A Lei Federal nº 11.340/2006 é reconhecida internacionalmente pela relevância no combate às violências contra as mulheres, bem como por apresentar medidas relativas à educação

na busca de uma mudança cultural acerca do tema, assistência às mulheres em situação de violência, previsão de estabilidade na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) às mulheres, medidas protetivas de afastamento do agressor, entre outros. Conhecida popularmente como a Lei Maria da Penha, ela modificou a jurisprudência do tema, alterando o código civil e penal brasileiro, dando novas atribuições ao poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

A aprovação da lei foi considerada uma grande conquista do movimento de mulheres, ONGs e demais segmentos militantes dessa pauta e teve origem na condenação do Estado brasileiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 2001. O referido órgão “é uma instituição judiciária autônoma cujo objetivo é a aplicação e a interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1979, Artigo 1º) tendo como responsabilidade aplicar sanções aos países signatários da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra as Mulheres (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1994). O caso julgado em questão era da farmacêutica cearense, Maria da Penha Maia Fernandes.

A partir dessa condenação, o Estado brasileiro precisou criar uma legislação específica sobre o tema. O processo de construção da Lei Maria da Penha teve início com a proposta apresentada ao Congresso Nacional, pelo consórcio de ONGs feministas. Em um exercício de compreender a realidade da violência contra as mulheres em todo país, iniciou-se um amplo debate com a sociedade sobre as especificidades dessa realidade no território brasileiro. O desenvolvimento da construção do texto da Lei foi uma oportunidade de jogar luz para uma pauta compreendida como privada.

A Lei foi relatada pela Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB – RJ) e exigiu ampla articulação com o Congresso Nacional. Em 2018, durante Seminário no Senado Federal que avaliou a Lei, ela afirmou (AGÊNCIA SENADO, 2018):

A Lei Maria da Penha não foi feita em gabinete, mas a partir de viagens por todo o Brasil, porque não queríamos fazer uma lei que refletisse apenas um contexto cultural, particular de agressão contra a mulher, queríamos saber como isso acontecia em todo o Brasil. (AGÊNCIA SENADO, 2018, n.p).

No mesmo evento, Silvia Pimentel (AGÊNCIA SENADO, 2018, n.p), advogada do consórcio de ONGs feministas pela Lei Maria da Penha, descreve o processo de elaboração da lei como “uma briga muito grande para a gente inserir a ideia de que homens e mulheres são iguais

em direitos e deveres. Muita gente achava que bastava falar em homens, para abranger também as mulheres”.

Portanto, a Lei Maria da Penha também reflete a importância de uma legislação ser construída lado a lado dos movimentos sociais, organizações não-governamentais, estudiosos sobre o tema e legisladores. Em Live de Comemoração dos 14 anos da Lei, a Deputada Jandira Feghali e Maria da Penha relembram a grande articulação na Câmara dos Deputados (onde foi votada por unanimidade) e a aprovação (sem nenhuma alteração do texto) no Senado Federal. Além disso, houve a aprovação do texto integral pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, demonstrando um “trabalho coletivo e de articulação no parlamento”. (FEGHALI, 2021).

A Lei Federal 11.340/2006 define a violência doméstica e familiar contra a mulher em seu artigo 5º como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006), no âmbito da unidade doméstica, da família, em qualquer relação íntima de afeto, independente da orientação sexual. Determina, ainda, os 05 (cinco) tipos dessa violência, conforme o artigo 7º:

São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006).

O conceito de violência contra as mulheres utilizado na Lei Federal foi inspirado naquele definido na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência

contra a Mulher, a Convenção de Belém do Pará (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1984), um dos principais tratados de referência que criminaliza a violência contra as mulheres. A definição abarca de forma ampla o evento da violência, incorporando o reconhecimento dos impactos de uma sociedade patriarcal, que tem a desigualdade de gênero como característica de sua organização.

A construção extensiva da Lei 11.340/2006, que abarcou funções no campo do cuidado, assistência às mulheres, responsabilização dos agressores, ações de educação para combater a cultura à violência, caracteriza-a como um conjunto de políticas públicas (PASINATO, 2015). Assim sendo, podemos reconhecer o protagonismo que a Lei Maria da Penha tem na modificação dos serviços oferecidos pelo Estado para as mulheres que estão em situação de violência doméstica e familiar, fundamentando a criação de leis estaduais e municipais, atendimentos especializados, campanhas publicitárias pelo enfrentamento à violência dentre outras ações. Assim sendo, podemos afirmar que a criação da Casa da Mulher Brasileira é amparada legalmente por essa legislação.

Portanto, o principal público atendido na Casa da Mulher Brasileira – Ceará são mulheres que estão (ou estiveram) em algum tipo de violência (física, moral, sexual, patrimonial ou psicológica). Muitas vezes essas violências acontecem simultaneamente, escalonando a intensidade e alterando entre períodos de tranquilidade na relação, formando-se o que encontramos como “ciclo da violência”. Esse conceito foi elaborado pela autora Walker (1979), após ela identificar que as situações de violência acontecem de forma repetitiva e alteram entre as violências e períodos de “paz” no relacionamento. Sendo todas as atividades desenvolvidas vinculadas, intimamente, com objetivo de atender a essas mulheres, constituindo um espaço caracterizado pela violência como substrato do trabalho desenvolvido.

As mulheres expostas a essa situação costumam estar muito debilitadas emocionalmente, apresentando tristeza, medo de morrer, medo de perder a guarda dos filhos, baixo autoestima, dependência emocional/afetiva (MIZUNO; FRAID; CASSAB, 2010); ao mesmo tempo que mantêm sentimentos como culpa e amor (BRUHN; LARA; 2016) além de, muitas vezes, ainda terem esperança em manter o relacionamento. Além disso, a dependência financeira de seus maridos/companheiros também são motivos que dificultam o rompimento imediato de seus agressores.

Portanto, a Casa da Mulher Brasileira – Ceará é a execução de uma política pública embasada juridicamente na Lei Maria da Penha, sendo um espaço de atendimento às mulheres que estão inseridas no ciclo da violência doméstica. Consideramos que esse é o espaço que esboça a confluência entre o singular e o coletivo e, derivado disso, é possível reconhecer o ambiente que, ao mesmo tempo que propicia o acolhimento das mulheres em situação de violência, torna-se o cenário para o desenvolvimento da violência como substrato da atividade laboral de outras mulheres.

Sendo assim, consideramos relevante analisar as trajetórias laborais das trabalhadoras que atuam nesse local, buscando identificar seus percursos no trabalho e evidenciando os motivos que as levaram até esse tipo de trabalho. Compreendemos a violência contra as mulheres como elemento que compõe o cenário de suas atividades laborais, sendo o substrato do trabalho dessas trabalhadoras, nas quais buscamos identificar as trajetórias laborais. Portanto, a violência não é o foco da nossa pesquisa. No próximo tópico, apresentaremos a descrição do processo de implementação da CMB, buscando contextualizar onde esse trabalho é realizado.

## **5 TRAJETÓRIA DE IMPLEMENTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA - CEARÁ**

A Casa da Mulher Brasileira - Ceará surge da necessidade do Estado garantir atendimento especializado às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. A magnitude desse problema exige do poder público soluções complexas e articuladas entre as esferas dos três poderes. O funcionamento permite ainda que, sem uma excessiva prescrição, a compreensão de como está pensado o contexto de trabalho onde se desenvolvem as atividades das trabalhadoras que atendem as mulheres vítimas da violência. A partir dessa descrição, é possível inferir, a organização do trabalho, as condições onde são desenvolvidas as atividades e as relações socioprofissionais que ali ocorrem.

Destaca-se como referência ao enfrentamento da violência contra as mulheres, a Lei Federal 11.340/2006 - Lei Maria da Penha; que prevê a proteção às mulheres e punição dos agressores, criando equipamentos que acolham as mulheres em situação de violência doméstica e familiar. É baseada nessa legislação que a concepção da Casa da Mulher Brasileira – Ceará foi criada, conforme já discutimos, mas resgataremos o percurso de forma mais detalhada nessa etapa, buscando contextualizar essa construção. Os documentos internacionais que tratam sobre violência contra as mulheres, bem como os documentos elaborados durante as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres e a Política nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres embasou o Programa “Mulher: Viver sem Violência”.

Tal programa, definido no Decreto Federal 8086/2013, tinha como objetivo ampliar o atendimento especializado e articular os serviços da rede socioassistencial, justiça, saúde e autonomia financeira das mulheres em situação de violência. Para tanto, previa a ampliação do Disque 180; a ampliação dos Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteiras Secas; a integração dos atendimentos das vítimas de violência sexual; promoção de campanhas continuadas para o enfrentamento da violência e a criação da Casa da Mulher Brasileira (CMB). Os estados que quisessem aderir ao programa, e conseqüentemente ao projeto de construção da CMB, deveriam estar entre aqueles que assinaram o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, acontecido em 2008. Carvalho e Bertolin (2016) apontam que a Casa da Mulher Brasileira é uma maneira inédita de garantir atendimento humanizado às mulheres em situação de violência.

Sendo o Ceará um partícipe desse Pacto, em Novembro de 2013 aconteceu a assinatura do Termo de Adesão ao Programa Mulher: Viver Sem Violência. Além do Governo do Estado, outros órgãos assinaram esse documento, comprometendo-se a trabalharem de forma uníssona para a realização desse projeto. Foram eles: Prefeitura de Fortaleza, Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Ministério Público do Estado do Ceará e Defensoria Pública do Estado do Ceará. O passo seguinte estabeleceu-se com a assinatura do Convênio entre Governo do Estado e Governo Federal, que previa construir, equipar e manter por dois anos a Casa da Mulher Brasileira com recursos desse último.

Em 2015, iniciou-se a construção da Casa da Mulher Brasileira – Ceará e em 23 de junho de 2018 aconteceu a implementação dos serviços (tendo iniciado os atendimentos). No dia 14 de dezembro de 2018, realizou-se a inauguração formal do equipamento. É relevante citar que, apesar de ser o Governo do Estado responsável pelos processos burocráticos de gestão dos recursos, as entidades que assinaram o Termo de Adesão ao Programa compunham um Órgão Gestor, responsável por acompanhar todo processo de construção e implementação do equipamento.

O Programa “Mulher Viver Sem Violência” previa a construção de uma Casa da Mulher Brasileira em cada Estado. A primeira entregue foi em Campo Grande/Mato Grosso do Sul, no ano de 2015. As cidades de Brasília, Curitiba/Paraná, Boa Vista/RR, São Paulo/SP e São Luís/Maranhão também receberam o equipamento. Durante a gestão federal do Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos (2019-2022), foi anunciada a previsão de entrega em 25 municípios da Casa da Mulher Brasileira em todo país. No entanto, o Decreto Federal 10.112 de 12 de Novembro de 2019 alterou a nomenclatura para “Programa Mulher Segura e Protegida” e flexibilizou a responsabilidade do Governo Federal em assegurar a construção de novas unidades. Em 08 de Março de 2023, o Decreto Federal 11.431/2023 institui novamente o programa “Mulher, Viver sem Violência” prevendo a construção de 40 (quarenta) novas Casas em todo Brasil além do fortalecimento de outras medidas.

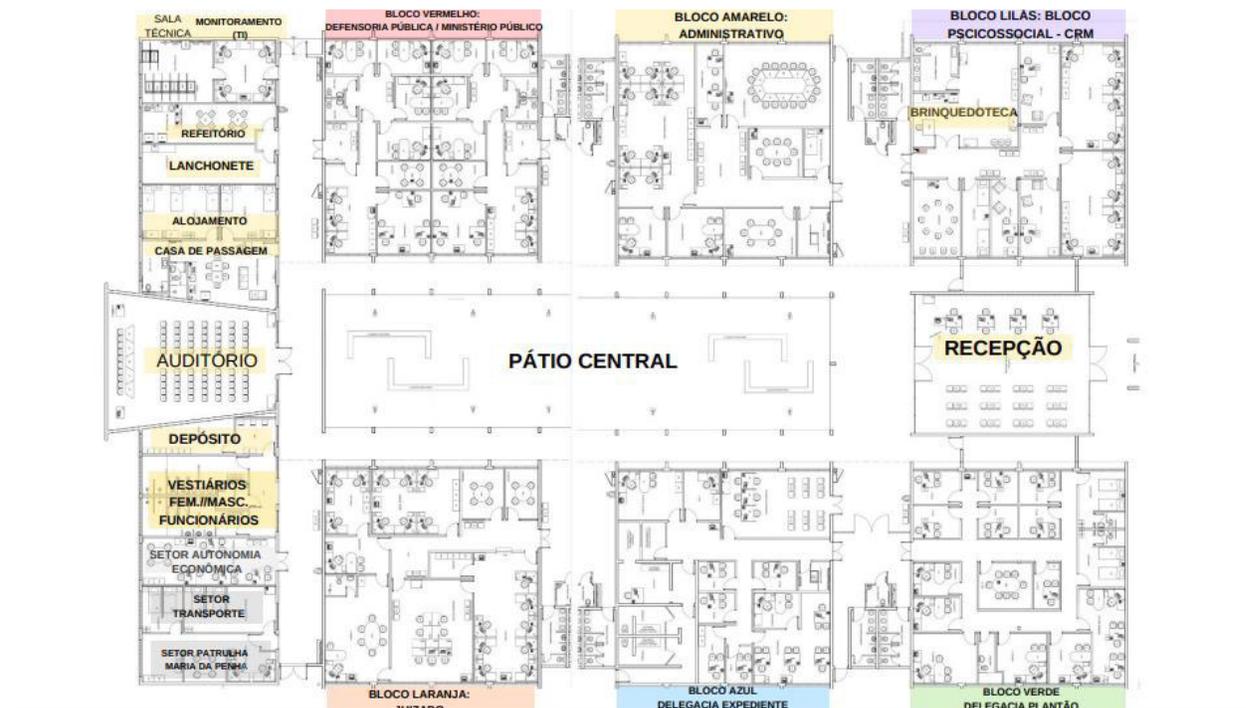
Considerando que a ideia desse serviço foi construída durante as conferências de políticas para as mulheres, compondo um Plano Nacional que estava em implementação, esse revés no investimento é um desrespeito às deliberações deste importante espaço democrático. Além disso, o grande número de mulheres em situação de violência deveria ter mobilizado

estratégias de enfrentamento dessa triste situação, ampliando serviços e outras ações e não reduzindo recursos. Contudo, considera-se uma vitória o retorno do Programa, bem como a criação do Ministério das Mulheres, que tem se demonstrado comprometido com a consolidação de políticas para todas as mulheres de forma democrática, articulada e ampla.

A Casa da Mulher Brasileira – Ceará está localizada no bairro Couto Fernandes, na cidade de Fortaleza. Tem uma área construída de 3.671,86 m<sup>2</sup> e congrega diferentes serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar; são eles: Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), o Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde (CRM), o Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher (CERAM), o Ministério Público, através do Núcleo Estadual de Gênero Pró-Mulher (Nuprom), a Defensoria Pública através do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Nudem), o Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e o Núcleo da Autonomia Econômica (Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos). Além disso, a CMB tem um setor chamado “Administrativo” que reúne trabalhadoras responsáveis pela Recepção, Brinquedoteca, Limpeza, Setor de Transporte e Tecnologia da Informação (totalizando 58 trabalhadoras em contrato de terceirização). Destaca-se que a maioria das profissionais são mulheres (por orientação do projeto), excetuando-se pelos guardas patrimoniais, vinculados à Polícia Militar, que fazem a segurança do local. No espaço físico da CMB, também existe a previsão da constituição de um abrigo temporário para as mulheres em risco iminente de morte, onde elas podem permanecer por até 48h.

A partir de agora, traremos algumas imagens para contribuir com a apresentação da Casa da Mulher Brasileira – Ceará. A primeira trata-se da planta padronizada:

Figura 1 - Planta Padronizada da Casa da Mulher Brasileira



Fonte: Programa Mulher Viver Sem Violência, 2013.

As próximas imagens foram captadas pela autora, durante visitas na CMB:

Figura 2 - Parte da frente da Casa da Mulher Brasileira – Ceará



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 3 - Imagem lateral (com estacionamento) da Casa da Mulher Brasileira – Ceará



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 4 - Porta de vidro que dá acesso à Casa da Mulher Brasileira – Ceará



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 5 - Corredor interno, ao lado do jardim



Fonte: Elaborada pela autora.

A Casa da Mulher Brasileira – Ceará já esteve vinculada à Casa Civil do Governo do Estado (2018) e ao organograma da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Governo do Estado do Ceará (2019-2022). Atualmente, com a criação da Secretaria Estadual de Mulheres do Estado do Ceará, o equipamento passou ao órgão. Há uma função de Coordenação-Geral da CMB e um Colegiado Gestor – composto pelas representações que formavam o Órgão Gestor – que se reúnem uma vez ao mês. Esse Colegiado tem a função de integrar as diferentes formações profissionais para o manejo adequado, realizando intervenções positivas às situações de violência de gênero. Além disso, caracteriza-se por um espaço democrático, onde todas as decisões são tomadas de forma compartilhada, debatendo os temas pertinentes a todos de forma coletiva (BRASIL, 2015). Sendo assim, esse espaço delibera sobre atividades comuns realizadas na CMB, encaminhamentos e procedimentos do fluxo do equipamento, elabora o Plano de Ação e relatórios gerais sobre os atendimentos, garante a integração dos serviços da CMB e com a Rede de Enfrentamento.

Na Casa da Mulher Brasileira - Ceará alguns serviços funcionam 24h por dia, tais como Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), Recepção e Setor de Transporte. Os demais serviços funcionam em horário comercial, de segunda a sexta-feira. Assim sendo, a CMB é um local de referência para acolher as mulheres em situação de violência e nos casos de emergência, independente do dia e horário. Contudo, não são todos os procedimentos que poderão ser realizados quando o atendimento acontecer fora do horário comercial.

Considera-se a CMB um equipamento de “portas abertas”, não sendo necessário encaminhamento específico para o atendimento, que acolhe mulheres de todo o Estado do Ceará. O fluxo da prestação de serviços inicia na recepção, onde as atendidas respondem perguntas básicas como “nome, CPF e endereço” e são registradas num sistema interno de comunicação. Após esse cadastro inicial, são acolhidas por psicólogas ou assistentes sociais no Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde (CRM), caso sejam de Fortaleza, ou no Centro Estadual de Referência e Atendimento à Mulher (CERAM), caso sejam do interior do Estado. Estando acompanhadas de crianças (até 12 anos), essas podem ficar na “Brinquedoteca” sob os cuidados de uma trabalhadora da CMB, e assim a mulher realiza um atendimento sem revitimizar a criança.

No acolhimento inicial, a mulher recebe as orientações e decide qual será sua

próxima conduta. Normalmente, elas são encaminhadas à Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) onde realizam o Boletim de Ocorrência e solicitam a medida protetiva. Caso elas não tenham advogado, podem procurar o serviço da Defensoria Pública. Todo percurso realizado pela mulher dentro da CMB é acompanhado por uma profissional, visando um acolhimento humanizado. Nas situações de prisão em flagrante, mesmo que a vítima chegue junto com o agressor, ela adentra pela porta principal e ele é encaminhado por uma entrada lateral, evitando o contato de ambos.

A Casa da Mulher Brasileira - Ceará contabiliza todos os tipos de atendimentos realizados. Considera-se “atendimentos” o primeiro contato da mulher em situação de violência, o retorno da mulher em situação de violência, o atendimento remoto da mulher em situação de violência, o atendimento na brinquedoteca do/a dependente da assistida e atendimento geral (visitantes e acompanhantes). Durante o período de 23 de Junho de 2018 a 28 de Fevereiro de 2023, o relatório de atividades da CMB apresenta os seguintes dados: 72.110 atendimentos de mulheres em situação de violência (primeiro atendimento); 28.579 atendimentos de retorno; 39.294 atendimentos remoto; 4.603 atendimentos geral na Brinquedoteca e 25.514 atendimentos geral (visitantes e acompanhantes). Destaca-se que a modalidade de atendimento remoto foi instalada durante o período inicial da pandemia de covid-19. E, ainda assim, alguns serviços se mantiveram em funcionamento presencialmente. Portanto, em 56 meses, foram realizados 170.100 atendimentos, perfazendo uma média de 101,25 atendimentos ao dia (CEARÁ, 2023).

Os expressivos números apontam que há uma demanda na sociedade sobre a violência doméstica e familiar e a CMB é um espaço reconhecido para tratar desse tema. Ressalta-se que o equipamento também promove debates e encontros com diferentes segmentos da sociedade (movimentos de mulheres, movimentos sociais, universidades, poder legislativo) com objetivo de dialogar sobre a necessidade de combater a violência de forma coletiva. Portanto, é um espaço que realiza distintas ações, mas sempre tocando o tema da violência doméstica e familiar. Assim, apresenta-se como um campo de diferentes atividades laborais e que, geralmente, tangencia a temática da violência. A seguir, algumas imagens das atividades realizadas no equipamento, captadas pela própria autora e disponíveis nas redes sociais:

Figura 6 - Apresentação do Instituto Kathiana Pena durante a abertura da atividade alusiva ao 8 de março de 2023, no Auditório CMB



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 7 - Divulgação de atividade alusiva ao 8 de março

**8 de março - 8h às 12h**  
**DIA INTERNACIONAL DA MULHER**  
**na Casa da Mulher Brasileira**

**Abertura com representações institucionais e movimentos sociais.**

Presença da vice-governadora Jade Romero e Participação remota de Maria da Penha.

**Apresentações culturais:**

- Instituto Kathiana Pena
- Masor Costa

**Palestra**  
**Lei Maria da Penha: desafios à implementação no cotidiano**  
**Palestrante: Juliana Diniz**  
 Doutora em Direito do Estado pela USP e professora da UFC

**Debatadora: Socorro Osterne**  
 Doutora em Serviço Social e professora da UECE

**Palestra**  
**Violência de gênero nas redes sociais**  
**Palestrante: Lola Arenovich**  
 Professora/doutora da UFC; fundadora do blog feminista "Escreva Lola Escreva"

**Mediadora: Daciane Barreto**  
 Coordenadora da Casa da Mulher Brasileira do Ceará

**Auditório da Casa da Mulher Brasileira:**  
 Rua Tabuleiro do Norte com Rua Teles de Souza, s/n, Couto Fernandes, Fortaleza

**CEARÁ**  
 GOVERNO DO ESTADO

Fonte: Página no instagram Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos, 2023.

Figura 8 - Divulgação do Seminário realizado em parceria da CMB com a Universidade Estadual do Ceará (UECE)



Fonte: Arte divulgada em grupos de Whatsapp, 2023.

Figura 9 - Divulgação de atividade alusiva ao Dia da Mulher



Fonte: Página no instagram Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e

Direitos Humanos, 2022.

Figura 10 - Divulgação de atividade alusiva ao Dia Internacional de Luta Contra a Violência Contra a Mulher

**ATIVIDADE ALUSIVA AO DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA À MULHER**

**VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO BRASIL ATUAL**  
com a deputada estadual **Augusta Brito** e mediação de **Daciane Barreto**, coordenadora da Casa da Mulher Brasileira

**APRESENTAÇÃO DO PROJETO "DIALOGANDO NAS EMPRESAS", DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**ATRAÇÕES CULTURAIS:**  
**JOANA MACAM, SÂMIA ABREU**  
**INSTITUTO KATIANA PENA E EQUIPE DO NAH - NÚCLEO DE ACOLHIMENTO HUMANIZADO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA**

**25 DE NOVEMBRO, 11H**  
**CASA DA MULHER BRASILEIRA**

R. TABULEIRO DO NORTE, S/N  
COUTO FERNANDES,  
FORTALEZA

**Casa da Mulher Brasileira**

**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS

**21 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

The poster features a purple background with a white megaphone icon. At the bottom, there is a graphic of five women's faces in profile, colored in shades of purple, blue, and green, with a purple leaf-like shape above them.

Fonte: Fonte: Página no instagram Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos, 2022.

Figura 11 - Comemoração do Aniversário da CMB



Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

A Casa da Mulher Brasileira reúne, assim, diferentes serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra as mulheres no Estado do Ceará que atuam de forma articulada, objetivando oferecer os serviços garantidos em Lei para as mulheres que buscam ajuda para romper a situação de violência sofrida. Também coloca-se como um espaço aberto ao diálogo com diferentes atores sobre a importância do combate à violência, além de produzir dados inéditos relevantes às políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento de forma mais assertiva de intervenções nesse tema. Para o funcionamento do equipamento, reúne num mesmo local cerca de 185 trabalhadoras de diferentes categorias profissionais, com formações e histórias de vida distintas. Algumas, possivelmente, identificam-se com a temática, outras acompanharam o processo de implementação da CMB desde 2013. Há ainda aquelas que foram contratadas um pouco antes da inauguração. São mulheres e suas múltiplas questões que convivem com a violência doméstica e familiar como substrato de seu trabalho.

### **5.1 Atividades desenvolvidas na Casa da Mulher Brasileira - Ceará**

Afim de consolidar um panorama do contexto específico que estaremos investigando,

faz-se necessário uma breve apresentação das atividades realizadas em cada setor da Casa da Mulher Brasileira (CMB), assim como uma especificação acerca das trabalhadoras envolvidas. Para tanto, faremos uma descrição das atribuições de cada órgão e, em seguida, apresentaremos uma tabela com as informações acerca do quantitativo das trabalhadoras, gênero, cargo e a qual secretaria está vinculada. Os dados citados foram repassados (em 10 de agosto de 2021) pela coordenação da CMB após solicitação formal por e-mail e também sistematizados após pesquisa em documentos de referência. A Casa da Mulher Brasileira reúne diferentes serviços sob o mesmo espaço físico, mantendo a interdependência de suas atribuições. Para fins de organização, iniciaremos a descrição dos serviços ligados à Assistência Social (municipal, estadual e administração da CMB), Segurança Pública e Sistema de Justiça.

O Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde (CRM), serviço vinculado à Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS) de Fortaleza, tem como atribuições o acolhimento/triagem e atendimento psicossocial das mulheres que buscam os serviços da CMB e são residentes de Fortaleza. “Oferece acolhimento às mulheres em situação de violência decorrente da desigualdade de gênero doméstica e familiar (violência psicológica, sexual, física, moral e patrimonial), violência sexual (abuso e exploração), assédio moral e tráfico de mulheres” (FORTALEZA, 2021). A equipe é composta por 01 Gestora de Célula, 01 Terapeuta Ocupacional, 04 Assistentes Sociais, 01 Auxiliar Administrativo e 01 Serviços Gerais. A equipe é composta apenas por mulheres.

O Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher (CERAM) está vinculado à Secretaria Executiva de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) do Governo do Estado. Também tem como atribuição o acolhimento/triagem e atendimento psicossocial das mulheres que procuram atendimento na CMB e tem o público-alvo aquelas que são moradoras da região metropolitana e interior do Estado. A equipe é composta por 01 Orientadora de Célula, 01 Psicóloga, 01 Assistente Social, 01 Auxiliar técnico e 03 Assistente de administração. A equipe é composta apenas por mulheres. Ambos os serviços fazem avaliação do risco iminente de morte, realizando os encaminhamentos para a rede de enfrentamento à violência conforme a demanda específica. Destaca-se que esses são os primeiros serviços nos quais as mulheres que buscam o atendimento

especializado da CMB têm contato, sendo relevantes para a criação de um elo de confiança da atendida e o referido equipamento. Os Centros de Referência funcionam em horário comercial.

A Promoção da Autonomia Econômica é um serviço vinculado à Secretaria Executiva de Proteção Social da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) do Governo do Estado. O serviço é considerado a “porta de saída” da situação de violência para as mulheres, já que muitas mantêm-se com o agressor por serem dependentes financeiramente dele. Dentre as atividades desenvolvidas estão o encaminhamento para serviços de acesso à renda, inserção no mercado de trabalho, melhoria de suas condições e qualificação profissional e educação financeira para autonomia das mulheres atendidas. O serviço busca facilitar os acessos a oportunidades e programas públicos, promovendo o fortalecimento econômico das mulheres. A equipe é composta por: 01 Gerente de projetos, 01 Assessora de Coordenação e 01 Assessor administrativo; todas mulheres. O serviço funciona em horário comercial.

A administração da Casa da Mulher Brasileira tem 58 profissionais contratadas. Todas estão locadas nos serviços de Recepção, Brinquedoteca, Central de Transporte, Tecnologia da Informação (TI) e Casa de Passagem. As atribuições estão relacionadas à administração do funcionamento do equipamento, atendimento ao público, acompanhamento dos filhos/as das mulheres em atendimento, transporte das atendidas a serviços da rede, serviços relacionados à informatização e asseio e limpeza do local. Todas as trabalhadoras são contratadas por meio da terceirização, sendo seus salários pagos (nos dois primeiros anos) através do convênio com o Governo Federal e, posteriormente, assumidos pelo Governo Estadual.

A Delegacia de Defesa da Mulher – Fortaleza (DDM) está vinculada à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Governo do Estado. Tem como principais atribuições “prevenir, registrar, investigar e reprimir atos ou condutas baseadas no gênero que se configurem infrações penais [...]” (CEARÁ, 2014). A equipe é composta por 61 pessoas, que ocupam os seguintes cargos: 01 Delegada titular, 01 Delegada Adjunta, 07 Delegadas, 13 Escrivães, 04 Escrivães, 13 Inspetoras, 17 Inspetores, 03 Auxiliares Administrativo (Feminino), 01 Serviços Gerais (Feminino) e 01 Assistente social (Feminino). São 40 mulheres e 21 homens compondo a Delegacia que tem funcionamento 24h.

O Sistema de Justiça tem 03 órgãos atuando na Casa da Mulher Brasileira. O Juizado

da Mulher/Vara Especializada processa, julga e executa os fatos cíveis e criminais relacionados à prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme a Lei Maria da Penha (CEARÁ, 2007). A equipe é composta por 01 Juíza, 02 Servidoras Comissionadas, 07 Servidoras Efetivas, 01 Servidor Efetivo, 05 Estagiárias, 03 Estagiários, 03 Terceirizadas e 01 Terceirizado. Totalizando 23 pessoas, onde 18 são mulheres e 05 são homens. O Ministério Público está presente na CMB através do Núcleo Estadual de Gênero Pró-Mulher. A promotoria especializada promove a ação penal nos crimes de violência contra as mulheres e também na fiscalização dos serviços da rede de atendimento. Ao total, são 15 trabalhadoras (09 mulheres e 06 homens): 04 Promotoras, 02 Promotores, 04 Assessoras Jurídicas, 02 Técnicos Ministeriais, 01 Técnica Ministerial, 01 Motorista e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. A Defensoria Pública, através do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher tem 10 profissionais (todas mulheres) trabalhando na CMB. As principais atribuições são: orientação sobre direitos, assistência jurídica e acompanhamento de todas as etapas do processo judicial, de natureza cível ou criminal. A equipe é formada por: 03 Defensoras, 03 Colaboradoras, 01 Psicóloga, 01 Assistente Social e 02 Adolescentes - Programa Primeiro Passo (programa de estágio do ensino médio). Todos os atendimentos do sistema de Justiça acontecem exclusivamente em horário comercial.

Construímos um quadro com as principais informações relacionadas aos serviços disponíveis na Casa da Mulher Brasileira – Ceará, quantidade de trabalhadoras e principais profissões/cargo em cada um deles. Espera-se facilitar a compreensão dos referidos dados, apresentando como o equipamento caracteriza-se por uma multiplicidade de serviços, que atuam de forma integrada, e tendo uma variação relevante de cargos. Mas mantendo a prioritária presença de mulheres trabalhadoras.

Quadro 1 - Apresentação das informações de organização laboral

Setor/Serviço CMB	Secretaria/Órgão Vinculada	Quantidade Trabalhadoras/es	Profissões/Nome cargo
-------------------	----------------------------	-----------------------------	-----------------------

Administração Casa da Mulher Brasileira (Recepção, Brinquedoteca, Central de Transporte, Tecnologia da Informação e Casa de Passagem)	Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS)	58 – Mulheres (51) e homens (07)	Assistente Administrativo, Técnico Administrativo, Recreador, Administrador de Redes, Suporte Operacional Hardware e Software, Supervisor de Equipe de Apoio a Gestão, Motorista, Recepcionista, Jardineiro, Copeira, Auxiliar de Serviços Gerais
Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher (CERAM)	Secretaria Executiva de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS)	07 – apenas mulheres	Orientadora de Célula, Psicóloga, Assistente Social, Auxiliar técnico e Assistente de administração.
Promoção da Autonomia Econômica	Secretaria Executiva de Proteção Social da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) - Governo do Estado	03 – apenas mulheres	Gerente de projetos, Assessoria de Coordenação e Assessor administrativo
Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde (CRM)	Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS) – Prefeitura de Fortaleza	08 – apenas mulheres	Gestora de Célula, Terapeuta Ocupacional, Assistentes Sociais, Auxiliar Administrativo, Serviços Gerais.
Delegacia de Defesa da Mulher – Fortaleza (DDM)	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) - Governo do Estado.	61 - Mulheres (41) e homens (20)	Delegadas, Escrivãs, Inspetoras, Auxiliares Administrativo, Serviços Gerais e Assistente social.
Juizado da Mulher/Vara Especializada	Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	23 - Mulheres (18) e homens (05)	Juíza, Servidoras Comissionadas, e Efetivas, Estagiárias e Terceirizadas.
Núcleo Estadual de Gênero Pró-Mulher	Ministério Público do Estado do Ceará	15 - Mulheres (09) e homens (06)	Promotoras, Assessoras Jurídicas, Técnicos Ministeriais, Motorista e Auxiliar de Serviços Gerais.
Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Defensoria Pública do Estado do Ceará	10 – Apenas Mulheres	Defensoras, Colaboradoras, Psicóloga, Assistente Social e estagiários.

Fonte: Elaborado pela autora.

## **6 OBJETIVO**

Analisar as trajetórias laborais das trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira - Ceará.

### **6.1 Objetivos Específicos:**

- a) Levantar quais aspectos individuais estão relacionados à decisão de trabalharem na Casa da Mulher Brasileira – Ceará;
- b) Conhecer a vivência relacionada à violência entre as trabalhadoras da CMB;
- c) Descrever o percurso das vivências laborais entre as trabalhadoras da CMB.

## 7 CAMINHO METODOLÓGICO

A pesquisa sobre as Trajetórias Laborais das Trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira – Ceará foi realizada entre os meses de maio de 2022 e novembro de 2022. Neste capítulo, apresentaremos os percursos metodológicos realizados, justificando a opção pela pesquisa qualitativa com uso de entrevistas e o Núcleo de Significação (NS) como procedimento de análise dos dados. É o capítulo que sintetiza um longo processo de leituras, aulas, orientações e contato com o campo pesquisado.

### 7.1 Escolhas Metodológicas

A proposta para a investigação da trajetória laboral das trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira – Ceará identifica-se como um estudo de método qualitativo. Compreendendo os fenômenos como experiências singulares, mas que refletem e estão integradas às implicações coletivas. A pesquisa qualitativa é o caminho que nos apresenta ferramentas para acessar essas realidades. Minayo (2017) aponta a pesquisa qualitativa como uma estratégia para aprofundamento, abrangência e diversidade do fenômeno que será estudado, onde é possível encontrar a lógica interna do funcionamento de determinada situação, mesmo que provisoriamente.

Dentre os métodos das pesquisas qualitativas, optamos por utilizar a História de Vida (no trabalho), ou seja, o acesso aos diferentes caminhos traçados, por essas mulheres, até a chegada ao trabalho na Casa da Mulher Brasileira – Ceará compõe essas trajetórias, compreendendo que são vivenciadas de forma individual, mas também refletem um processo de atravessamento coletivo. “O método relato de História de Vida ressalta o momento histórico vivido pelo sujeito” (SPÍNDOLA; SANTOS, 2003; p. 3). Além disso, as autoras afirmam que o relato de histórias de vida individuais pode caracterizar a prática social de um grupo. Portanto, a História de Vida contribui para o acesso aos caminhos/escolhas dessas mulheres, compondo suas trajetórias.

As autoras Barros, Silva, Nogueira e Barros (2007) também apontam a História de Vida como uma forma de acessar as questões relativas ao meio que aquelas pessoas estão inseridas, nas palavras delas: uma “ponte entre o individual e social” (BARROS *et al.*, 2007, p.

28). Acessar as histórias vividas pelas trabalhadoras da CMB, através da escuta de seus percursos – e suas experiências com o trabalho – possibilitou uma aproximação com suas vivências. Scribano (2008) aponta que, entre os enfoques da História de Vida, apresentar os elementos sociais convergentes que compõem as diferentes histórias das pessoas que convivem em um ambiente específico, contribui para demonstrar as reações nesse próprio contexto; sendo essas histórias recurso para investigações mais complexas. Esse mesmo autor exemplifica o uso do método em uma pesquisa realizada em Buenos Aires, em 1992, que tinha como objetivo identificar as diferentes trajetórias relativas ao trabalho, educação e família de trabalhadoras de uma determinada região.

Sendo assim, utilizamos as entrevistas como acesso às trajetórias laborais das entrevistadas. Minayo (2006) apresenta a entrevista como um processo muito utilizado em campo; e caracteriza-a como a comunicação entre uma ou mais pessoas, onde o pesquisador aborda assuntos que irão compor respostas acerca do objeto da pesquisa. O pesquisador deve elaborar questões que suscitem os temas que guardam relação com objeto de estudo. Dentre as vantagens das entrevistas, Gil (2008) pontua a possibilidade de obter respostas com mais profundidade sobre os temas pesquisados, acessar diferentes dimensões relacionadas à vida social dos entrevistados e classificar/quantificar os resultados. Além disso, o autor reconhece que essa técnica é muito utilizada entre sociólogos, psicólogos e assistentes sociais, sendo amplamente utilizada entre pesquisadores das áreas humanas. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas com auxílio do programa Transkriptor. Apesar do período pandêmico, todas as entrevistas foram realizadas de forma presencial, eventualmente, com uso de máscara.

Visando garantir o acesso às informações que poderão compor as questões relativas à trajetória laboral das trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira - Ceará, desenvolvemos um roteiro de entrevista em que algumas questões foram formuladas às entrevistadas. Esse roteiro foi um guia durante a entrevista, mas não foi lido nem fechado como um questionário. “[...] Essa lista deve ter, como substrato, um conjunto de conceitos que constituem todas as faces do objeto de investigação e visar, na sua forma de elaboração, a operacionalização da abordagem empírica do ponto de vista dos entrevistados” (MINAYO, 2006; p. 189).

## **7.2 As trabalhadoras entrevistadas**

A aproximação inicial com o campo é uma etapa relevante na pesquisa. Consideramos que esse processo aconteceu ao longo de toda pesquisa, visto que a Casa da Mulher Brasileira – Ceará é um equipamento vinculado à Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Ceará, espaço que foi o meu local de trabalho até Dezembro de 2021.

Após submissão à Plataforma Brasil, a pesquisa foi aprovada pela Comissão de Ética da Universidade Federal do Ceará (Número do Parecer: 5.403.887) e CAAE 58255522.0.0000.5054 em maio de 2022. O contato com as entrevistadas iniciou no mesmo mês e manteve-se até agosto do mesmo ano. Isso aconteceu porque como trabalhadora-pesquisadora, muitas vezes meus horários eram limitados. Além disso, esse também foi um período de muita efervescência política – pois estava-se no período pré-campanha eleitoral – o que demandava atividades pós horário comercial.

O contato com todas as entrevistadas aconteceu, inicialmente, pelo *WhatsApp*. Na oportunidade me apresentava, dizendo os objetivos da entrevista e pedia para elas indicarem qual melhor dia e horário para a entrevista. Todas entrevistas foram realizadas no espaço da Casa da Mulher Brasileira - Ceará durante o final do expediente, normalmente entre 17h e 19h. As entrevistadas sempre solicitavam que os encontros fossem entre terças e quintas – já que de sexta-feira à segunda-feira acontece maior fluxo de atendimento no equipamento. As entrevistas aconteceram em diferentes locais dentro da CMB: 02 (duas) em sala de reunião, 02 (duas) no refeitório, 03 (três) na própria sala de trabalho e 01 (uma) no corredor (que estava vazio e o acesso limitado por uma porta, garantindo o sigilo da entrevista).

Todas as entrevistas foram semiestruturadas e iniciaram após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que está disponível em apêndice desta dissertação. A primeira trabalhadora entrevistada indicou outras colegas, utilizando o método Bola de Neve. Ao total, dialogamos com 09 (nove) trabalhadoras e realizamos 08 (oito) entrevistas (uma trabalhadora estava de férias).

As trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira – Ceará integrantes da pesquisa atuam no setor Administrativo (em diferentes funções) e foram convidadas a participarem. Esse setor tem como responsabilidade tarefas relativas ao funcionamento da CMB, englobando setores da

administração do equipamento e coordenando os serviços que têm relação direta com as assistidas (como a Recepção e a Brinquedoteca). Também, enquanto departamento que compõe a estrutura das políticas públicas para as mulheres, caracteriza-se pela inovação por gerir o equipamento. Essas atividades diversificadas justificam a nossa opção por trabalharmos com esse público.

Inicialmente, não havia definição prévia da quantidade de entrevistadas nem limite de entrevistas com cada trabalhadora, visto que avaliamos a quantidade de entrevistas conforme conseguirmos alcançar os objetivos investigativos da pesquisa. Sobre a amostra fidedigna e suficiente em pesquisa qualitativa, Minayo (2017; p. 4), ressalta que “a amostra de uma pesquisa qualitativa deve estar vinculada à dimensão do objeto (ou da pergunta) que, por sua vez, articula-se com a escolha do grupo ou dos grupos a serem entrevistados e acompanhados por observação participante.”

As atividades desenvolvidas no setor da Administração são referentes às questões do funcionamento da CMB. Envolvendo articulação com os órgãos internos e externos ao equipamento, agendamento de reuniões, organização das atividades alusivas às datas comemorativas do calendário feminista, questões relativas aos processos de manutenção (e pequenas reformas) do prédio. Estão entre as atribuições a gerência da Recepção, setor que é a porta de entrada do equipamento e fica em funcionamento 24hs por dia (inclusive aos finais de semana). Portanto, embora o arco de trabalho prescrito esteja no campo das questões administrativas e burocráticas, o cotidiano requer um conjunto de ações que as colocam junto às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Assim sendo, o setor da Administração engloba afazeres heterogêneos e apresenta-se como um espaço novo dentro da organização da política pública para as mulheres.

Ao total, foram realizadas 08 (oito) entrevistas onde utilizamos 04 (quatro) delas diretamente para nossos estudos. Antes de avançarmos na apresentação do procedimento da análise, é necessário justificar essa escolha: durante todo processo de análise do material coletado, mantivemos uma pesquisa sobre o uso dos Núcleos de Significação como procedimento de análise dos dados, buscando refinar cada etapa a partir da produção coletiva do uso dos Núcleos de Significação. Nesse processo, identificamos algumas dissertações de mestrado que, utilizando o mesmo procedimento de análise, utilizaram de 03 a 05 entrevistas (VARGAS, 2014;

SILVA, 2022).

Além disso, na aula on-line “Metodologia de Pesquisa por meio de Núcleo de Significação na perspectiva sócio-histórica – da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN”, com o Professor Drº Julio Ribeiro Soares, em março de 2021, há a sugestão do uso de 01 (uma) a 03 (três) entrevistas para a dissertação, considerando que a profundidade da análise das entrevistas é a principal vantagem nesse método, que busca apreender a realidade materializada no sujeito. Também é indicada a escolha de sujeitos que revelem, que suas falas tragam contribuições à pesquisa. Portanto, a opção de utilizar 04 (quatro) das 08 (oito) entrevistas justifica-se por aderir à indicação da literatura. As entrevistas escolhidas foram aquelas nas quais as entrevistadas estavam implicadas com a experiência da pesquisa, possibilitando um aprofundamento nas suas falas.

### **7.3 Núcleos de Significação (NS) como Procedimento de Análise**

A análise das trajetórias laborais das trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira – Ceará requer um aprofundamento na história de vida (laboral) das entrevistadas, na busca de apreender suas decisões individuais e vivências à luz da compreensão dialética que esses processos têm, ou seja, considerando as implicações sociais dessas questões. Para tal, optamos pelo procedimento de análise do Núcleos de Significação (NS).

Essa estratégia está abarcada teoricamente na Psicologia Sócio-Histórica, considerando a realidade dialética e propondo desvendar à pesquisadora o sentido atribuído à determinada realidade pelas entrevistadas. Existe um compromisso com a identificação do processo histórico do objeto pesquisado, fugindo da simples descrição do fenômeno. Aguiar e Ozella (2013, p. 303) afirmam [...] “portanto, é apreender as mediações sociais constitutivas do sujeito, saindo assim da aparência, do imediato, indo em busca do processo, do não dito, do sentido.” A autora e o autor também reforçam que os conceitos de mediação e historicidade compõem o embasamento teórico da constituição desse método.

Compreendendo a mediação como um ponto central na organização entre o meio e campo subjetivo, é possível tomar a historicidade como um processo, um percurso que acontece não ao acaso, mas como fruto de potências que foram se desenvolvendo no caminho do

objeto. Explorando os motivos relacionados à escolha por trabalharem na CMB, aproximamo-nos do processo de mediação dessas trabalhadoras, onde existe um encontro dos signos e valores internos com o meio (social), caracterizando-se por uma função psicológica. Rossim, Alves e Norbiato (2022) afirmam que, para Vigotsky, esse processo, além de exclusivamente humano, contribui para a transformação dos signos e significados, que reflete de forma coletiva, em uma mudança social.

O procedimento de análise com os Núcleos de Significação (NS) é composto por três fases: levantamento de pré-indicadores, sistematização de indicadores e sistematização dos núcleos de significação. Compreendendo-se como um processo dialético e, portanto, que não deve ser utilizado de forma linear pelos pesquisadores (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015). Embora houvesse a possibilidade de utilizar um programa de computador para auxiliar no processo de categorização, optamos por realizar de forma manual. Além disso, optamos por apresentar cada etapa realizada no procedimento de análise, de forma individual, das 04 (quatro) entrevistas utilizadas. As etapas do levantamento dos pré-indicadores e indicadores estão disponíveis no Apêndice A, as etapas relativas aos Indicadores e Núcleos de Significação estão disponíveis ao longo do texto. Todas as entrevistas passaram pelas fases previstas no modelo de análise, conforme a descrição a seguir:

O processo de análise iniciou com a revisão da transcrição das entrevistas, onde cada uma delas foi ouvida e lida ao mesmo tempo, para garantir o registro exato das falas, expressões, silêncios e emoções captadas durante o encontro. Já nesse percurso foi possível identificar alguns temas mais recorrentes, questões nas quais as entrevistadas ficavam mais emocionadas. Foi realizada uma leitura flutuante de todas as entrevistas e, posteriormente, uma imersão em cada uma delas com objetivo de nos aproximarmos à realidade apresentada pelas falas.

Iniciou-se, em seguida, a fase de levantamento dos pré-indicadores. A partir da leitura flutuante, recorrente e exaustiva, identificamos as falas que traziam materialidade, expressando significado. Consideramos também a frequência de repetição das falas, expressões, ideias, silêncios e risadas. Além disso, considerou-se os objetivos da pesquisa, buscando identificar os pré-indicadores que dialogavam com as questões a serem investigadas.

Aguiar, Soares e Machado (2015) afirmam que a operacionalidade dessa fase da análise de dados se dá por leituras sistemáticas do material verbal e demanda uma postura

perspicaz do pesquisador, que necessita observar questões relacionadas à frequência, carga emocional, insinuações e a ênfase dada em palavras específicas. As autoras apontam que a fase do levantamento de pré-indicadores “embora revelem apenas o lado empírico/aparente do objeto e, por isso, sejam vistos e denominados por nós como teses, são importantes pontos de partida na elucidação do movimento de significação da realidade pelo sujeito” (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015, p. 64).

Tendo como referência essa compreensão da etapa do levantamento dos pré-indicadores, foi realizado um mergulho nas entrevistas, utilizando o retorno aos áudios sempre que necessário. Além disso, os textos que embasam o uso dos Núcleos de Significação foram relidos e consultados ao longo de todo processo de análise, assim como foram assistidas aulas (em formato remoto) que tratavam sobre o procedimento. Buscou-se realizar, a cada etapa, os procedimentos necessários para a apreensão dos significados da forma mais completa.

Após a identificação dos pré-indicadores das entrevistas (disponíveis no Apêndice A), iniciou-se a Identificação de Indicadores. Nessa fase, buscou-se reconhecer as falas que guardavam similitude entre si, que complementavam as ideias e também que representavam um pensamento oposto. A identificação dos Indicadores tem como objetivo articular os pré-indicadores num exercício de abstração que permite ter um acesso maior aos sentidos formados pelos sujeitos (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015). Nessa fase, observamos as contradições relativas aos aspectos individuais das pesquisadas trabalharem na Casa da Mulher Brasileira – Ceará, bem como as reflexões sobre seus processos de educação (formal e não-formal) sobre o tema da violência contra as mulheres.

Durante a identificação de Indicadores buscou-se aquelas ideias que pareciam contrárias ou se complementavam, expressando o funcionamento dialético do sujeito, buscando apreender as formas de significação da realidade de cada entrevistada. Aguiar, Aranha e Soares (2021) explicam a identificação de Indicadores como:

[...] o intuito é de que a articulação de pré-indicadores, culminando em indicadores, produza uma nova relação das significações objetivadas pelos sujeitos, de modo a avançarmos para explicações mais totalizantes, expressando um avanço do pesquisador na apreensão dos nexos entre as particularidades historicamente constituídas dos sujeitos. Para procedermos a essa articulação, a proposta, como já apontada, é de que utilizemos os critérios de similaridade, complementaridade e contraposição. (AGUIAR; ARANHA; SOARES, 2021, p. 8).

Embora haja etapas para serem cumpridas no processo de análise proposto pelos Núcleos de Significação, os procedimentos não são rígidos ou inflexíveis. Portanto, cabe apresentar que, durante as várias horas de leituras e identificação dos indicadores, houve um retorno aos pré-indicadores, com a releitura integral das entrevistas, anotações e articulações dos indicadores que foram construídas e desconstruídas ao longo da elaboração dessa pesquisa. O percurso para construção permitiu a apreensão de sentidos que foram transformando-se ao longo do processo: uma análise profunda que, por vezes, representava uma ideia isoladamente, contudo, quando articulado a outros indicadores, revelava-se uma ideia distinta.

A sistematização dos Núcleos de Significação é o momento onde voltamos a reunir as partes que foram divididas na fase inicial do processo de análise, é um processo de síntese. Busca superar o discurso evidente, “por meio do ‘processo de articulação dialética’ dos indicadores, a realidade concreta, ou seja, os sentidos que, histórica e dialeticamente, articulam a fala e o pensamento do sujeito” (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015; p. 70). As transformações e contradições ocorridas no processo de construção dos significados e sentidos, podem ser verificadas, permitindo uma análise mais consistente “que nos permita ir além do aparente e considerar tanto as condições subjetivas quanto as contextuais e históricas” (AGUIAR, OZELLA, 2013; p. 310).

Nessa etapa, foi realizada a articulação dos indicadores utilizando os critérios de similaridade e contraposição. O objetivo era reunir as diferentes partes identificadas inicialmente e, considerando o processo social e histórico que as entrevistas estão inseridas, analisar o movimento realizado pela entrevistada. A quantidade de núcleos de significação é reduzida, segundo Aguiar e Ozella (2006) essa etapa é mais enxuta, de forma que não ocorra uma diluição, levando ao retorno aos indicadores. Além disso, a autora e o autor destacam que os núcleos de significação necessitam apresentar os pontos mais primordiais e centrais para cada entrevistada, que tenham envolvimento emocional e que revelem determinações constitutivas.

Aguiar, Aranha e Soares (2021) destacam que o nome dado ao título do Núcleo de Significação é um esforço do pesquisador em expressar a síntese atingida e sugerem o uso de uma frase das entrevistadas para contribuir nesse papel de síntese dos conteúdos presentes no núcleo. A partir desse referente, assim procedemos.

Portanto, o procedimento de análise Núcleo de Significação (NS), pressupõe uma

visão dialética do ser humano, que transforma e é transformado no processo do trabalho. Sendo um esforço para apreender os sentidos e significados dados de forma individual e considerando que esse processo produz-se também de forma coletiva. É relevante destacar que o procedimento de análise não ocorreu de forma linear, sendo constante a releitura das entrevistas. Segundo Aguiar, Aranha e Soares (2021, p. 4)

[...] mantendo a coerência do método anunciado, é importante destacar que esse movimento analítico não pode se dar de modo linear, mas sim como um processo que dialeticamente se organiza e reorganiza, buscando sempre a apreensão do real para além da aparência” (AGUIAR, ARANHA e SOARES, 2021, p. 4).

Sendo assim, utilizando o procedimento dos Núcleos de Significação para analisarmos as trajetórias laborais, levantando os aspectos que levaram as trabalhadoras a decidirem trabalhar na CMB, assim como suas vivências relativas à violência e no seu percurso laboral. Consideramos que tal procedimento contribuiu para a apreensão de suas respostas, direcionando-nos ao encontro do sentido desse trabalho em suas vidas; bem como às questões coletivas que atravessam suas vivências, repercutindo em seus processos individuais.

A seguir, apresentaremos os resultados encontrados no procedimento de análise – Núcleos de Significação, realizado de forma individual, nas entrevistas selecionadas para compor essa dissertação.

## 8 TRAJETÓRIAS CONTADAS E ACOLHIDAS

As trajetórias laborais das mulheres que participaram dessa pesquisa serão apresentadas nas próximas páginas, sob o procedimento de análise Núcleos de Significação (NS). Escolhi nomear essa etapa como “Trajetórias Contadas e Acolhidas” porque reconheço a participação dessas trabalhadoras como central nesse processo. Elas dedicaram seus tempos (tão limitados) e disposição para contarem seus trajetos e reviverem (algumas vezes) vivências difíceis. Eu, enquanto pesquisadora, esforcei-me para acolher essas histórias com uma escuta atenta, respeitosa e com os limites e rigor que a pesquisa acadêmica exige.

Portanto, apresento as etapas da análise de cada entrevista referente aos Indicadores e aos Núcleos de Significação. A definição dos pré-indicadores e a sistematização dos indicadores (de cada uma das entrevistas) estão disponíveis no Apêndice A. Optei apresentar o texto nesse formato para mantê-lo melhor acomodado. Após a apresentação da sistematização dos dados, foram realizadas as reflexões sobre alguns aspectos, de forma individualizada.

O processo de análise das entrevistas aconteceu durante os meses de agosto e novembro de 2022. Ao total, foram contatadas 09 (nove) trabalhadoras, todas vinculadas ao setor da Administração da Casa da Mulher Brasileira - Ceará. Dessas, 08 (oito) delas foram entrevistadas (uma aceitou participar, mas estava de férias e por isso houve incompatibilidade de horários). Para essa pesquisa, foram utilizadas 04 (quatro) entrevistas. Os nomes utilizados para identificar as participantes foram escolhidos por elas mesmas e, no caso daquelas que não quiseram escolher, foram nomeadas pela própria pesquisadora, inspirada na personagem Bibiana Terra Cambará<sup>4</sup> e na rendeira Maria Matilde da Conceição<sup>5</sup>. Para facilitação da identificação das entrevistadas, segue um quadro com suas apresentações:

Quadro 2 - Identificação das participantes

<b>Identificação</b>	<b>Idade</b>
Matilde	39 anos
Kollontai	28 anos
Melissa	27 anos
Bibiana	58 anos

4 Protagonista da trilogia o Tempo e o Vento, do autor gaúcho Érico Veríssimo

5 Rendeira, mãe do Dragão do Mar, também conhecido como Chico da Matilde. Importante abolicionista do Ceará

Fonte: Elaborado pela autora.

Na busca de organizar o texto, na próxima fase serão apresentados os Indicadores e os Núcleos de Significação de cada uma das entrevistas analisadas. As etapas de elaboração dos Pré-indicadores e Indicadores de todas as entrevistas utilizadas estão disponíveis do Apêndice A.

### 8.1 Matilde - “*A gente trabalha... pra que essas mulheres possam romper o ciclo da violência... né... e é muito gratificante.*”

O encontro com Matilde aconteceu na sala que ela ocupa rotineiramente. O início da nossa conversa precisou ser atrasado alguns minutos, porque surgiu a demanda de um possível abrigo para uma usuária da Casa da Mulher Brasileira - Ceará. A equipe técnica estava com dúvidas sobre o encaminhamento e foi consultá-la. Acompanhei a rápida discussão sobre as possibilidades e logo depois ficamos sozinhas, iniciando a entrevista.

Matilde nasceu e cresceu na periferia de Fortaleza, desde pré-adolescente participou de movimentos sociais ligados à Igreja Católica e ainda na adolescência organizou-se no movimento feminista. A identificação do compromisso subjetivo com as questões coletivas surge no início da nossa conversa: “*A gente sempre teve essa coisa de querer uma coisa melhor, tanto pessoal como para a comunidade, para o bairro.*” Sua trajetória laboral é marcada por diversos trabalhos formais e não-formais, e ela trabalha na Casa da Mulher Brasileira – Ceará desde a sua implementação, em 2018.

Para a construção dos Núcleos de Significação da entrevistada, iniciamos com a identificação de 44 pré-indicadores e 29 indicadores (disponíveis no Apêndice A). Após a aglutinação das falas utilizando os critérios de similaridade, complementaridade e contraposição; chegamos à categorização de 05 Núcleos de Significação:

Quadro 3 – Matilde: Indicadores e núcleos de significação

Indicadores	Núcleos de Significação
Inserção na pré-adolescência no movimento social organizado	1) Participação no movimento social organizado como vivência importante na sua trajetória. “ <i>Eu acho, eu já era feminista desde sempre, né?</i> ”
Atrela à participação no movimento social organizado a busca por melhorias na sua comunidade	
Inserção na organização social com viés da luta de mulheres – organização feminista	
Priorização dos estudos	

Vivência relacionada à violência	
Experiência na organização do movimento social como fator estruturante para o compromisso atual	
Trajetória marcada por amplitude de atividades e identificação da proximidade com atividades laborais relativa às mulheres	
Trabalho com economia solidária e mulheres	
Trabalho por 05 anos, em instância municipal, com políticas para as mulheres	2) Diferentes atividades laborais em trabalhos próximos à temática das mulheres. <i>“Meus trabalhos sempre me puxaram muito para essa área das políticas para as mulheres”</i>
Acesso à vaga de trabalho a partir de um convite	
Fatores mobilizadores ao vínculo: necessidade salarial, viabilidade de horário e possibilidade de continuação dos estudos.	
Compromisso subjetivo com a atividade de trabalhar com mulheres em situação de violência	
Identificação do próprio trabalho como componente para o rompimento com o ciclo da violência de outras mulheres	3) Compromisso subjetivo com a atividade e identificação de contribuição social com o trabalho realizado. <i>“A gente trabalha... pra que essas mulheres possam romper o ciclo da violência... né... e é muito gratificante.”</i>
Identificação do fortalecimento subjetivo dentro do ambiente do trabalho	
Espaço do trabalho reconhecido como um sonho realizado	
Trabalho na CMB como atividade de enfrentamento à violência	
Trabalho como construção subjetiva, de aprendizado	
Identificação da dificuldade de trabalhar com uma temática relacionada à violência contra as mulheres	
Sentimento de raiva identificado em eventuais situações	
Surge discurso de competição, ainda que seja entre trabalhadoras comprometidas com o enfrentamento à violência	
Descrição do processo organizativo da CMB	4) Reconhecimento das dificuldades no cotidiano do trabalho, referente à violência e processo organizativo. <i>“Perfeito não é, nem nunca vai ser. Dificuldades a gente encontra todos os dias”</i>
Auto-percepção das próprias atividades desenvolvidas	
Transição entre os planejamento – trabalho mais cognitivo – e a atividade de enfrentamento cotidiana	
Identificação de experiência positiva ter participado da elaboração e execução do projeto	
Reflexão sobre o trabalho enquanto prevenção à violência que era realizado em atividades nas áreas rurais	5) Engajamento subjetivo no enfrentamento à violência contra as mulheres refletido nas atividades do trabalho. <i>“amo fazer o que faço... mas... eu acho... que é</i>

Transversalização com a causa	<i>muito... talvez... dessa luta... dessa luta que a gente, a gente enquanto sociedade, se dispõe a fazer.”</i>
Violência como substrato de vida, refletindo um compromisso da vida e não somente de trabalho	

Fonte: Elaborado pela autora.

A participação no movimento social é um componente muito presente na trajetória laboral da Matilde. Acessando esses espaços desde muito jovem, ela se reconhece *“feminista desde sempre”*. Considerando sua participação nesses espaços ainda na pré-adolescência destaca-se o tempo ocupado na sua história de vida e o lugar que ela reconhece como seguro, conforme a sua fala *“Eu vim do movimento, da luta, quando eu sair daqui eu volto pra lá.”* Remetendo a um compromisso de vida a dedicação ao enfrentamento da violência contra as mulheres, e não somente as atividades desenvolvidas no trabalho.

Inicialmente, quando questionada sobre o início da sua trajetória laboral, ela responde *“É... trab...comecei minha militância”*, demonstrando um misto entre o trabalho formal e a militância organizada, no qual a vivência na militância pode ser misturada com a experiência do trabalho. Santos (2019) pesquisou as trajetórias profissionais de trabalhadores que atuam em equipamentos da assistência social em Minas Gerais, encontrando, muitas vezes, um discurso afetivo e militante sobre o trabalho desenvolvido nos equipamentos. A participação nesses espaços desde a juventude compõe a trajetória de vida da Matilde, sendo possível perceber essa proximidade intrínseca entre a “atuação” militante e o trabalho com as mulheres em situação de violência.

As experiências, encontros e relações estabelecidas a partir da militância nos movimentos sociais e feministas provavelmente foram elementos para compor essa aproximação com o trabalho formal com as políticas públicas para as mulheres. Sugerindo o espaço da militância e a organização social como oportuno para o acesso às informações relativas à rede de atendimento às mulheres em situação de violência, às formações, grupos de estudos, aos contatos com profissionais/estudiosas/trabalhadoras dos equipamentos e sendo fonte de potenciais indicações para ocupar espaços de trabalho relativos ao tema.

D’avila e Coutinho (2019), em pesquisas sobre as trajetórias laborais de jovens profissionais, considera as marcas sociais que os jovens vivenciaram e a rede de relações sociais que estabeleceram como elementos relevantes para o lançamento deles ao mundo do trabalho.

Sendo assim, podemos estimar que a vivência nos movimentos sociais como fator importante para a decisão de trabalhar na Casa da Mulher Brasileira – Ceará.

Analisando a trajetória laboral da Matilde, ela resgata os diferentes trabalhos que teve ao longo da vida: “*Eu já fiz de tudo um pouco, já trabalhei em casa de família, já entreguei panfleto, já trabalhei em campanha eleitoral.*” Essa afirmação nos aponta um percurso em “trabalhos flexíveis”, que não costumam ter vínculo formal e são temporários, características de um processo de precarização, no qual é composto o Neoliberalismo. Sobre a flexibilização como estratégia para responder aos desafios de uma sociedade assalariada, Aquino (2020) afirma:

(...) novos modos de organização do tempo e do espaço atrelados ao trabalho passam a ser concebidos como modos privilegiados de enfrentamento à crise da sociedade salarial, embora neles estejam contidos os princípios da naturalização e até da normatização da precarização que conhecemos hoje, tomados eufemisticamente como formas de flexibilizar o trabalho. Percebe-se, assim, que a flexibilização se via profundamente atrelada ao processo de precarização e constituía peça chave para disseminação da razão neoliberal. (AQUINO, 2020, p. 54).

Portanto, tendo como pano de fundo a precarização do trabalho, realidade inerente ao sistema neoliberal, a trajetória de Matilde tem as consequências desse processo de dinamismo da relação trabalho-capital. Ainda assim, ela identifica a proximidade de experiências laborais próximo ao tema dos direitos das mulheres; como sintetiza o NS: “Diferentes atividades laborais em trabalhos próximos à temática das mulheres - *“meus trabalhos sempre me puxaram muito para essa área das políticas para as mulheres”*”.

Sendo assim, percebe-se uma complementaridade dos três primeiros Núcleos de Significação (NS), que apresenta sua experiência desde jovem com os coletivos de luta por direitos sociais e de mulheres, a aproximação com os trabalhos formais relacionados com o tema do enfrentamento à violência contra as mulheres e o próprio compromisso subjetivo com esse tema. Apontando para um trabalho carregado de sentido e significado, que compõe função para sua vida pessoal, ultrapassando a questão exclusiva da sobrevivência e sinalizando a busca por um trabalho que dialoga com a própria trajetória de vida como um aspecto relevante para o trabalho na Casa da Mulher Brasileira – Ceará.

Além disso, a valorização do estudo e formação acadêmica na própria trajetória tem papel central. Matilde justifica o retorno ao trabalho formal com as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres afirmando que: “*Primeiro, assim, de início foi pela*

*questão financeira mesmo.” e “[...] era o horário mais flexível que eu conseguia [...]”* trazendo à luz a questão salarial com centralidade ao mesmo tempo que encontra uma possibilidade de manter os estudos. Sendo a flexibilidade de horário um mobilizador para aceitar o convite.

Entre os objetivos específicos da nossa pesquisa, temos o conhecimento da vivência relacionada à violência das trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira – Ceará. Nesse sentido, dentre as vivências identificadas pela própria entrevistada, a proximidade – na infância – a situações de violência doméstica (moral e psicológica) na própria família também aparece como elemento: *“Quando a gente via a luta das mulheres, todo sofrimento da violência e querendo ou não, dentro de casa né?”* A convivência nas organizações sociais surgem como uma ferramenta de (re)conhecimento àquelas situações presentificadas.

Embora não esteja sistematizado num único Núcleo de Significação, é possível percebermos, ao longo das falas da entrevistada, que a valorização financeira não é o elemento central para a manutenção no trabalho, conforme aparece nesse trecho, *“É como eu sempre digo ‘gente, a gente trabalha aqui não é pelo dinheiro não’ porque se fosse não valia a pena... já tinha voado daqui faz tempo”*. Essa afirmação também demonstra o compromisso subjetivo com o enfrentamento à violência, no entanto, transparece a fragilidade relativa ao valor dos salários.

E, quanto a isso, é relevante considerar a diminuição do orçamento federal para as políticas para as mulheres durante os anos de 2016 a 2022, bem como reforçar a necessidade de valorização salarial como estratégia de fortalecimento das políticas públicas. Recentemente, o Decreto Federal nº 11.431/2023, instituiu o retorno do Programa Mulher Viver Sem Violência e prevê a criação de novas unidades da Casa da Mulher Brasileira em todo Brasil (BRASIL, 2023); retomando um período de construção democrática dessas políticas bem como representando um tempo de esperanças renovadas.

O NS “Reconhecimento das dificuldades no cotidiano do trabalho, referente à violência e ao processo organizativo - *“Perfeito não é, nem nunca vai ser. Dificuldades a gente encontra todos os dias”* revela os enredamentos sobre os próprios sentimentos mobilizados frente ao tema da violência contra as mulheres e às dinâmicas interpessoais desse espaço de trabalho. Mas percebe-se também um reconhecimento de que não são questões exclusivas desse tipo de trabalho, revelando uma aceitação dessa realidade.

## 8.2 Kollontai - “A Casa por mais que tenha toda essa questão da violência, é um ambiente agradável de se trabalhar.”

A entrevista com Kollontai iniciou no final da tarde, na sala que ela ocupa para trabalhar. Moradora de Fortaleza, tem o ensino superior completo e, ao ser convidada para falar sobre a sua trajetória laboral, ela conta que iniciou entre 14 e 15 anos com experiência de estágio em áreas administrativas. Além disso, resgata a sua participação, desde jovem, na militância no movimento estudantil e de mulheres. A entrevistada está trabalhando desde a implementação dos serviços na Casa da Mulher Brasileira-Ceará, em 2018.

O processo de sistematização da entrevista, inicialmente, identificou 19 pré-indicadores, sendo sistematizados em 15 indicadores (etapa está disponível no Apêndice A). A partir dos indicadores, utilizando os critérios de contraposição, similaridade e complementaridade, organizamos 05 Núcleos de Significação, conforme a seguir:

Quadro 4 - Kollontai: Indicadores e núcleos de significação

Indicadores	Núcleos de Significação
Exercício de funções semelhantes ao longo de sua trajetória e reconhecimento da complexidade de desenvolvê-la na CMB.	1) Trajetória Laboral com presença de atividades semelhantes e desenvolvidas no campo dos direitos para as mulheres “ <i>Não se distancia tanto dos trabalhos anteriores... né que sempre foi desse cunho mais administrativo</i> ”
Identifica o trabalho atual como continuidade do último trabalho, reforçando essa trajetória de funções administrativas mas que estão à serviço de um interesse coletivo às mulheres.	
Reconhecimento do início da trajetória laboral a partir da primeira experiência de estágio, ainda no ensino médio.	
Ambiente de trabalho bom apesar da Violência contra à mulher ser presença constante no trabalho.	2) Trabalho na CMB caracterizado como imprevisível, sob o vínculo trabalhista; complexo e mobilizante, sob o conteúdo do trabalho; e bom sob a organização. “ <i>A Casa por mais que tenha toda essa questão da violência, é um ambiente agradável de se trabalhar.</i> ”
Imprevisibilidade na permanência, pois trata-se de vagas que são oriundas de indicação, estando à mercê dos resultados da eleição ao governo estadual.	
Reconhecimento do atravessamento de sentimentos intensos ao atender às mulheres, além da dimensão coletiva da violência contra à mulher.	
A militância como mobilizadora da decisão de trabalhar na CMB.	3) As atividades desenvolvidas no trabalho na CMB aproximam-se dos objetivos da militância no movimento feminista. “ <i>Estar na Casa da Mulher Brasileira era também a oportunidade da continuidade dessa militância</i> ”.
A militância faz parte da composição da função social do trabalho.	
Trabalho na CMB como oportunidade de transformação social através das políticas públicas.	

Amplitude de atividades desenvolvidas durante o trabalho.	
Valorização da militância em sua trajetória.	4) Identificação da militância como espaço de aprendizado. <i>“eu acho que o processo da militância foi um divisor de águas na minha vida. Tanto do ponto de vista do trabalho como do ponto de vista da educação”</i> .
A experiência adquirida na militância como fator de proteção frente a exposição de assédio sexual no trabalho anterior.	
Crítica à formação da psicologia.	
Identifica vivência de exposição ao assédio sexual em ambiente de trabalho.	5) A vivência relacionada ao Assédio sexual é muito presente na sua trajetória laboral. <i>“E falando sobre trajetória, acho que o que fica muito marcado é... negativamente é a minha passagem pelo XXX<sup>6</sup>”</i>
Identificação do assédio sexual como elemento muito importante na sua trajetória laboral.	

Fonte: Elaborado pela autora.

O primeiro Núcleo de Significação aponta para a semelhança de atividades em sua trajetória laboral, iniciada ainda na adolescência: *“Não se distancia tanto dos trabalhos anteriores... né que sempre foi desse cunho mais administrativo”*. No entanto, podemos perceber uma transformação na atividade realizada, aproximando-se das demandas que têm relação com o enfrentamento à violência contra as mulheres nas políticas públicas.

No Núcleo de Significação “Trabalho na CMB caracterizado como imprevisível, sob o vínculo trabalhista; complexo e mobilizante, sob o conteúdo do trabalho; e bom sob a organização - *‘A Casa por mais que tenha toda essa questão da violência, é um ambiente agradável de se trabalhar.’*” percebe-se a insegurança relacionada ao vínculo empregatício. Ainda que a relação trabalhista se mantenha através da carteira assinada (com garantia de férias, 13º salário e FGTS), a manutenção da chefia imediata está relacionada ao cenário político partidário, sem estabilidade prevista em outros serviços públicos nos quais são regidos como servidores.

Esse Núcleo de Significação contempla elementos importantes que contribuem com o objetivo de analisar a trajetória laboral das trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira – Ceará. Inicialmente, destacamos a insegurança da manutenção do vínculo no trabalho. A modalidade de contratação das trabalhadoras que entrevistamos é a terceirização. Apesar das relativas vantagens relacionadas à garantia dos direitos trabalhistas assegurados na Consolidação das Leis de Trabalho, consideramos uma fragilização do vínculo trabalhista. Sobre a Terceirização Aquino *et al.* (2016) afirmam:

---

<sup>6</sup> Optamos por não divulgar o local do trabalho para não expor a entrevistada.

No Brasil, a terceirização ganhou força na década de 1990, durante o governo Collor – junto à intensificação da inserção do modelo de produção brasileiro aos ditames do toyotismo –, com a expansão neoliberal no país, possibilitada pela abertura comercial ao mercado internacional, que iniciou o processo de privatizações de empresas públicas e de redução do papel do Estado. Nesse contexto, a flexibilização na administração pública iniciou-se como parte desse cenário maior, principalmente diante da crise econômica que se vivenciava, cuja proposta neoliberal de solução passava por limitar a atuação do Estado na economia, reduzindo seu papel social, e a conceder à atuação do mercado o papel de instituição determinante ao acesso de grande parte dos bens e serviços sociais. (AQUINO *et al.*, 2016, p. 132).

Sendo assim, trata-se de uma característica do sistema neoliberal, estando presente na sociedade como um todo. Krein *et al.* (2018) alertam para a expansão da terceirização nos diferentes segmentos econômicos, atuando com muita intensidade no setor de serviços, mas também presente no setor público com o discurso da redução de gastos (nem sempre alcançado) mas também buscando contribuir para a redução das tarefas sociais do Estado, replicando uma lógica de gestão privada em seus serviços.

Ainda assim, destaca-se nesse Núcleo de Significação a transparência da reflexão sobre a Casa da Mulher Brasileira - Ceará ser um espaço “*bom de trabalhar*”, apesar do tema da violência. Os aspectos elogiados fazem referência ao ambiente físico e à gerência reconhecida como liderança no tema, a fluidez do trabalho com os demais órgãos que atuam na CMB.

O segundo Núcleo de Significação também apresenta algumas vivências relativas ao trabalho na Casa da Mulher Brasileira – Ceará: “*A gente se atravessa para além de profissional, como ser humano, de entender que ali não é só com aquela mulher, né? É com todas nós, mulheres. Então, vem o sentimento de indignação, de revolta [...]*” e identifica a raiva como um sentimento também presente algumas vezes “*Raiva, talvez [...]*”. Sendo assim, identificamos o impacto de um processo individual (violência relatada pela atendida na CMB) refletir de forma coletiva para Kollontai, de forma dialética, a violência doméstica que atinge a usuária repercute também à trabalhadora que lhe atende. Como uma “mensagem velada” da consequência às mulheres que não mantêm um comportamento estabelecido em uma sociedade patriarcal.

Os sentimentos de revolta, indignação e raiva compõem a vivência no trabalho realizado por essa trabalhadora, dando pistas das características desse “tipo” de trabalho. Um estudo etnográfico realizado com trabalhadoras de uma Casa de Acolhimento às Mulheres em situação de violência doméstica e familiar, em São Paulo, apontou como “as funcionárias do serviço se constituem e são constituídas a um só tempo como profissionais da dor, do sofrimento

e de sua superação.” (SOUZA, 2015, p. 74). Embora não sejam os mesmos sentimentos identificados, existe uma complementaridade/cumplicidade entre a dor, sofrimento e superação das usuárias com a revolta, indignação e raiva da trabalhadora.

A história de vida da entrevistada é marcada pela inserção, ainda jovem, na militância social sugerindo uma experiência de formação específica, que lhe trouxe ferramentas para lidar e compreender as situações relativas à violência contra as mulheres. Essa hipótese fica mais evidente no Núcleo de Significação 04 (quatro), “A Identificação da militância como espaço de aprendizado: *‘eu acho que o processo da militância foi um divisor de águas na minha vida. Tanto do ponto de vista do trabalho como do ponto de vista da educação’*” e 05 (cinco): “A vivência relacionada ao Assédio sexual é muito presente na sua trajetória laboral: *‘E falando sobre trajetória, acho que o que fica muito marcado é... negativamente é a minha passagem pelo XXX.*”

No primeiro, a entrevistada faculta à experiência da militância no movimento de juventude e mulheres como muito relevante na sua vida, sendo as vivências nesse espaço importantes para a sua formação enquanto cidadã. Em um exemplo de contraponto a essa formação, ela resgata a formação acadêmica em Psicologia, que, na sua avaliação, tem falhas nessa interlocução com a sociedade. A exposição a uma situação de violência sexual no trabalho surge como vivência muito relevante “*negativamente*” e a militância no movimento de mulheres aparece como elemento de proteção, pois considera que foi nesse espaço que a apresentou ferramentas para identificar a situação e responder à altura, embora reconheça a juventude da época.

O conteúdo identificado no Núcleo de Significação “A vivência relacionada ao Assédio sexual é muito presente na sua trajetória laboral: *‘E falando sobre trajetória, acho que o que fica muito marcado é... negativamente é a minha passagem pelo XXX’*” - traz a violência sexual vivida no antigo trabalho como uma vivência da violência e um componente importantíssimo para a entrevistada, no percurso das vivências laborais. Algumas pesquisas apontam as mulheres como as mais expostas ao assédio sexual no ambiente do trabalho e pontuam o baixo nível de denúncias (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABAHO, 2018).

Além disso, a vivência no ambiente dos movimentos sociais é assimilada como oportunidade de aprendizagem que transformou profundamente a vida da entrevistada, sendo

valorizada em sua trajetória laboral. O NS - “As atividades desenvolvidas no trabalho na CMB aproximam-se dos objetivos da militância no movimento feminista: *‘Estar na Casa da Mulher Brasileira era também a oportunidade da continuidade dessa militância’*” - associa que as atividades realizadas enquanto trabalhadora da Casa da Mulher Brasileira – Ceará são uma possibilidade de também atuar na defesa da vidas mulheres.

É relevante apontar que, dentro de suas atribuições, Kollontai realiza atividades formativas sobre o enfrentamento à violência contra as mulher nos diferentes contextos (ações também realizadas por organizações do movimento de mulheres). Percebemos o compromisso subjetivo com a luta pelos direitos, presentes desde a juventude, como tendo destaque no reconhecimento de sua trajetória de vida e trabalho. Apontando para a conexão entre as atividades desenvolvidas no ambiente de trabalho também como contribuição individual para uma luta coletiva relacionada aos direitos das mulheres.

### **8.3 Melissa - “*Não que eu não soubesse que a violência doméstica existe... Lógico que eu sabia, mas não entendia.*”**

A entrevista com Melissa aconteceu no final da tarde, na sala que ela ocupa dentro do setor da Administração da Casa da Mulher Brasileira – Ceará. Assim que iniciamos, alguém tentou abrir a porta, que estava trancada. Eu não compreendi o que a pessoa perguntava do lado de fora (cerca de 4 metros nos distanciava) mas ela compreendeu e imediatamente respondeu (sem levantar da cadeira). Ao final, olhou pra mim e disse “*aqui é sempre assim*” fazendo menção de como era agitado o setor.

O trabalho na Casa da Mulher Brasileira - Ceará é o segundo emprego formal de Melissa. Antes de ser convidada a trabalhar no equipamento, ela estava trabalhando como rede de cuidados na própria família. Melissa iniciou o trabalho na CMB em 2018, junto com a equipe de implementação.

À luz dos desenvolvimentos dos Núcleos de Significação (NS), após as leituras flutuantes da entrevista, encontramos 46 pré-indicadores. Critérios como a carga emocional, a repetição de ideias e palavras, a similaridade foram considerados nessa etapa. Na sequência, realizamos a aglutinação de indicadores a partir dos critérios de complementaridade e da

contradição. Nessa fase, já inicia-se o processo de interpretação dos dados. A forte presença da experiência do trabalho anterior e das questões relativas à oportunidade de aprendizado, já surgiram de forma relevante nessa fase. Ao final, organizamos 46 pré-indicadores e 27 indicadores que estão disponíveis no Apêndice A.

No processo de construção de indicadores e pré-indicadores, já foi possível identificar uma pluralidade de assuntos tangenciados pela entrevistada, sendo a centralidade do trabalho formal, a vivência no trabalho anterior e a CMB como espaço de aprendizagem alguns deles. Para a construção do Núcleo de Significação (NS), realizamos a articulação desses indicadores, buscando revelar as contradições bem como a tentativa de superação dos momentos anteriores. Dos 27 indicadores, chegamos a 07 Núcleos de Significação. A tabela abaixo apresenta esse movimento:

Quadro 5 - Melissa: Indicadores e núcleos de significação

Indicadores	Núcleos de Significação
Descrição da sua trajetória laboral até chegar à CMB e considerações acerca do tempo que parou de estudar.	1) Centralidade do trabalho formal em sua vida - <i>“Porque o que eu, eu adoro trabalhar fora né.”</i>
Valorização do trabalho formal como elemento importante na vida individual	
Dificuldades de acessar trabalho formal e acesso a oportunidade de trabalhar na CMB a partir de uma indicação	2) A falta de postos de trabalho formal potencializa a aceitação de um emprego com função nunca exercida - <i>“E aí eu vim, né com a cara e a coragem”</i> e exposto a imprevisibilidade dos resultados eleitorais - <i>“nós estamos em um ano político, tudo é um processo, então assim eu não vou te dizer que eu me vejo trabalhando aqui daqui a um ano, mas se eu tiver; Ótimo!”</i>
Contexto eleitoral como possível interferência para manter-se na vaga de emprego	
Acreditava que não se adaptaria ao trabalho desconhecido	
Nenhuma experiência anterior à CMB com a temática, coragem em trabalhar com o desconhecido	
Diferenças do trabalho anterior para o atual são aprendizados	3) O trabalho com mulheres em situação de violência demanda estratégias diferentes para a realização do trabalho cotidiano, oportunizando novas aprendizagens; enquanto a no seu percurso de vivências no trabalho anterior, as atividades eram guiadas por um “script” - <i>“é que precisa de ter um, ter assim, uma cautela a mais em cada.... Cada encaminhamento que você for fazer, o que você for falar diferente de você seguir um script de uma coisa que já é aquilo ali, sempre eu vejo muito essa diferença...”</i>
Diferenças de trabalhar no setor privado e setor público	
A dificuldade de manter um script único para todos atendimentos aparece como uma vantagem para aprendizagem	
Característica do trabalho - “fazer de tudo um pouco”	
Público atendido tem o emocional muito abalado	4) As mulheres atendidas na CMB demandam cuidado e conhecimento teórico da violência contribui para isso: <i>“Não que eu não soubesse que a violência doméstica existe... Lógico</i>
Necessidade de não deixar transparecer os problemas pessoais para garantir um bom atendimento às mulheres que buscam ajuda	

Sentimento em relação às mulheres atendidas	<i>que eu sabia, mas não entendia.”</i>
Entendimento de que as mulheres precisam ser bem atendidas assim que chegam à CMB	
Conhecimento sobre o ciclo da violência favorece o atendimento das mulheres em situação de violência	
Envolvimento nos casos quem tem relação com crianças	5) Os casos que envolvem violência com crianças surgem como aqueles que são difíceis de lidar, por isso há um afastamento da escuta sobre essas situações.
Casos que envolvem crianças é um dificultador no processo do atendimento	
Entendimento da Violência contra as mulheres como processo cultural e social a partir do trabalho na CMB	6) Identificação do trabalho como necessidade para arcar com as demandas financeiras e também, oportunidade de aprendizado de novos conceitos, desenvolvimento de empatia com as mulheres em situação de violência e reconhecimento da educação não-sexista na própria trajetória - “... (o pai) sempre deixou bem claro que mulher não é propriedade de ninguém...”
Trabalho por necessidade financeira	
Identificação da não-exposição a valores de diminuição do papel da mulher dentro da própria família	
Atrela a não-exposição à violência à educação recebida pelo pai	
Conseguiu “devencilhar” do relacionamento abusivo pelas experiências de respeito às mulheres vivenciada na própria família	
Trabalho na CMB como oportunidade de reconhecer a vantagem de ser educada em um ambiente não-exposto a valores de menosprezo ao papel da mulher	
Trabalho na CMB como oportunidade de aproximação com conceitos feministas e desenvolvimento da empatia	
Estratégia para lidar com as demandas do trabalho	7) Reconhecimento de vivências que oportunizaram o aprendizado no primeiro trabalho, mas com a mudança de função ocorre a transformação para exposição ao sofrimento. “...no trabalho anterior chegou ali no limite que eu precisava sair, porque eu acho que se eu não tivesse saído, eu ia acabar adoecendo.”
Indicação de exaustão no trabalho anterior.	
Vivências no trabalho anterior à CMB.	

Fonte: Elaborado pela autora.

Melissa identifica a centralidade do trabalho formal em sua vida e, a partir da sistematização dos Núcleos de Significação, podemos inferir que ela disponibilizou-se a trabalhar em um local desconhecido por estar desempregada: “*E aí eu vim, né com a cara e a coragem*”. No entanto, esse desconhecimento abriu espaço para o aprendizado teórico e a oportunidade de reconhecer os elementos das próprias vivências ao longo da sua trajetória de vida – como os aprendizados com o pai conforme sua fala “*Eu tenho um pai altamente feminista, graças a Deus eu tive essa sorte, né?*”. Portanto, percebe-se que o principal aspecto relacionado à decisão de trabalhar na Casa da Mulher Brasileira – Ceará, relaciona-se com o desemprego. Apesar de

existir o substrato de um contexto de familiar feminista, que ela reconhece após iniciar os trabalhos na CMB.

O Núcleo de Significação - “Identificação do trabalho como necessidade para arcar com as demandas financeiras e também, oportunidade de aprendizado de novos conceitos, desenvolvimento de empatia com as mulheres em situação de violência e reconhecimento da educação não-sexista na própria trajetória - “[...] [o pai] sempre deixou bem claro que mulher não é propriedade de ninguém [...]” apresenta a vivência no atual trabalho como oportunidade de reconhecimento da própria educação e desenvolvimento da empatia com as mulheres atendidas. Melissa resgata na sua história de vida um relacionamento abusivo, transparecendo uma experiência relacionada à violência, apesar da educação “*privilegiada*”. Zanello (2019) afirma que os diversos tipos de violência, das simbólicas ao feminicídio se fazem presente na vida das mulheres independente de religiões, classe social, etnia, raça ou áreas geográficas.

A vivência do trabalho formal anterior é muito presentificada como comparativo de desenvolvimento de atividades e pelo reconhecimento da aproximação ao adoecimento mental: “*Eu vou utilizar a palavra era um inferno. Um inferno.*” Embora, muitas vezes, ela aponte como uma “vantagem” do trabalho anterior um “script” para executar as atividades, percebe-se o reconhecimento da entrevistada sobre seu esgotamento mental. O Núcleo de Significação “Reconhecimento de vivências que oportunizaram o aprendizado no primeiro trabalho, mas com a mudança de função ocorre a transformação para exposição ao sofrimento: “[...] *no trabalho anterior, chegou ali no limite que eu precisava sair, porque eu acho que se eu não tivesse saído, eu ia acabar adoecendo.*” Sintetiza esse processo no seu primeiro trabalho, que era realizado pelo telefone, em um banco público. Percebe-se que, inicialmente, era carregado de sentido e, posteriormente, fonte de sofrimento.

Sobre o trabalho realizado por teleoperadores, os autores Moita, Araújo e Aquino (2013) apresentaram no Congresso Latinoamericano de Sociologia as “Reflexões sobre trabalho imaterial e precarização na atividade de teleoperadores e programadores de softwares” como uma marca desse modo contemporâneo de vínculo laboral. O estudo bibliográfico apresenta a conceitualização dos diferentes trabalhos nessa área, sendo os teleoperadores como um tipo de serviço para atendimento ou venda que acontece pelo telefone, dentro da lógica do trabalho terceirizado. Além disso, apontam que:

Entre as maiores pressões internas à organização do trabalho está a exigência em perseguir o script, roteiro de falas que visam a maior clareza e objetividade na comunicação, mas que rotinizam de maneira voraz a atividade dos teleoperadores. Há, também, fatores externos de intensificação do trabalho de teleatendimento. (MOITA; ARAÚJO; AQUINO, 2013, p. 8).

Ainda sobre os movimentos de comparação entre os dois empregos, que são as únicas experiências de vínculo formal de Melissa, ela destaca as diferenças relativas entre ambos: *“porque quando a gente trabalha... Em uma empresa privada, quando a gente vem para o... para, o empresa pública, né, é totalmente... é muito diferente.”* A manutenção do mesmo tipo de vínculo empregatício, a terceirização, parece diluída entre a compreensão das atribuições da CMB e o compromisso em *“Garantir que essa mulher, ela tenha um bom atendimento [...]”*. Não aparecendo a dimensão do trabalho como terceirizado e destacando o empenho e compromisso do serviço realizado na Casa da Mulher Brasileira – Ceará.

Outra dimensão muito presente, é do trabalho como fonte de aprendizado. O Núcleo de Significação *“As mulheres atendidas na CMB demandam cuidado e conhecimento teórico da violência contribui para isso: ‘Não que eu não soubesse que a violência doméstica existe... Lógico que eu sabia, mas não entendia’”* – reúne os indicadores que apontam a reflexão sobre a possibilidade de aprendizado dos conceitos sobre violência contra as mulheres a partir do trabalho realizado na Casa da Mulher Brasileira – Ceará. Há também o destaque sobre a importância do estudo e formação conceitual na dinâmica da violência doméstica e familiar.

As políticas públicas para as mulheres são oriundas de um longo tempo de reivindicações dos movimentos sociais para que o Estado reconhecesse a necessidade de tomar medidas de enfrentamento às diversas formas de exposição à violência, que têm como base as desigualdades de gênero (VIGANO, LAFFIN; 2019). Considerando que esse é um processo que está diluído no tecido social, sendo reproduzido em toda sociedade, é muito importante a formação das profissionais que atuam na rede de proteção às mulheres. Sobre esse tema, Pasinato (2015) reconhece as capacitações como elemento relevante para a garantia de atendimento conforme preconiza as notas técnicas.

Portanto, o Núcleo de Significação *“As mulheres atendidas na CMB demandam cuidado e conhecimento teórico da violência contribui para isso: ‘Não que eu não soubesse que a violência doméstica existe... Lógico que eu sabia, mas não entendia’”*, aponta para esse processo de construção do conhecimento a partir do início do trabalho na Casa da Mulher Brasileira –

Ceará. Melissa reconhece a importância dessa etapa no próprio processo para a compreensão teórica do ciclo da violência e o conhecimento (e desenvolvimento) da empatia. Como é possível identificar na seguinte fala “*Na medida que foi iniciando, comecei a conhecer... e aprendi muita coisa aqui dentro. Muitas coisas!*”.

O trabalho com mulheres em situação de violência demanda estratégias diferentes para a realização do trabalho cotidiano, oportunizando novas aprendizagens; enquanto no seu percurso de vivências no trabalho anterior, as atividades eram guiadas por um “script”: “*É que precisa de ter um, ter, assim, uma cautela a mais em cada... Cada encaminhamento que você for fazer, o que você for falar, diferente de você seguir um script de uma coisa que já é aquilo ali, sempre eu vejo muito essa diferença [...]*” O desafio de encontrar estratégias adequadas àquelas realidades específicas, junto às mulheres em situação de violência, aparece como desafio das atividades desenvolvidas e caracteriza uma de suas vivências como trabalhadora da CMB.

A entrevista de Melissa é um diálogo carregado de suas experiências anteriores e reflexões sobre as vivências no mundo do trabalho. Percebe-se um constante movimento dialético de trazer os conhecimentos do trabalho anterior como relevantes, embora também tenham sido fonte de esgotamento. Além disso, sua fala valoriza os aprendizados adquiridos na função atual; reconhecendo as dificuldades mas realizando um movimento que valoriza a oportunidade de aprender no ambiente de trabalho.

#### **8.4 Bibiana – “*Eu não vou transformar, mas eu vou botar um punhado de areia nessa transformação*”.**

Bibiana me encontrou na sala 03 (três) do setor da Administração da Casa da Mulher Brasileira – Ceará. O espaço era amplo, com várias cadeiras (da cor lilás) e mesas (no tom cinza claro) que se movem para formar um espaço adequado, conforme a quantidade de pessoas que irão se reunir. Esse espaço serve como uma sala de reuniões e foi o cenário da nossa conversa durante o final da tarde de uma quinta-feira.

A entrevistada trabalha desde 2018 na Casa da Mulher Brasileira – Ceará, fazendo parte da equipe desde a implementação dos serviços. Sua trajetória laboral é iniciada ainda na adolescência e, a partir do trabalho formal, organiza-se no Sindicato – onde atua por muitos anos. Também tem experiências de trabalho em Organizações Não-Governamentais que atuavam com

Economia Solidária, direitos/formação da juventude e mulheres e antes de iniciar o trabalho na CMB estava em um emprego informal, contribuindo com o comércio de um familiar.

Após as leituras flutuantes, identificamos 62 pré-indicadores que, posteriormente, foram organizados em 20 indicadores e estão disponíveis no Apêndice A. O processo de análise dos 20 indicadores apontou para a sistematização de 04 Núcleos de Significação, conforme a seguir:

Quadro 6 - Bibiana: Indicadores e núcleos de significação

Indicadores	Núcleos de Significação
Trajetória laboral iniciada na juventude e inserção no movimento social a partir do trabalho formal.	1) Percebe o compromisso com as causas coletivas desde antes de iniciar a trajetória laboral e insere-se no movimento social organizado a partir do trabalho formal. <i>“Eu sempre fui indignada porque muitos tinham muito e outros não tinham nada”</i>
Identificação do compromisso com as causas coletivas desde a juventude	
Descrição daquilo que é compreendido como sua “filosofia de vida”	
Dissociação dos próprios valores subjetivos centrais com as possibilidades de ascensão nos empregos ocupados	
Trabalhar na CMB torna-se opção secundária frente a possibilidade de trabalho na ONG e primária frente ao trabalho no comércio	
Fim dos financiamentos que mantinham ONG encerram os projetos, empurrado-a para o trabalho informal	2) Reconhecimento da própria trajetória laboral como elemento importante ao convite para trabalhar na CMB, desemprego e identificação com a função do equipamento: aspectos relacionados à decisão de trabalhar na CMB. <i>“Primeiro momento porque eu estava desempregada, mas não só porque eu estava desempregada.”</i>
Desemprego e reconhecimento com a função da CMB: fatores de mobilização para aceitar a vaga de emprego	
Reconhecimento das experiências em sua trajetória como elemento relevante ao convite para compor a equipe da CMB.	
Resgate das experiências vividas no movimento social em prol da defesa dos direitos das mulheres da categoria	
Visão crítica ao emprego na gestão pública e alteração dessa compreensão a partir da vivência nesse trabalho	
Exemplo de situações que já aconteceram na CMB	3) Identificação de sentimentos de tristeza, raiva, pena e uso da criatividade como ferramenta para desenvolver suas atividades. <i>“Aí aparece uma ideia e você vai tentando dar caminhos para que essa mulher não desista, né?”</i>
Tristeza, pena, raiva: sentimentos presentes no desenvolvimento do trabalho na CMB.	
Necessidade de manter-se forte e criativa para contribuir com os encaminhamentos das mulheres atendidas.	
Reconhecimento do autocuidado como estratégia para manter-se bem	
Percepção de que é necessário estar bem individualmente para realizar o melhor atendimento possível	
Questionamento sobre as limitações dos próprios	4) Movimento dialógico que compreende a violência

encaminhamentos possíveis de serem realizados.	contra a mulher como problema cultural, a CMB como espaço que cumpre com a função da atenção às vítimas – produzindo significado subjetivo - e a crítica das limitações do próprio trabalho. “ <i>Depois que ela decidiu o que vai acontecer nós não sabemos, mas ela veio, ela conheceu os espaços que ela tem, todos os direitos dela...</i> ”
Reconhecimento dos limites da atuação na CMB e valorização do equipamento.	
Reconhecimento do trabalho na CMB como contribuição para uma causa coletiva (direitos das mulheres), o que dialoga com a própria filosofia de vida.	
Questionamento sobre a misoginia.	

Fonte: Elaborado pela autora.

Perpassa, por toda entrevista com Bibiana, a indignação com as injustiças e a disposição de doar-se para contribuir para a transformação do mundo. O Núcleo de Significação “Percebe o compromisso com as causas coletivas desde antes de iniciar a trajetória laboral e insere-se no movimento social organizado a partir do trabalho formal: *‘Eu sempre fui indignada, porque muitos tinham muito e outros não tinham nada’*” sintetiza a presença constante da sensibilidade às causas relacionadas à busca por direitos iguais. A participação, por muito tempo, no Sindicato está vinculada a esse compromisso subjetivo que não se modificou, apesar das investidas dos empregadores sobre as possibilidades de melhores oportunidades: *“Eu não queria estar num cargo onde eu ia contra a minha filosofia de vida, entendeu?”*. Portanto, percebe-se os percursos das suas vivências laborais, o sentido subjetivo de compromisso coletivo que ela reconhece na própria história.

O Núcleo de Significação “Reconhecimento da própria trajetória laboral como elemento importante ao convite para trabalhar na CMB, desemprego e identificação com a função do equipamento: aspectos relacionados à decisão de trabalhar na CMB: *‘Primeiro momento porque eu estava desempregada, mas não só porque eu estava desempregada.’*” sintetiza alguns movimentos relativos a sua decisão de ir trabalhar no equipamento. O desemprego surge como elemento muito importante nesse processo, pois a entrevistada estava sem vínculo formal há algum tempo e reconhece a centralidade desse fato. Contudo, a previsão da realização de atividades relacionadas às mulheres em situação de violência também a mobiliza para essa entrada, indicando a busca de sentido nas atividades desenvolvidas como elemento potente para a escolha. Sendo assim, observa-se que estar desempregada é reconhecido como elemento para trabalhar na CMB, assim como o “tipo de trabalho” previsto no equipamento.

Há um reconhecimento das atividades desenvolvidas ao longo da própria trajetória laboral como relevantes ao convite para trabalhar na CMB e, especialmente, para a própria entrevistada. Ela reflete e reconhece a própria trajetória no trabalho com o desenvolvimento de atividades próximas ao tema do enfrentamento à violência contra as mulheres. As ações realizadas nas ONGS com objetivo de empoderar economicamente as mulheres, através da economia solidária; a dedicação à construção do sindicato que representasse os interesses dos trabalhadores – especialmente às especificidades das trabalhadoras – são resgatadas, trazendo o desenvolvimento das ações na CMB hoje em dia como uma certa continuidade desses trabalhos. E no qual transparece uma associação à sua filosofia de vida, desvendando um trabalho com sentido para sua vida.

A entrevistada também apresenta como lida com o trabalho que tem a violência contra as mulheres como substrato. Sentimentos descritos como tristeza, raiva e pena estão presentes entre aqueles sentidos no cotidiano com as assistidas da CMB. Além disso, surge a criatividade como ferramenta para construir pontes que deem acesso às mulheres ao rompimento do ciclo da violência. O Núcleo de Significação “Identificação de sentimentos de tristeza, raiva, pena e uso da criatividade como ferramenta para desenvolver suas atividades: *‘Aí aparece uma ideia e você vai tentando dar caminhos para que essa mulher não desista né?’*” apresenta os movimentos realizados pela entrevistada sobre essas questões.

O reconhecimento do uso da criatividade como ferramenta para realizar o trabalho revela o desafio de buscar estratégias ao atendimento das mulheres em situação de violência doméstica e familiar; apontando para uma possível característica do trabalho com as mulheres inseridas no ciclo da violência. Santos (2014) aponta como pode ser imprevisível os fluxos que acontecem em um processo de queixa sobre violência contra as mulheres. O estudo etnográfico realizado em uma delegacia de Minas Gerais abordou as especificidades da construção do registro formal desse tipo de crime, identificando tensionamentos num momento que é também considerado espaço da produção de subjetividades. Consideramos, assim, a engenhosidade de lidar com algumas situações uma ferramenta para lidar com a imprevisibilidade dos casos atendidos. Podendo ser considerada uma característica da vivência nesse trabalho, conforme observamos nessa afirmação da entrevistada: *“Tem momentos que você fica sem iniciativa por mais que... aí aparece uma ideia e você vai tentando dar caminhos para que essa mulher não*

*desista, né?*

A entrevista com Bibiana também aponta para os desafios e limites da própria atuação do equipamento. O próximo Núcleo de Significação “Movimento dialógico que compreende a violência contra a mulher como problema cultural, a CMB como espaço que cumpre com a função da atenção às vítimas – produzindo significado subjetivo - e a crítica das limitações do próprio trabalho: *“Depois que ela decidiu o que vai acontecer nós não sabemos, mas ela veio, ela conheceu os espaços que ela tem, todos os direitos dela...”* também considera as limitações da realização desse trabalho com as mulheres em situação de violência doméstica e familiar. O movimento presente na sua fala é dialético, reconhecendo a presença da violência contra as mulheres na cultura e suas implicações na sociedade em geral, assim como a valorização do serviço desenvolvido, ainda que haja muitos desafios.

Nesse aspecto, observa-se a leitura ampla e crítica sobre a violência contra as mulheres que a trabalhadora tem, compreendendo como consequência de um processo histórico, alicerçado em uma estrutura de sociedade. O estudo “Acesso à Justiça e Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha”, produzido pela autora Pasinato (2015), afirma que compreender a violência doméstica e familiar como violação de direitos humanos é reconhecer as mulheres como sujeitos com direitos e que devem ser protegidas por leis e políticas públicas. No entanto, apesar dos avanços na criação de serviços especializados, ainda há desafios como:

[...] a ausência de políticas sociais nos setores de saúde, habitação, educação, geração de renda e trabalho, assistência social e previdência social, entre outras, com a devida adequação dessas políticas para atender as mulheres em situação de violência doméstica e familiar; a dificuldade que os profissionais enfrentam para o trabalho articulado, intersetorial e multidisciplinar – o trabalho “em rede” – com uma persistente mentalidade de que cada serviço deve funcionar como uma “microrrede”, trazendo para dentro de seu espaço o atendimento multidisciplinar, multiplicando o atendimento emergencial, com uma atuação fragmentada, descontínua, que permite poucos encaminhamentos, muitas vezes limitados por uma visão assistencialista ou de acesso a benefícios provisórios, mas que pouco ou nada contribuem para dar respostas efetivas para as mulheres e seu processo de fortalecimento e acesso a seus direitos. (PASINATO, 2015, p. 410).

Sendo assim, percebemos o reconhecimento do próprio trabalho como uma função relevante nas políticas públicas às mulheres (e que tem sentido na sua própria trajetória laboral) e também é passível de uma crítica construtiva aos reveses cotidianos.

Bibiana identifica as vivências de sua trajetória laboral como relevantes para seu

acesso à Casa da Mulher Brasileira – Ceará, associando as experiências de trabalho (formal e no sindicato) como componentes com centralidade na condução da própria história de vida (e do trabalho). Sua “*filosofia de vida*” surge como questão em destaque para as decisões relativas a sua trajetória laboral, realizando uma costura entre as diferentes atividades realizadas ao longo da vida, dando sentido ao trabalho como uma das funções.

Portanto, ao analisarmos as trajetórias laborais das trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira- Ceará participantes dessa pesquisa, percebemos diferentes trajetórias que a “levaram” até o equipamento. No entanto, destacam-se as histórias laborais que se entrelaçam com a militância (no movimento de mulheres e/ou sociais). Sobre isso, há registros de que os atores de movimentos sociais e comunitários, quando exercendo funções nas políticas públicas para as mulheres, destacam-se por sua compreensão e solidariedade às atendidas (PRESSER, MENEGHEL, HENNINGTON; 2008). Também percebemos as proximidades com distintas situações de violência vividas pelas próprias trabalhadoras, além de descrever os distintos percursos das vivências laborais de forma mais individualizada.

Nas próximas páginas, sistematizamos os aspectos mais significativos relativos às trajetórias laborais das trabalhadoras da CMB, priorizando aqueles que tratam os percursos das vivências das trabalhadoras, as questões relativas à decisão de trabalharem na Casa da Mulher Brasileira – Ceará e a vivência relacionada à violência na história de vida. Os demais serão retomados ao final do texto.

Dentre nossos objetivos específicos, está a descrição dos percursos das vivências laborais das trabalhadoras. Nesse sentido, podemos afirmar que as entrevistadas Matilde, Kollontai e Bibiana têm caminhos semelhantes sobre a iniciação ao mundo do trabalho. Elas começaram suas atividades laborais ainda na adolescência, tendo Matilde trabalhado com muitas atividades formais e não-formais, Kollontai com experiências no ambiente administrativo e Bibiana com experiência no comércio. As entrevistadas também têm trajetórias semelhantes no que tange à participação em diferentes movimentos sociais como elementos importantes de seus percursos. Matilde e Kollontai reconhecem essa etapa ainda em suas juventudes, enquanto Bibiana passa a se organizar mais tarde; mas se identifica como alguém questionadora das injustiças, nas palavras dela: “*Sempre digo assim, que é de mim mesma, corre nas minhas veias. Eu sempre fiquei indignada*”.

Há um caminho trilhado nos movimentos sociais em diferentes temas, que estão vinculados às suas histórias de vida. Mobilizados por questões subjetivas, como aquela trazida pela Bibiana que chama de “*filosofia de vida*” as opiniões sobre um mundo mais igualitário e o incômodo, desde pequena, com as diferenças sociais.

Contudo, o percurso das vivências laborais da Melissa distingue-se das demais. Esse é seu segundo trabalho formal (anteriormente trabalhava em casa, no campo dos cuidados) e sua primeira experiência é retratada com um misto de reconhecimento da oportunidade e lembranças do sofrimento ao qual foi exposta. Esse movimento é apreendido no NS – Reconhecimento de vivências que oportunizaram o aprendizado no primeiro trabalho, mas com a mudança de função ocorre a transformação para exposição ao sofrimento: “[...] *No trabalho anterior chegou ali no limite que eu precisava sair, porque eu acho que, se eu não tivesse saído, eu ia acabar adoecendo.*”

Os Núcleos de Significação elaborados a partir das entrevistas de Matilde e Bibiana destacam suas atuações enquanto militantes dos movimentos sociais. O NS – Participação no movimento social organizado como vivência importante na sua trajetória: “*Eu acho, eu já era feminista desde sempre, né?* E percebe o compromisso com as causas coletivas desde antes de iniciar a trajetória laboral, inserindo-se no movimento social organizado a partir do trabalho formal: “*Eu sempre fui indignada porque muitos tinham muito e outros não tinham nada*”, apontam para percursos anteriores à CMB próximos de temáticas dos direitos humanos.

Os motivos para essa aproximação prévia são atribuídos a um engajamento individual, mobilizados por questões relativas à busca de direitos coletivos e que remetem a um posicionamento crítico sobre o sistema neoliberal e patriarcal vigente. Não é possível afirmar quais elementos individuais estão relacionados a esse posicionamento, mas podemos considerar que esse posicionamento é uma marca de algumas das trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira – Ceará entrevistadas. Esse achado dialoga com pesquisa já realizada sobre uma postura mais compreensiva e solidária às mulheres em situação de violência, das profissionais oriundas dos movimentos sociais quando ocupando espaços de trabalho nessa área. Indicando que pode ser um elemento relevante a ser considerado na escolha de profissionais que irão trabalhar com esse público.

As organizações dos movimentos sociais, muitas vezes, programam espaços de

formação sobre temas relacionados aos direitos humanos, com leituras dirigidas, debates e rodas de conversa. Sendo essa uma possível justificativa para o acolhimento diferenciado, já que essas trabalhadoras tiveram acesso à informação sobre esse tema antes de chegarem ao local do trabalho (e não exclusivamente lá). A militância surgiu como processo importantíssimo, que possibilitou aprendizado e transformação, conforme sintetizado no NS – Identificação da militância como espaço de aprendizado. *“eu acho que o processo da militância foi um divisor de águas na minha vida. Tanto do ponto de vista do trabalho como do ponto de vista da educação”*; presente na análise da entrevistada Kollontai.

As trajetórias laborais das trabalhadoras entrevistadas, identificam percursos de trabalhos diversos: atividades formais e não-formais em áreas administrativas, no trabalho doméstico, trabalho do cuidado, tele-serviços, estágios e panfletagens. Observa-se que algumas das entrevistadas realizaram essas atividades no universo relacionado ao enfrentamento à violência contra as mulheres, à luta sindical, à economia solidária e ao movimento estudantil. Ou seja, nos temas que já faziam parte de suas histórias de vida. O NS – Diferentes atividades laborais em trabalhos próximos a temática das mulheres: *“meus trabalhos sempre me puxaram muito para essa área das políticas para as mulheres”*; da entrevistada Matilde, aponta o reconhecimento dos diversos trabalhos dentro da temática que desde cedo era vivenciada pela atuação no movimento social.

Também encontramos a trajetória com atividades similares ao longo do tempo reproduzida também na Casa da Mulher Brasileira – Ceará, mas à luz das atividades relativas à violência contra as mulheres. Conforme o NS – Trajetória Laboral com presença de atividades semelhantes e desenvolvidas no campo dos direitos para as mulheres *“Não se distancia tanto dos trabalhos anteriores... né que sempre foi desse cunho mais administrativo”*, da entrevistada Kollontai. Nessa situação, percebe-se as atividades administrativas desenvolvidas ao longo da sua história de vida (laboral) ganhando recortes diferenciados que colocam a violência como substrato de seu trabalho.

Além disso, a história de vida vivenciada nos movimentos sociais é reconhecida como elemento importante para o convite de trabalhar na Casa da Mulher Brasileira – Ceará, conforme sintetiza o NS – Reconhecimento da própria trajetória laboral como elemento importante ao convite para trabalhar na CMB, desemprego e identificação com a função do

equipamento: aspectos relacionados à decisão de trabalhar na CMB. *“Primeiro momento porque eu estava desempregada, mas não só porque eu estava desempregada”*; da entrevistada Bibiana. Revelando o auto-reconhecimento de suas experiências nos movimentos sociais como relevante para atuar no equipamento e assim, anuindo as semelhanças das atividades já realizadas ao longo da sua trajetória e as da Casa da Mulher Brasileira – Ceará.

Nesse mesmo Núcleo de Significação podemos perceber o processo dialético que compõe a decisão da Bibiana em trabalhar na CMB. No período de 2018, a taxa de desemprego no Brasil estava em 11,9%; representando milhões de desempregados no país. Esse dado contribui para compreendermos o contexto social que ela estava inserida e que, provavelmente, relaciona-se com a sua afirmação *“Primeiro momento porque eu estava desempregada[...]”*. O NS sintetiza o movimento da decisão de trabalhar no equipamento envolvendo outros aspectos *“mas não só porque eu estava desempregada”* relacionados com o reconhecimento da própria trajetória laboral, a vivência nas atividades relacionadas às mulheres em situação de violência e, portanto, a identificação com o equipamento recém inaugurado.

Ainda sobre os aspectos relacionados à decisão de trabalhar na Casa da Mulher Brasileira – Ceará, a entrevistada Melissa também atrela ao desemprego o fator mobilizante de aceitar a trabalhar em um local completamente desconhecido, conforme ela sintetiza na frase *“E aí eu vim, né com a cara e a coragem”*. Diferente das demais participantes, ela não tinha nenhuma vivência no movimento social organizado, no entanto, destaca-se sua identificação como alguém que teve a possibilidade de ser educada em um contexto familiar não-sexista, conforme exemplifica essa afirmação: *“Eu era menina, mas se você gostava de carro, eu podia brincar de carrinho.”* Podemos inferir que essa experiência contribuiu para a adaptação ao novo local de trabalho, pois ela reconhece os desafios das atividades que tem a violência como substrato e também identifica o acesso aos conteúdos específicos sobre o enfrentamento à violência no próprio espaço do trabalho: *“Na medida que foi iniciando comecei a conhecer... e aprendi muita coisa aqui dentro. Muita coisas!”*

O compromisso subjetivo com o trabalho relacionado às mulheres também é elemento que compõe a decisão de trabalharem na Casa da Mulher Brasileira – Ceará, segundo as entrevistadas Kollontai e Matilde. Os Núcleos de Significação – As atividades desenvolvidas no trabalho na CMB aproximam-se dos objetivos da militância no movimento feminista. *“Estar na*

*Casa da Mulher Brasileira era também a oportunização da continuidade dessa militância” e Compromisso subjetivo com a atividade e identificação de contribuição social com o trabalho realizado. “a gente trabalha... pra que essas mulheres possam romper o ciclo da violência... né... e é muito gratificante” – sintetizam esse movimento. Reconhecendo as atividades desenvolvidas na Casa da Mulher Brasileira – Ceará, em alguns aspectos, à continuidade de algo que já era realizado enquanto movimento social. E, assim, sendo um trabalho com compromisso subjetivo.*

Conhecer a vivência das trabalhadoras relacionada à violência está entre nossos objetivos específicos. A entrevistada Matilde sugere ter presenciado a violência doméstica familiar quando afirma *“Todo sofrimento da violência e querendo ou não, dentro de casa né?”*. As violências no âmbito da família podem ter características diferentes, como já discutimos na primeira parte dessa dissertação. Mas cabe destacar que a violência psicológica e moral, previstas na Lei Maria da Penha muitas vezes ainda são confundidas com brincadeiras ou são justificadas. No entanto, elas passam a compor a formação da subjetividade daquelas mulheres que estão sendo vitimizadas e das crianças que compõem o núcleo familiar. Além de serem sinal inicial do ciclo da violência, que funciona de forma escalonada e tem o feminicídio como expressão máxima.

Melissa também resgata em sua história de vida um relacionamento abusivo. O NS – Identificação do trabalho como necessidade para arcar com as demandas financeiras e também, oportunidade de aprendizado de novos conceitos, desenvolvimento de empatia com as mulheres em situação de violência e reconhecimento da educação não-sexista na própria trajetória – *“... (o pai) sempre deixou bem claro que mulher não é propriedade de ninguém...”* – é composto pela reflexão de como o contexto familiar foi importante para conseguir superar um relacionamento marcado pelo controle, referenciando-se nesse próprio contexto para se *“desvencilhar”* da relação. Ademais, ela retoma a Casa da Mulher Brasileira – Ceará como espaço de aprendizagem, onde o conhecimento prévio passa por um refinamento, que permite conhecer o Ciclo da Violência e o conceito de empatia.

Ainda houve o relato da violência vivida no ambiente de trabalho, que marcou duramente a trajetória laboral da nossa entrevistada Kollontai. O Núcleo de Significação – A vivência relacionada ao Assédio sexual é muito presente na sua trajetória laboral. *“E falando*

*sobre trajetória, acho que o que fica muito marcado é... negativamente é a minha passagem pelo XXX<sup>7</sup>*” apresenta a conclusão sobre a reflexão das vivências no trabalho. Kollontai resgatou o processo da exposição detalhadamente durante a entrevista, frisando o quão jovem era e como os conteúdos aprendidos no movimento estudantil e de mulheres foram essenciais para ela identificar que se tratava de uma violência e ter repertório para responder à situação.

O Assédio Sexual no trabalho é caracterizado por comportamentos com conotação sexual não solicitados e tem consequências negativas ao plano de emprego das vítimas. São condutas que geram desconforto e consistem em piadas e insinuações constantes que visam favorecimento sexual e tem como maioria das vítimas, as mulheres (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2016). A situação vivenciada pela entrevistada, caracteriza-se pelo assédio por chantagem e embora houvesse o reconhecimento da situação, o rompimento com o local do trabalho; percebe-se como essa vivência é referenciada como a principal de sua trajetória laboral.

Portanto, ao analisarmos as trajetórias laborais das trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira- Ceará participantes dessa pesquisa, percebemos diferentes trajetórias que a “levaram” até ao equipamento. No entanto, destacam-se as histórias laborais que se entrelaçam com a militância (no movimento de mulheres e/ou sociais). Sobre isso, há registros de que os atores de movimentos sociais e comunitários, quando exercendo funções nas políticas públicas para as mulheres, destacam-se por sua compreensão e solidariedade às atendidas (PRESSER, MENEGHEL, HENNINGTON; 2008). Também percebemos as proximidades com distintas situações de violência vividas pelas próprias trabalhadoras além de descrever os distintos percursos das vivências laborais de forma mais individualizada.

---

<sup>7</sup> Optamos por não divulgar o local do trabalho para não expor a própria entrevistada.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho como centro para o desenvolvimento da sociedade e, portanto, a compreensão sobre suas reverberações enquanto processo individual e coletivo, foi a base do exercício de articulações que propusemos ao longo dessa dissertação. Trouxemos o conceito de vivência desenvolvido por Vigotsky e a psicologia sócio-histórica para contribuir com a reflexão sobre a trajetória laboral. Ideia que tem sido cada vez mais utilizada nos estudos sobre o trabalho, especialmente à luz da Psicologia Social do Trabalho, contribuindo para a aproximação do conhecimento sobre os processos individuais a partir da narrativa dos próprios trabalhadores, à luz do cenário neoliberal e com compromisso ético-político de promover uma reflexão crítica. Inovamos ao problematizar essas questões com trabalhadoras de um equipamento criado, especialmente, para o cuidado às mulheres em situação de violência.

A pesquisa buscou evidenciar um local de trabalho ainda pouco explorado, isso pode ser justificado pela existência de apenas 06 (seis) Casas da Mulher Brasileira em todo Brasil (Fortaleza/CE, São Luís/MA, Boa Vista/RR, Campo Grande/MS, Brasília/DF e São Paulo/SP) inauguradas a partir de 2015. Contudo, o Decreto Federal 11.431/2023 instituiu o Programa Mulher Viver sem Violência, retomando o financiamento da construção e manutenção das Casas com verbas federais; sinalizando a ampliação desse serviço (BRASIL, 2023). Ainda assim, podemos considerar a Casa da Mulher Brasileira – Ceará um espaço recente, tornando-se um novo campo para a discussão das questões relacionadas ao trabalho. Nossas articulações foram feitas considerando o contexto da sociedade capitalista, neoliberal e patriarcal que estamos inseridos, ponderando as especificidades que o imbricamento das questões relativas a essa relação representam.

Essa pesquisa foi realizada durante a pandemia de Covid-19, ecoando em todo processo do Mestrado suas consequências. Inicialmente, as inseguranças sobre o desconhecido, o medo da contaminação, as dúvidas de como prosseguir as aulas (*e se era possível*), de como realizar pesquisas à distância e o luto pelas diferentes perdas. Em determinado momento, todo esforço para garantir uma vaga no Mestrado da Universidade Federal do Ceará parecia carente de sentido, visto que o mundo inteiro estava exposto a um inimigo invisível, mas extremamente forte, que paralisava os planos para aquele ano de 2020.

Posteriormente, surgiram os desafios em lidar com a novidade da aula mediada pelo computador, as orientações à distância; tornando ainda mais solitário um processo de elaboração que, embora seja individual, tiveram nos encontros do Núcleo de Psicologia do Trabalho (NUTRA) espaço para compartilhamento de saberes e fôlego para seguirmos as pesquisas. Além disso, particularmente, o desafio de equilibrar horas de aula e trabalho remoto e, posteriormente, os desafios da troca de emprego.

Especialmente no Brasil, precisamos enfrentar esse período junto com um contexto de negação da ciência e difusão do ódio pelo próprio governo federal (Gestão 2018 – 2022). O governo do Presidente Bolsonaro protagonizou cenas de deboche do sofrimento da população, atrasou a chegada das vacinas e divulgou mentiras que confundiam as pessoas sobre a importância da vacinação. A indignação com o panorama geral da política brasileira acompanhou o desenvolvimento dessa pesquisa, assim como o envolvimento nas agendas de mobilização para o “Brasil ser Feliz de Novo”; durante a campanha eleitoral. Após a posse do governo democraticamente eleito, ainda houve a tentativa de golpe durante o atentado em Brasília, no dia 08 de janeiro de 2023. Esse resgate busca apresentar aos leitores o contexto geral que marcou todo o processo do mestrado e que, portanto, também carrega atravessamentos desse período histórico.

A análise das trajetórias laborais das trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira – Ceará nos apresentou os distintos caminhos realizados até chegarem ao local. Além disso, nos apontou os percursos das vivências laborais, os aspectos relativos à decisão de trabalharem na CMB, a vivência relacionada à violência na história de vida, a história de vida (no trabalho), algumas características do “tipo de trabalho” e a vivência relacionada ao trabalho com mulheres em situação de violência. Também identificamos alguns sentimentos envolvidos no processo desse trabalho, as diferentes formas de compromisso subjetivo e alguns apontamentos relativos à própria organização do trabalho. Na busca de organizar esses achados, desenvolvemos uma tabela com a sistematização dos Núcleos de Significação, disponível no Apêndice B.

A partir das entrevistas analisadas nesse estudo, as trajetórias laborais das trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira-Ceará apresentam-se como diversas nas atividades desenvolvidas na história de vida (no trabalho), marcadas por empregos formais e não-formais e, majoritariamente, com profissionais oriundas do movimento social organizado. Destaca-se pela

grande carga emocional presentes em todas as entrevistas. Encontramos percursos distintos das vivências laborais, com destaque para a aprendizagem das funções anteriores. Entre os aspectos relativos à decisão de trabalharem na CMB, percebemos o desemprego como um fator mobilizante, mas não exclusivo. O trabalho que tem a violência contra as mulheres como substrato aparece com sentido e engajamento subjetivo para a maioria das entrevistadas. Sobre as vivências relacionadas à violência, observamos que a maior parte das trabalhadoras entrevistadas relatou alguma vivência em sua história de vida relativa à violência (familiar e sexual). Refletindo o que as pesquisas apontam sobre a maioria das mulheres já terem sido expostas a algum tipo de violência, ao mesmo tempo que revela uma característica da sociedade patriarcal.

As trajetórias laborais investigadas nessa pesquisa foram daquelas trabalhadoras que atuam no setor da Administração da Casa da Mulher Brasileira – Ceará. Núcleo responsável por manter o funcionamento do equipamento 24h (resolvendo às divergências relativas às escalas das trabalhadoras), acompanhando questões burocráticas de manutenção e organização do espaço, o gerenciamento de setores que atendem as mulheres em situação de violência (como a Recepção) ou tem acesso a essas usuárias (como a Brinquedoteca). Esse setor tem 58 (cinquenta e oito) trabalhadoras e representa apenas parte do contingente total de trabalhadoras do equipamento (contando com todos demais órgãos). Logo, reconhecemos que as 04 (quatro) entrevistas estudadas não garantem a representação de toda pluralidade de trabalhadoras envolvidas nesse serviço inovador. E realçamos esse equipamento como, também, um campo generoso para investigações relacionadas ao trabalho, podendo surgir outras considerações acerca desse encontro da mulher em situação de violência e equipe que lhe atende.

O Ceará destaca-se pelas ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, sendo um contraponto às (des)medidas do Governo Federal durante os anos de 2019 a 2022. A partir da experiência da Casa da Mulher Brasileira – Ceará, desde 2022, o Estado inaugurou as Casas da Mulher Cearense nas cidades de Juazeiro do Norte, Sobral e Quixadá e anunciou a realização das Casas em Crateús e Tauá. Além disso, a Unidade Móvel de Acolhimento às Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas realiza agendas de divulgação da Lei Maria da Penha e atendimento especializado pelo interior do Ceará. Em dezembro de 2022 o Estado lançou o Sistema Integrado de Gestão e Informações de Mulheres em situação de violência (SIGIM), que prevê a sistematização dos dados das mulheres de forma a contribuir para a tomada de decisão

dos órgãos. Também estão previstos projetos específicos para as mulheres no Programa de Redução e Prevenção à Violência (PreVio).

No entanto, é importante destacar que as trabalhadoras desses equipamentos são terceirizadas do Estado, com baixos salários e suscetíveis à instabilidade do emprego conforme os acordos políticos, como identificado durante as entrevistas da pesquisa. Sendo assim, consideramos importante a realização de concurso público para o serviço relacionado às mulheres em situação de violência doméstica bem como para a construção da política pública para as mulheres. Consideramos uma política pública ainda jovem, que nacionalmente sofreu um revés severo nos últimos 04 (quatro) anos, que aborda temas complexos, historicamente marginalizados mas que atualmente tem sido reconhecido como demanda da sociedade. E por isso, precisando de um corpo técnico com estabilidade, estruturando uma política pública transversal e em modelo de continuidade. Ademais, com a criação do Ministério das Mulheres, considera-se um momento oportuno para fortalecimento do sistema de políticas públicas para as mulheres no Brasil.

Apesar do Estado do Ceará ter criado, recentemente, a Secretaria das Mulheres (Lei Estadual N° 18.310/2023) não há nenhuma menção no documento sobre a Casa da Mulher Brasileira – Ceará (nem sobre as Casas da Mulher Cearense). O que torna esse equipamento invisível na organização institucional do Estado e, enquanto política pública, enfraquece essa importante ferramenta de atendimento às mulheres em situação de violência. Compreendemos que a construção de uma política pública dá-se a partir de uma ampla articulação entre sociedade e poderes (executivo e legislativo), um percurso muitas vezes demorado, com avanços e retrocessos, conforme já discutimos na primeira parte dessa dissertação. Por isso, reforçamos a relevância de institucionalizar esses equipamentos na estrutura do Estado, para garantir suas existências de maneira formal e zelar por toda essa caminhada.

Sobre o procedimento escolhido para analisar as entrevistas, consideramos os Núcleos de Significação como ferramenta potente e assertiva para acessar os processos subjetivos das entrevistadas. O processo de análise é muito rico, permitindo apreender mediações que não estavam disponíveis na aparência, capturando os movimentos de que constitui seus pensamentos sobre as vivências. Entretanto, a utilização desse método mostrou-se muito desafiante; com muitas horas dedicadas a avaliação das entrevistas, paralelo às leituras de artigos, dissertações, teses e aulas remotas sobre sua utilização, tornando o período da análise das entrevistas mais

longa do que o planejado no cronograma.

Atribuímos à riqueza do procedimento a sistematização de elementos relativos à “Vivência relacionada ao trabalho com mulheres em situação de violência” e às “Características do tipo de trabalho”. Ainda que não estivesse em nossos objetivos específicos, consideramos pertinentes os achados. Os Núcleos de Significação sintetizam “a vivência relacionada ao trabalho com mulheres em situação de violência” como marcada por sentimentos relativos à *tristeza, raiva e pena*. E a *empatia* como elemento importante para a realização do trabalho adequado, que compreende-se livre de julgamento moral e evitando a revitimização da mulher. Os casos de *violência* que *envolvem crianças* surgem como um dificultador para o atendimento e a criatividade é um recurso para a busca de encaminhamentos para as mulheres atendidas.

Apesar de não haver o “script” para o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, existem notas e normas técnicas para orientar e manter um padrão nos encaminhamentos. Mas as violências são tão diversas quanto as vidas das mulheres. É demandado das trabalhadoras modos de ação e recursos inventivos para tentar contribuir com a solução do caso. A imprevisibilidade do desfecho das histórias das mulheres em situação de violência pode estar relacionada às amplas possibilidades de encaminhamentos, norteadas pela autonomia dessas mulheres; princípio importante no atendimento a essas usuárias. Portanto, a decisão delas deve ser sempre soberana. Gerando uma gama de possibilidades que devem ser administradas por aquelas que trabalham com a temática. Considerando o forte compromisso subjetivo com esse trabalho, podemos inferir que as trabalhadoras têm uma ampla dedicação e busca de estratégias nessas situações.

Sobre as “características do tipo de trabalho”, os Núcleos de Significação apontam para o conteúdo *complexo e mobilizante* que demandam *estratégias diferentes* para a realização das atividades cotidianas; há reconhecimento da necessidade de *formação teórica sobre a violência* contra as mulheres para garantir um atendimento adequado às usuárias, que necessitam de *cuidado* (segundo as trabalhadoras). A *violência* é percebida como uma *questão diária e difícil*, assim como questões relativas à *organização*, no entanto, destaca-se o espaço *como um ambiente bom de trabalhar*. Entende-se que a Casa da Mulher Brasileira – Ceará cumpre a sua função de atendimento especializado às mulheres, embora tenha um limite do quão pode contribuir para o rompimento do ciclo da violência, sendo uma *limitação do próprio trabalho*.

Consideramos que esses aspectos podem ser pesquisados em outros estudos sobre o tema. Pode-se aprofundar sobre as características desse “tipo de trabalho” assim como identificar os sentimentos envolvidos no trabalho com as mulheres em situação de violência de outros órgãos que atuam na Casa da Mulher Brasileira – Ceará. Ou comparar os sentidos do trabalho daquelas que atuam nesse equipamento com as trabalhadoras que estão nas Casas da Mulher Cearense. Além disso, o sentido do trabalho dos homens que atuam na temática das mulheres em situação de violência pode ser objeto de estudo, na busca de reconhecer essa realidade. Assim como um aprofundamento das questões raciais na trajetória laboral das trabalhadoras desses equipamentos – aspectos que a nossa pesquisa não conseguiu abarcar. Também compreendemos a possibilidade da realização de outros estudos utilizando a vivência como conceito central no acesso às trajetórias laborais, em diferentes categorias profissionais.

Encontramos no conceito de vivência uma possibilidade de aproximação à categoria trajetória laboral. E na análise das trajetórias laborais das trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira – Ceará uma oportunidade de pesquisar sobre a história de vida laboral de mulheres empregadas em um local de cuidado de outras mulheres. Histórias de vida marcadas pelo contexto neoliberal, com flexibilidade das relações trabalhistas e diminuição do estado nas políticas públicas; portanto, “vivências neoliberalizantes”. E que podem ser consideradas um tipo de violência, dada as marcas da imprevisibilidade do vínculo, da fragmentação das relações entre colegas, das articulações desse sistema com valores moralizantes que atribuem ao gênero especificidades de papéis. A terceirização nos serviços públicos, espalha-se de forma silenciosa e muitas vezes comemorada, já que há outras formas ainda mais precárias de vínculo trabalhista com o Estado (através de cooperativas e pejotização) que não garantem direitos trabalhistas.

A elaboração dessa pesquisa foi muito desafiante. Além de todos percalços que a pandemia da Covid-19 impôs e os desafios de ser uma pesquisadora-trabalhadora, propor a articulação de uma categoria (vivência) a um conceito ainda em desenvolvimento (trajetória laboral) foi um exercício árduo. A aproximação de um tema complexo, como é a violência doméstica e familiar, propondo o olhar para aquelas que têm esse tema como substrato de seus trabalhos (e não às mulheres vítimas da violência ou o fenômeno em si) demandou muitas explicações em diferentes espaços vinculados à universidade. Contudo, encontramos na Casa da Mulher Brasileira – Ceará um espaço de trabalhadoras com trajetórias laborais plurais, com

presença de vivências relacionadas à violência nas suas vidas, onde pulsa o engajamento subjetivo ao enfrentamento à violência contra as mulheres, o compromisso ético-político e a valorização do trabalho coletivo nessa pauta. Esperamos que esses achados possam contribuir para novas pesquisas com as trajetórias laborais, utilizando a vivência como conceito importante no acesso aos percursos delas. Também esperamos contribuir com o aperfeiçoamento da política pública para as mulheres, visualizando o papel dessas trabalhadoras no rompimento do ciclo da violência daquelas que necessitam deste serviço.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Seminário no Senado Avalia Lei Maria da Penha. **Instituto Brasileiro de Direito de Família**. Brasília, dez. 2018. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/namidia/17194/Sem%C3%A1rio+no+Senado+avalia+Lei+Maria+da+Penha> Acesso em: 28 jan 2023.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; ARANHA, Elvira Maria Godinho; SOARES, Júlio Ribeiro. Núcleos de Significação: análise dialética das significações produzidas em grupo. **Teorias, Métodos, Pesquisa Educacional Cad. De Pesquisa**, 51, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147305> Acessado em: 10 nov 2022.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; OZELLA, Sergio. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira Estudos Pedagogia**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, abr. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-66812013000100015&lng=en&nrm=i](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812013000100015&lng=en&nrm=i) so. Acesso em: 28 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2176-66812013000100015>.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; SOARES, Júlio Ribeiro; MACHADO, Virgínia Campos. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cad. Pesquis.**, São Paulo, v. 45, n. 155, p. 56-75, mar. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742015000100056&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000100056&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 28 fev 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053142818>.

ALVES, Giovanni. **O Trabalho e Mundialização do Capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Práxis, 1999.

ALVES, Giovanni. Brasil: o futuro do pretérito – notas sobre perspectivas do trabalho no século XXI *In*: MACÁRIO, Epitácio; DIAS, Edilyanne; MEDEIROS, Richelly Barbosa; ALEXANDRE, Tainara (org.). **Dimensões da Crise Brasileira**: dependência, trabalho e fundo público. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2018. cap. 02. p. 57-74.

ANDRADE, Cristiane Batista. MONTEIRO, Maria Inês. Professores (as) de enfermagem: gênero, trajetórias de trabalho e de formação. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n. 2, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/PcJJgXwqX4MBxFzRnV5yqws/?lang=pt>. Acesso em: 03 jul. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0155>.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um

manifesto. Tradução de: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

AQUINO, Cássio Adriano Braz de. Precarização, neoliberalismo e questão social: reverberações sobre os modos de trabalho no nordeste brasileiro. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 23, n. 1, p. 51-63, 2020. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v23i1p51-63. Acesso em: 02 set. 2021.

AQUINO, Cássio Adriano Braz de. O processo de precarização laboral e a produção subjetiva: um olhar desde a psicologia social. **O público e o privado**. n. 11, jan./ jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2383> Acesso em: 08 ago. 2019.

AQUINO, Cássio Adriano Braz de. Precarização, neoliberalismo e questão social: reverberações sobre os modos de trabalho no nordeste brasileiro. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 23, n. 1, p. 51-63, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v23n1/a05v23n1.pdf> Acesso em: 15 mar. 2023. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v23i1p51-63

AQUINO, Cassio Adriano Braz de; SABÓIA, Iratan Bezerra de; MELO, Pamella Beserra de; CARVALHO, Tainã Alcântara de; XIMENES, Veronica Moraes. Terceirização e saúde do trabalhador: Uma revisão da literatura nacional. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 16, n. 2, p. 130-142, abr./ jun. 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572016000200003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572016000200003) Acesso em: 27 ago. 2020. DOI: 10.17652/rpot/2016.2.660. ISSN 1984-6657.

BAROLLI, Elisabeth. GURIDI, Verónica Marcela. O desenvolvimento profissional de uma professora de ciências pela articulação de programas de formação docente. **Ensaio – Pesquisa em Educação e Ciências**, Belo Horizonte, v. 23, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epec/a/Gb6fKQ7ppfxFNZJGsWndWtr/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 01 de jun 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-21172021230108>.

BARROS, Aline Pacheco *et al.* “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método História de Vida. **Mosaico Estudos em Psicologia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/6224>. Acesso em: 25 de set 2021.

BATISTA, M.; RABELO, L. Aspectos técnicos de um método em clínica da atividade. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**., Belo Horizonte, v. 16., n. 1, p. 1- 8, 2013.

BENDASSOLI, P.F.; SOBOLL, L.A.P. Clínicas do Trabalho filiações, premissas e desafios. **Caderno de Psicologia Social do Trabalho**. v. 14, n. 1, p. 59-72, 2011.

BERNARDO, Marcia Hespanhol; OLIVEIRA, Fábio de; SOUZA, Heloisa Aparecida de; SOUSA, Caroline Cristiane de. Linhas paralelas: as distintas aproximações da Psicologia em relação ao trabalho. **Estudos de Psicologia**, v 34, n. 1, p. 15-24, jan./mar. 2017. Acesso em: 01 mar 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752017000100003>.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da [da] República Federativa do Brasil**.

Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Federal nº11.340/2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 12 de out.2020.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica de Uniformização – Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/publicacoes/publicacoes/crams.pdf>. Acesso em: 04 de mar. 2022.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acessado em: 12 de out. 2020.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015**. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASIL. Decreto Federal nº 8086/2013. Institui o Programa Mulher Viver sem Violência. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30, ago. 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/decreto/d8086.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8086.htm). Acesso em: 09 de out.2020.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Diretrizes Gerais e Protocolo de Atendimento**. Programa Mulher, Viver sem Violência. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/diretrizes-gerais-e-protocolo-de-atendimento-cmb.pdf>. Acesso em: 04 de mar. 2022.

BRASIL. Decreto Federal nº 11.431/2023. Institui o Programa Mulher, Viver sem Violência. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 mar. 2023. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11431.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11431.htm) Acesso em: 12 mar 2023.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do Neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática do ocidente. Tradução de Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Politeia, 2019. 256 p.

BRUHN, Marília Meneghetti; LARA, Lutiane de. Rota crítica: a trajetória de uma mulher para romper o ciclo da violência doméstica. **Rev. Polis e Psique**, v. 6, n. 2, p. 70-86, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpps/v6n2/n6a05.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2023.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de (org.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: Seepix, 2021.380p. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 01 set. 2021.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de (org.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. 14. ed. Brasília: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

BUENO, Samira ; MARTINS, Juliana; BRANDÃO, Juliana; SOBRAL, Isabela; LAGRECA, Amanda. **Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 4. ed. Brasília: Fórum de Segurança Pública, 2023. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao/) Acesso em: 20 mar. 2023.

CARVALHO, Gisele Borges Vieira e BERTOLI, Patrícia Tuma Martins. Perspectivas para a humanização e ampliação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência: A Casa da Mulher Brasileira. **Revista Interfaces Científicas – humanas e sociais**. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 71-82, jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/2915/1810>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CAVALCANTI, Eliane Cristina Tenório. OLIVEIRA, Rosane Cristina de. Políticas públicas de combate à violência de gênero – a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras-PB, v. 2, n. 2, p. 192-206, jun./dez. 2017. Disponível em: <https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/pesquisainterdisciplinar/article/view/194/pdf>. Acesso em: 10 de ago 2021.

CEARÁ. **Lei nº 13.925 de 26 de julho de 2007**. Cria os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas Comarcas de Fortaleza e de Juazeiro do Norte e dá outras providências. **Diário Oficial**, Poder Executivo, Fortaleza, 31, jul. 2007. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/trabalho-administracao-e-servico-publico/item/4741-lei-n-13-925-de-26-07-07-d-o-de-31-07-07>. Acesso em: 04 set. 2021.

CEARÁ. Polícia Civil. Gabinete do Delegado Geral. **Portaria nº 235/2014**. Dispõe sobre as atribuições das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM's) no Estado do Ceará e dá outras providências. Fortaleza: Gabinete do Delegado Geral, 2014.

CEARÁ. Coordenação da Casa da Mulher Brasileira. **Relatório Casa da Mulher Brasileira 2018 – 2023**. Fortaleza: Coordenação Casa da Mulher Brasileira, 2023.

CHAVES, Maria Engrácia de Carvalho; AQUINO, Estela Maria Leão de. Desigualdades de gênero e trabalho após a aposentadoria. **Laborare**, [s.l.], v. 4, n. 6, p. 152-171, abr. 2021. Disponível em: <https://revistalaborare.org/index.php/laborare/article/view/70>. Acesso em: 17 jul.

2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33637/2595-847x.2021-70>.

COSTA, Daniela Anderson Carvalho *et al.* Assistência Multiprofissional à mulher vítima de violência: atuação de profissionais e dificuldades encontradas. **Cogitare Enfermagem**, [s. l.], v. 18, n. 2 p. 302-309, jun. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/29524/20694> . Acesso em: 12 de ago 2021. DOI: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/29524>

COUTINHO, Maria Chalfin. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 189-202, 2009.

COUTINHO, Maria Chalfin; D'AVILA, Geruza Tavares; MADERS, Tielly Rosado, MORAIS, Marcelo. Trabalhadoras domésticas: trajetórias, vivências e vida cotidiana. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 21, n. 1, p. 87-101, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v21n1/a07v21n1.pdf> Acessado em: 03 mar 2023. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v21i1p87-101

D'ÁVILA, Geruza Tavares; COUTINHO, Maria Chalfin. Entre movimentos e trajetórias laborais de jovens profissionais. **Psico**, 50, 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2019.2.29659> Acessado em: 24 fev 2022.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 62, abr. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9CFjqcBMkKSZcj4PXLpBRj/?lang=pt> Acessado em: 02 nov de 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301998000100002>.

ERAUSQUIN, Cristina; SULLE, Adriana, GARCIA-LABANDAL, Livia. La vivencia como unidad de análisis de la conciencia: sentidos y significados en trayectorias de profesionalización de psicólogos y profesores en comunidades de práctica. **Anuario de Investigaciones**, Buenos Aires, v. 23, p. 97-104, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=369152696009> . Acesso em: 21 ago. 2021.

FARIA, Paula Maria Ferreira de; DIAS, Maria Sara de Lima; CAMARGO, Denise de. Arte e Catarse para Vigotski em Psicologia da Arte. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 71, p.152-165, set. 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672019000300012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000300012). Acesso em: 01 ago. 2021.

FEGHALI, Jandira. **14 Anos da Lei Maria da Penha**. Palestrantes: Jandira Feghali e Maria da Penha. [Rio de Janeiro]: Jandira Feghali, 2021. 1 vídeo (54min). Disponível em: [https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch\\_permalink&v=592461821642529](https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=592461821642529) Acesso em: 30 jan 2023.

FERNANDÉZ ARROYO, Nicolás; SCHEJTMAN, Lorena. **Planificación de políticas**,

**programas y proyectos sociales.** 1. ed Buenos Aires: Fundación CIPPEC, 2012. Disponível em: <https://www.cippec.org/wp-content/uploads/2017/03/1419.pdf> Acesso em: 12 nov de 2021.

FERRAZ, Deise Luiza da Silva; FERNANDES, Paula Cristina de Moura. Desvendando os sentidos do trabalho: limites, potencialidades e agenda de pesquisa. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, n 2, v 22, p. 165-184, 2019.

FERREIRA, Verônica Maria. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências.** 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/40086/1906110/TESE+-+Ver%C3%B4nica+Maria+Ferreira.pdf/dc08b4a2-9b55-4241-91a1-e8d1a6b4f159> . Acesso em: 29 mar. 2023.

FORTALEZA. Centro de Referência e Atendimento à Mulher. Fortaleza: Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, 2021. Disponível em: <https://desenvolvimentosocial.fortaleza.ce.gov.br/servicos/centro-de-referencia-e-atendimento-a-mulher> Acesso em: 03 set. 2021.

GIL. Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo. Editora Atlas SA, 2008. ISBN: 978-85-224-5142-5.

GONZÁLEZ REY, Fernando L. El lugar de las emociones en la constitución social de lo psíquico: El aporte de Vigotski. **Educação e Sociedade**, n 70, ano XXI, p. 132-148 abr/2000.

HIRATA, Helena. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. **Sociologias**, n. 21, ano 11, p. 24-41 jan./jun. 2009. Porto Alegre.

IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.** IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2021. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf). Acesso em: 28 de ago. 2021.

IPEA. **Atlas da Violência 2019.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 01 set. 2021.

KERGOAT, Danièle. O trabalho, um conceito central para os estudos de gênero? *In*: MARUANI, Margaret (org.). **Trabalho, logo existo: perspectivas feministas.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. cap. 19.

KREIN, José Dari ; ABÍLIO, Ludmila; FREITAS, Paula; BORSARI, Pietro; CRUZ, Reginaldo. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas, n. 52, 2018. Disponível em: [https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/141969/2018\\_krein\\_jose\\_dari\\_flexibilizacao\\_relacoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/141969/2018_krein_jose_dari_flexibilizacao_relacoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y) Acesso em: 27 ago. 2020.

LIMA, Luciana Leite. STEFFEN, Mariana Willmersdorf. D'ASCENZI, Luciano. *In*: LIMA, Luciana Leite. D'ASCENZI. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local. Políticas Públicas** (org.). Porto Alegre: Metamorfose, 2018. cap. 2. p. 186. Coleção Metamorfose Acadêmica. ISBN: 978-85-53074-06-8.

LOSURDO, Domenico. **Marx e o balanço histórico do século 20**. Tradução de Leonardo Joffily e Maria Lucília Ruy. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.

MACEDO, Camila Souza; ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre. O Acolhimento de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 10, n. 33, p.166-176, jan. 2016. ISSN: 1981-1179.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo; MEDEIROS, Richelly Barbosa. Racismo Estrutural e desafios dos movimentos sociais negros na contemporaneidade. *In*: MACÁRIO, Epitácio; DIAS, Edilyanne; MEDEIROS, Richelly Barbosa; ALEXANDRE, Tainara (org.). **Dimensões da Crise Brasileira: dependência, trabalho e fundo público**. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2018. cap. 09. p. 215-246.

MAROCHI, Ana Claudia. MELO, Alessandro. Trajetórias de trabalhadoras/estudantes: tempo de trabalho, de escola e de cuidados. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, SP, v. 30, n.1, p. 361-376, mar./dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6734 Acesso em: 17 jun. 2021.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Accion e ideologia: psicologia social desde Centroamerica**. 2º ed. San Salvador. El Salvador: UCA Editores, 1985 (impressão de 2005).

MARX, Karl. **O Capital** . Crítica à Economia Política. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MEDEIROS, Marielda Barcellos. Espelho: autoetnografia de trajetória na vida, no trabalho e na militância. **Revista Diversidade e Educação**,[s.l.] v. 7, n. Especial, p. 44-67, out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9491> Acesso em: 13 jul. 2021.

METODOLOGIA de Pesquisa por meio de Núcleo de Significação na perspectiva sócio-histórica. Palestrante: Julio Ribeiro Soares. Mossoró: Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN, 2021. 1 vídeo (132 min). Publicado pelos canais da Faculdade FAMEN. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FhoiLG6UGA0> Acesso em: 01 nov. 2022.

MINAYO, Maria Cecília Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9.

ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

MINAYO, Maria Cecília Souza 2017. Amostragem e Saturação em pesquisa Qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, v. 5, n. 7, p. 01-12, abr. 2017. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/315756131\\_AMOSTRAGEM\\_E\\_SATURACAO\\_EM\\_PESQUISA\\_QUALITATIVA\\_CONSENSOS\\_E\\_CONTROVERSAS\\_SAMPLING\\_AND\\_SATURATION\\_IN\\_QUALITATIVE\\_RESEARCH\\_CONSENSUSES\\_AND\\_CONTROVERSIES](https://www.researchgate.net/publication/315756131_AMOSTRAGEM_E_SATURACAO_EM_PESQUISA_QUALITATIVA_CONSENSOS_E_CONTROVERSAS_SAMPLING_AND_SATURATION_IN_QUALITATIVE_RESEARCH_CONSENSUSES_AND_CONTROVERSIES). Acesso:04 mar.2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO. Assédio moral e sexual : previna-se. **Conselho Nacional do Ministério Público**. Brasília: CNMP, 2016. 28 p. Il. Disponível em:

<https://www.mpf.mp.br/sc/arquivos/cartilha-assedio> Acesso em: 28 mar. 2023.

MIZUNO, Camila; FRAID, Jaqueline Aparecida; CASSAB, Latif Antonia. Violência contra a mulher: Por que elas simplesmente não vão embora? *In*: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., 2010, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010. P. 16-23. ISSN 2177-8248. Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/3.CamilaMizuno.pdf> Acesso em: 27 mar. 2021.

MOITA, Dímitre Sampaio; ARAÚJO, Verônica Siqueira; AQUINO, Cássio Adriano Braz de. Reflexões sobre trabalho imaterial e precarização na atividade de teleoperadores e programadores de softwares. *In*: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA, 29., 2013, Santiago. **Anais [...]**. Santiago: ALAS, 2013. p. 1-11. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/19194> Acesso em: 16 mar. 2023.

MORAES, Marcia de Fátima. Trajetória de três mulheres rurais: o trabalho como fio condutor das narrativas de vida. **Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**, Porto Alegre, v. 11, n. 25, p. 241-257, dez. 2019. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/96901>. Acesso em: 21 jun. 2021.

NAVARRO, Vicenç. El gran fracaso del neoliberalismo. **Público**, 24 jun. 2021. Disponível em:

<https://blogs.publico.es/vicenc-navarro/2021/06/24/el-gran-fracaso-del-neoliberalismo/>. Acesso em: 27 jun. 2021.

NAVARRO; V.L., PADILHA,V. Dilemas do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo.

**Psicologia e Sociedade**. [s.l.], v. 19, ed.Especial 1, p.14-20, 2007. Disponível em:

<https://repositorio.usp.br/item/001731478> Acessado em: 02 abr 2023

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares. “Eu também sei atirar!” Reflexões sobre a violência contra as mulheres e metodologias estético políticas. **Psicologia: ciência e profissão**. n 3, v 34, p. 555-573, 2014.

OLIVEIRA, Suélem Silva; SARAIVA,Charlista Schinaider; BARTOLOMEU, Tereza

Angélica.PEREIRA, Rita de Cássia Bhering Ramos. Relação entre trabalho e vida familiar: um

estudo de caso das mulheres terceirizadas do setor de limpeza da Universidade Federal de Viçosa/MG. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v.32,n.1, p.165-190, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/9872/6597> Acesso em: 03 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Estatuto da Corte Interamericana de Direitos Humanos**. La Paz, 1979. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/v.Estatuto.Corte.htm>. Acesso em: 10 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Conferência Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as mulheres**. Belém, 1994. Disponível em: <http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>. Acesso em: 04 mar 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 out 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as formas de discriminação contra a mulheres**, 1979. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>. Acesso em: 13 de out. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conferência das Nações Unidas Sobre Direitos Humanos**. Viena, 1993. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pel%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório V (1). Acabar com a Violência e o assédio contra mulheres e homens no mundo do trabalho**. Conferência Internacional do Trabalho, 107º sessão, 2018.

ORNELLAS, Laila Pricila Graf; D'AVILA, Geruza Tavares e COUTINHO, Maria Chalfin. Trajetórias laborais: contribuições para estudos no campo da Psicologia Social do Trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 25, e-181893, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/181893/189098> Acesso em: 06 jan 2023. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.cpst.2022.181893.

PARSONS, Wayne. **Políticas públicas: una intruducción a la teoría y la práctica del análisis depolíticas públicas**. México: Flasco, 2007.

PASINATO, Wânia. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para aplicação da Lei Maria da Penha. Gênero, raça e pobreza: a abordagem de múltiplas identidades pelo direito. **Revista de Direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 407-428, jul./dez. 2015. DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.1590/1808-](http://dx.doi.org/10.1590/1808-)

2432201518 Acesso em: 27 mar. 2021.

PASINATO, Vânia. SANTOS, Cecília MacDowell. **Mapeamento Delegacias das Mulheres.** Projecto Acesso à justiça para mulheres em situação de violência: Estudo comparativo das Delegacias da Mulher na América Latina (Brasil, Equador, Nicarágua, Peru). Universidade Estadual de Campinas, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2008.

PEDROSA, Claudia Mara. SPINK, Mary Jane Paris. A Violência Contra Mulher no Cotidiano dos Serviços de Saúde: desafios para a formação médica. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 124-135, 2011.

PINHEIRO, Ricardo Lana; SILVA, Ana Paula Soares da. Apropriação do espaço e psicologia histórico-cultural: reflexões e apontamentos para possíveis aproximações. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 259-273, set. 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672018000300018](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000300018). Acesso em: 01 ago. 2021.

PINHEIRO, Francisco Pablo Huascar Aragão, COSTA, Maria de Fátima Vasconcelos da, MELO, Pamella Beserra de, AQUINO, Cassio Adriano Braz de. Clínica da Atividade: conceitos e fundamentos teóricos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. v. 68, n. 3, p. 110-124, 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1809-52672016000300009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672016000300009) Acesso em: 10 mai 2020.

PRESSER, Adriana Dewes; MENEGHEL, Stela Nazareth; HENNINGTON, Élide Azevedo. Mulheres Enfrentando as Violências: a voz dos operadores sociais. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 17, n. 3, p. 126-137, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Kfz4cjd7GM4QVNxQLyXGnDp/abstract/?lang=pt> Acessado em: 19 set 2021.

RAMOS, Graziela Dourado. FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. O Trabalho do Assistente Social no cuidado com Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social na Atenção Básica do SUS. **Ser. Soc. Rev.**, Londrina, v. 23, n. 1, p. 282-299, out./dez. 2020. DOI: 10.5433/1679-4842.2020v23n2p282. Acesso em: 22 fev. 2021.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. A trajetória da carreira como construção teórico-prática e a propostadialética da carreira psicossocial. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 203-216, dez. 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172009000200006&lng=es&nrm=is&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172009000200006&lng=es&nrm=is&tlng=pt). Acesso em ago 2020.

RIBEIRO, Marcelo Afonso; OLIVEIRA, Fabio de; BERNARDO, Marcia Hespanhol e NAVARRO, Vera Lucia. Práticas da Psicologia Social do Trabalho: Práticas e Intervenção. *In*: COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Marcia Hespanhol; SATO, Lenny (org.). **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p. 103-125.

ROBERTI, Daniel Luis Poio. Um olhar sobre a “vivência” através do seu autor: conceitos e traduções na obra de vigotski. **Fractal: Revista de Psicologia**, [s.l.], v. 31, n. 1, p. 16-19, fev. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5588>. Acesso em: 01 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i1/5588>.

ROCHA, Ana Maria Santos. Impacto da ideologia neoliberal na subjetividade feminina. *In: 13º MUNDODÉ MULHERES E SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11, FLORIANÓPOLIS, 2017, Santa Catarina. Anais Eletrônicos*. Florianópolis: 2017, p. 01-07. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499455958\\_ARQUIVO\\_ImpactodAldeologia\\_formatadoeRevisado.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499455958_ARQUIVO_ImpactodAldeologia_formatadoeRevisado.pdf). Acesso em: 28 ago 2021.

ROSSIM, Laisa Cominotti; ALVES, Eduardo Rodrigues; NORBIATO, Elizabeth Maria Rodrigues. Reflexões sobre a mediação na educação profissional e tecnológica à luz da perspectiva de Vigotski. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carlo, v. 21, n. 52, p. 123-134, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Ana Pereira dos. **“O inimigo sempre volta”**: Reflexões sobre a construção da implicação dos trabalhadores com a Política de Assistência Social. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação Em Psicologia, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://bib.pucminas.br:8080/pergamumweb/vinculos/000031/000031a5.pdf> Acesso em: 08 jan. 2023.

SANTOS, Leticia Laureano dos. Percursos profissionais de docentes universitárias negras. *In: SIMPÓSIO DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS*, 4., 2020, [s.l.]. **Anais Eletrônicos [...]**, [s.l.]: Universidade Estadual de Londrina, 2020. Disponível em: <http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1105/1070> Acesso em: 18 jun. 2020.

SANTOS, João Paulo Bello dos; LIMA, Rafael Rodolfo Tomaz de. Educação permanente em saúde para qualificar o acolhimento às mulheres vítimas de violência: debatendo uma proposta. **Research, Society And Development**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 1-9, 1 jan. 2020. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i1.1859>. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/338312446\\_Educacao\\_permanente\\_em\\_saude\\_para\\_qualificar\\_o\\_acolhimento\\_as\\_mulheres\\_vitimas\\_de\\_violencia\\_debatendo\\_uma\\_proposta](https://www.researchgate.net/publication/338312446_Educacao_permanente_em_saude_para_qualificar_o_acolhimento_as_mulheres_vitimas_de_violencia_debatendo_uma_proposta). Acesso em: 17 jul. 2021.

SANTOS, Hermílio Santos. REIF, Karina. SUSIN, Priscila. MENEZES, Naida Menezes; RINALDI, Débora. Tipos de Trajetória de Trabalhadores da indústria de óleo e gás: um estudo empírico sobre fatores humanos e resiliência em contexto interdisciplinar. *In: X CONGRESSO*

INTERNACIONAL DE CONHECIMENTO E INOVAÇÃO [s.l.]. **Anais Eletrônicos** [s.l.], 2020, v. 1, n. 1. Disponível em: <https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/998/536> Acesso em: 18 jul. De 2020.

SATO, Leny. Psicologia, saúde e trabalho: distintas construções dos objetos “trabalho” e “organizações”. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (org.). **Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2010. p. 41-53.

SATO, Leny. COUTINHO, Maria Chalfim. BERNARDO, Marcia Hespanhol. A perspectiva da Psicologia Social do Trabalho. In: COUTINHO, Maria Chalfim. BERNARDO, Marcia Hespanhol (org.). **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018 (Coleção Psicologia Social). Cap. 01.

SCHIMDT, João Pedro. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul, v. 03. n. 56. p.119-149, 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/index> ISSN on-line: 1982 – 9957 Acesso em: 15 nov. 2021. DOI: DOI: 10.17058/rdunisc.v3i56.12688.

SCRIBANO, Adrián. Historia, Relatos de Vida e Historia Oral. In: SCRIBANO, Adrian Oscar. **La investigación social cualitativa**. 1. ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008. cap. 04, p. 99-114.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

SENADO FEDERAL, 2018. Lobby do batom. **Agência Senado**, mar. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-comb-ate-a-discriminacoes>. Acesso em: 19 fev. 2022.

SILVA, Luana Rosa Araújo. **Formação continuada de professoras e professores do ensino fundamental – sentidos e significados**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/43657> Acesso em: 06 mar. 2023

SILVA, Gabriela Freitas da; SILVEIRA, Camila; FIALHO, Luana. A rede de enfrentamento à violência contra as mulheres no Ceará. In: ARAÚJO, Maria de Lourdes Góes; ALBUQUERQUE, Grayce Alencar; MEDINA, Ligia Lucena Gonçalves (org.). **Perfil da violência e monitoramento da violência contra a mulher na região do Cariri em 2017, realizado pelo observatório da violência e dos direitos humanos da região do Cariri, Universidade Regional do Cariri (URCA)**. 2º Caderno sobre diálogos de enfrentamento à violência contra as Mulheres. Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará, 2018. cap. 03, p. 41-44.

SILVA, Allan Gustavo Freire da. MOTA, Leonardo de Araújo e. DORNELAS, Carina Seixas

Maia. LACERDA, Alecksandra Vieira de. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates**. Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, jan./abr. 2017.

SOARES, Sebastião Silva. GUIMARÃES, Selva. Professores iniciantes em cursos de licenciatura: história de vida, formação e desenvolvimento profissional. **Revista do Centro de Educação**. Santa Maria, v. 46, p. 01-26, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao>. Acesso em: 20 jun. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1984644440380>

SOUZA, Bruna Mantese de. **Mulheres de Fibra: Narrativas e o ato de narrar entre usuárias e trabalhadoras** de um serviço de atenção a vítimas de violência na periferia de São Paulo. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2015. Acesso em: 01 out. 2020.

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; REZENDE, Fernanda Ferreira. Violência contra a mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 21-38, ago. 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.phpscript=sci\\_abstract&pid=S223664072018000200003&lng=pt&nr m=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.phpscript=sci_abstract&pid=S223664072018000200003&lng=pt&nr m=iso) . Acesso em: 01 mai. 2021.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosangela da Silva. Trabalhando com a História de Vida: percalços de uma Pesquisa (dora)? **Rev Esc Enferm USP**, v. 37, n. 2, p. 119-26, 2003. Disponível em: <http://www.ee.usp.br/reeusp/upload/pdf/207.pdf>. Acesso: 04 mar. 2021.

TOASSA, Gisele. **Emoções e vivências em Vigotski: investigação para uma perspectiva histórico-cultural**. Orientadora Marilene Proença Rebello de Souza. 2009. 348f. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-19032009-100357/publico/GTOASSA\\_Tese\\_2\\_009.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-19032009-100357/publico/GTOASSA_Tese_2_009.pdf). Acesso em: 03 ago. 2020.

TOASSA, Gisele. Relações entre comunicação, vivência e discurso em Vigotski: observações introdutórias. **Psic. Da Ed.**, São Paulo, v. 39, p. 15-22, jul./dez. 2014. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752014000200002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752014000200002) Acesso em: 12 set. 2021.

VARGAS, Geovana Camargo. **Produção de Sentido e Significado por docentes em formação continuada**. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Faculdade de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10940/1/TESE%20Geovana%20Camargo%20Vargas.pdf> Acesso em: 18 nov. 2022

VERESOV, Nicolai. Perezhivanie as a Phenomenon and a Concept: Questions on Clarification

and Methodological Meditations. Kul'turno-istoricheskaya psikhologiya. **Cultural-historical psychology**, v. 12, n. 3, p. 129-148, 2016. Disponível em: [https://psyjournals.ru/en/journals/chp/archive/2016\\_n3/veresov](https://psyjournals.ru/en/journals/chp/archive/2016_n3/veresov) Acesso em: 07 set 2020. DOI: <https://doi.org/10.17759/chp.2016120308>

VIGANO, Samira de Moraes Maia; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. Mulheres, Políticas Públicas e combate a violência de gênero. **Dossiê Relações entre Crime e Gênero: um balanço. História** (São Paulo) v. 38, 2019. e2019054. ISSN 1980-4369. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/1980-4369e2019054>. Acesso em: 23 set. 2021.

VIGOTSKI, L. S. **A crise dos sete anos**. Tradução de Achilles Delari Junior. Madrid: Visor y A. Machado Libros, 2006.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. 1. ed. Brasília, DF: All Type, 2015.

WALKER, Lenore. **The battered woman**. New York: Harper and How, 1979.

ZANELLO, Valeska. Violência de Gênero contra as mulheres e saúde mental: psiquiatrização, silenciamento e invisibilidade. *In*: PASINATO, Wânia; MACHADO, Bruno Amaral; ÁVILA, Tiago Pierobom. **Políticas Públicas de Prevenção à Violência contra a Mulher: Direito, Transdisciplinaridade e Pesquisas Jurídicas**. Brasília: Marcial Pons e Fundação Escola, 2019. cap. 6, p. 135-158.

## APÊNDICE A – SISTEMATIZAÇÃO DA ETAPA DE PRÉ-INDICADORES E INDICADORES DOS NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO

### 5. Etapas de construção dos Pré-Indicadores e Indicadores da entrevistada Matilde:

Pré – Indicadores	Indicadores
É... trab...comecei minha militância nas comunidades eclesial de base. Desde aquela época, com 12 anos, eu já iniciei essa trajetória.	1) Inserção na pré-adolescência no movimento social organizado
Quando a gente via a luta das mulheres, todo sofrimento da violência e querendo ou não, dentro de casa né?	2) Vivência relacionada à violência
A gente sempre teve essa coisa de querer uma coisa melhor, tanto pessoal como para a comunidade, para o bairro.	3) Atrela à participação no movimento social organizado a busca por melhorias na sua comunidade
Dos 16 em diante comecei essa militância na Marcha Mundial das Mulheres que foi onde me encontrei né?	4) Inserção na organização social com viés da luta de mulheres – organização feminista
É... com 16 entrei na Marcha Mundial de Mulheres, eu acho, eu já f... eu já era feminista desde sempre, né?	
Eu já fiz de tudo um pouco, já trabalhei em casa de família, já entreguei panfleto, já trabalhei em campanha eleitoral.	5) Trajetória marcada por amplitude de atividades e identificação da proximidade com atividades laborais relativa às mulheres
De tudo um pouco, mas no decorrer da vida, meus trabalhos sempre me puxaram muito para essa área das políticas para as mulheres	
Éramos uma coordenadoria ligada ao gabinete da prefeita, e por ela ter esse olhar né, tão sensível né, desde sempre, para política para as mulheres, fiquei lá por 5 anos.	6) Trabalho por 05 anos, em instância municipal, com políticas para as mulheres
Quando eu saí da coordenadoria da mulher, em 2013, fui estudar um pouco, terminar inclusive minha faculdade.	7) Priorização dos estudos
Trabalhei num projeto que era do MDA, era agente de economia solidária que a gente trabalhava com grupos produtivos para as mulheres... mas nesse intervalo, mesmo trabalhando, a gente sempre estava articulando né?	8) Trabalho com economia solidária e mulheres
Primeiro, assim, de início foi pela questão financeira mesmo. Porque eu estava sem trabalhar na época, terminando meu técnico, não conseguia arranjar um emprego... porque eu estudava de manhã, e não queria perder o curso, então eu tinha que trabalhar da tarde pra noite, então pensei inclusive nisso, que era o horário mais flexível que eu conseguia, de trabalhar da tarde pra noite e também porque assim, porque eu acho que... quando a gente... tem assim... uma missão né?, essa missão de trabalhar com as mulheres né?... a gente não consegue resistir muito tempo não (risos). Aí foi quando eu aceitei, 2015... entrei na coordenadoria de políticas para as mulheres do Estado	9) Fatores mobilizadores ao vínculo: necessidade salarial, viabilidade de horário e possibilidade de continuação dos estudos
É como eu sempre digo ‘gente, a gente trabalha aqui não é pelo dinheiro não’ porque se fosse não valia a pena ... já tinha voado daqui faz tempo ... né... acho que é por esse amor, por essa paixão, saber que de alguma forma você está contribuindo	

<p>para um mundo melhor, que as mulheres possam se sentirem livres, de toda a violência que é tão pesada no dia a dia... eu acho que é isso.</p>	
<p>Em 2018 eu vim pra cá, pra Casa da Mulher Brasileira. Esse espaço né, onde a gente costuma dizer que todos os dias é um desafio, mas a gente faz por amor...</p>	
<p>Como eu falei né... a gente tem essa missão né? Eu encaro como uma missão de trabalhar o empoderamento das mulheres, o enfrentamento à violência, e a gente trabalha... pra que essas mulheres possam romper o ciclo da violência... né... e é muito gratificante. .</p>	
<p>Não pela pauta, pela pauta das mulheres, da violência... até porque mesmo não estando nesse espaço de trabalho eu estava militando em outros espaços na pauta.</p>	10) Compromisso subjetivo com a atividade de trabalhar com mulheres em situação de violência
<p>Eu acho assim, que é muito essa questão do... do amor mesmo sabe?, da paixão, de você fazer o que você gosta né, de você estar trabalhando num espaço onde você se identifica, né?</p>	
<p>Não digo só eu não, eu digo a equipe, a gente faz por amor, quando a gente entrega o melhor que a gente tem, todos os dias aqui...</p>	
<p>Os dias fáceis não são... não são mesmo. Todo dia, né... todo dia aqui na Casa, principalmente por a gente lidar com uma temática que é... delicada, como você viu, a gente tá aqui mas de repente entra alguém... chega uma mulher, que homem chegou atrás da mulher, que chegou um flagrante... que tem uma criança que o homem quase leva, que a mulher não tem pra onde ir, que não tem onde ficar... mas a gente...</p>	11) Identificação da dificuldade de trabalhar com uma temática relacionada à violência contra as mulheres
<p>Vai, no dia a dia, se organizando inclusive pra conviver né... com essa questão da violência.</p>	
<p>Perfeito não é, nem nunca vai ser. Dificuldades a gente encontra todos os dias, todos os dias... de tudo, de infraestrutura, de lidar com as pessoas, de relações interpessoais,</p>	
<p>Inclusive quando a gente olha essa trajetória dos quatro anos, inclusive, que a gente comemora agora no dia 23 de junho... a gente vê... que bom que tô aqui... né... que a gente conseguiu contribuir para que de alguma forma essas mulheres rompessem o ciclo da violência.</p>	
<p>Eu acho que quando a gente chega aqui, e consegue ver os resultados... vê uma parceria, vê um e-mail que a pessoa quer visitar a Casa, ver as pessoas reconhecendo o nosso trabalho, eu acho que faz com que vale a pena a luta, a luta do dia a dia, a luta cotidiana...</p>	12) Identificação do próprio trabalho como componente para o rompimento com o ciclo da violência de outras mulheres
<p>E sem falar que a gente é referência aqui no Ceará, mas a gente é referência fora... quando vem gente de fora né, querendo conhecer o trabalho da Casa né?</p>	
<p>Embora as vezes eu tenha uma raiva (risos) ... tem gente que faz uma raiva na gente... mas eu acho que é isso, assim, é o</p>	13) Sentimento de raiva identificado em eventuais situações

que nos move todos os dias ... dá vontade de desistir? Dá!	
Sem falar que a Casa é um sonho né? Foi construído por mulheres, para as mulheres, onde trabalham mulheres, então acho que essa é a diferença...	14) Espaço do trabalho reconhecido como um sonho realizado
A Daciane é sem palavras... das vezes que a gente escuta ela, a gente se fortalece... (emocionada) porque... ali é guerreira... e é muito bom, assim, você (chorando)... (silêncio)... você, você... ter uma história de luta tão longa, tão longa e que tipo assim, confia no teu trabalho ... a gente sem palavras confia no dela, a gente inclusive se fortalece...	15) Identificação do fortalecimento subjetivo dentro do ambiente do trabalho
Assim, como eu falei, entrei em 2015, fiquei 03 anos na Coordenadoria, construindo a política, e logo em seguida a gente fez essa transição pra cá ... é... eu acho assim... de todos os lugares que eu participei, essa transição foi um divisor de águas. Porque uma coisa é você trabalhar no planejamento da política, né?	16) Transição entre os planejamento – trabalho mais cognitivo – e a atividade de enfrentamento cotidiana
Quando a gente trabalha no planejamento é coisas mais democráticas, é coisas mais de orçamento... e aqui não. Aqui é o dia a dia. Aqui é a ponta... você está aqui e de repente aconteceu alguma coisa ali que você precisa ir correndo pra resolver ou alguém ir correndo pra resolver... né? Porque você está oferecendo um serviço e, muitas vezes, esse serviço, ele é avaliado naquele momento que está acontecendo...	
A questão do planejamento a gente tem muito a questão da expectativa, a gente propõe... propõe as políticas, trabalha todo o processo, inclusive de formulação... inclusive entra os processos de conferência né, de assembleias, de reuniões... do próprio conselho	
É mais ééé... um sentimento é mais é de ... (silêncio)... pode-se dizer que é mais concreto né. A gente vê a política acontecendo, aqui na Casa ...	17) Trabalho na CMB como atividade de enfrentamento à violência
Foi um convite. Como a gente estava, inclusive em todo esse processo... de trabalho... de implementação da Casa... eu recebi um convite	18) Acesso à vaga de trabalho a partir de um convite
Porque a gente já vinha nesse processo de construção e quando chegou aqui a gente colocou em prática o que tínhamos planejado... e com certeza fez e faz toda a diferença. Não é à toa que agora o governo do estado está nesse processo de construção e implementação das Casa da Mulher Cearense e gente tá contribuindo também nesse processo.	19) Identificação de experiência positiva ter participado da elaboração e execução do projeto
O Grupo Gestor, que a gente se reúne uma vez por mês e a gente consegue, inclusive, organizar tudo, democraticamente nesse espaço.. né... e devemos muito disso a Daciane né? Altamente democrática em todos os processos inclusive com os próprios funcionários, aí a gente tenta aqui da melhor forma fazer uma gestão democrática... né... a gente de forma alguma... é aquela gestão... com os funcionários e colaboradores de... de... vigia né, 31) de ficar assediando, de ficar em cima... você pode ver que as pessoas trabalham	20) Descrição do processo organizativo da CMB

livremente ... mas é aquela coisa né... é uma via de mão dupla. Para oferecer um serviço de excelência, todos têm que contribuir. O resultado é, inclusive, o esforço de todos juntos.	
Eu sou quase um computador. Não... bem menos. Tô brincando. Quase tudo.	
O atendimento da Casa é portas abertas, então a mulher que chega ela vai ser atendida né, em todos os órgãos que ela precisa passar; nesse sentido muitas vezes a gente acaba recebendo... tem alguma dúvida, às vezes é para conversar sobre alguma coisa... não revitimizando a mulher, não querendo saber a fundo o que aconteceu...	21) Autopercepção das próprias atividades desenvolvidas
Eu acho assim, já falei que amo... amo fazer o que faço... mas... eu acho... que é muito... talvez... dessa luta... dessa luta que a gente, a gente enquanto sociedade, se dispõe a fazer. Fazer pelo outro... querer um mundo mais justo, de ter aquela utopia né? De um dia não exista mais espaços como esse, de que as mulheres, possam de fato romper com o ciclo da violência, se empoderar, que possam ser autônomas ... eu acho que é esse sentimento, de luta mesmo... que nos faz... que nos move... até porque no dia que a gente sair daqui a gente vai ... como a gente diz.... A gente vai voltar pra onde a gente veio... a gente não vai... né...	22) Utopia, amor, luta: elementos vivenciados no movimento perpassados para o trabalho
Eu vim do movimento oxi... , da luta, quando eu sair daqui eu volto pra lá.	23) Utopia, amor, luta: elementos vivenciados no movimento perpassados para o trabalho
Eu acho que é isso que nos move, que nos mantêm vivas, ativas, que nos dá força, nos dá coragem, então... esse trabalho aqui...	24) Transversalização com a causa
A violência contra a mulher é hoje um objetivo de vida e que onde eu estiver, pode ter certeza que eu estarei tentando fazer com que essas mulheres estejam rompendo esse ciclo... vou tá falando... o que é muito bom A violência, é substrato (para usar o termo que você emprega) de vida, não apenas de colocação laboral. Essa percepção permite compreender que há uma dimensão de compromisso com a causa, que não necessariamente está ancorada numa atividade de trabalho específica, mas um compromisso de vida.	25) Violência como substrato de vida, refletindo um compromisso da vida e não somente de trabalho
Aprendi muito né... com certeza não sou a mesma de cinco anos atrás (risos) ... nenhuma de nós somos né. Nem de um ano atrás, imagina de cinco! Então foi uma experiência muito gratificante...	26) Trabalho como construção subjetiva, de aprendizado
As pessoas podem achar que as mulheres não ajudam umas as outras, derrubam umas às outras... e embora fosse cada uma de espaços diferente, de local, de partidos diferentes, a gente meio que se fortalecia, a gente se ajudava, no caso na política de planejamento... lá atrás.	27) Surge discurso de competição, ainda que seja entre trabalhadoras comprometidas com o enfrentamento à violência
Eu acho que foi o início de tudo, as CEBS.	

<p>Acho que foi a partir desse momento que ... inclusive... eu acho que consegui identificar o meu lugar no mundo... que eu podia inclusive a partir da minha fala, da minha experiência e tocar ou mudar a vida de algumas pessoas, acho que talvez a partir desse momento eu vi ‘não, se eu posso contribuir porque eu não vou?’ se eu posso contribuir com meu trabalho, com a minha construção... porque eu não vou?</p>	<p>28) Experiência na organização do movimento social como fator de estruturante para o compromisso atual</p>
<p>Até mesmo aqueles momentos que a gente fazia, que ia com a unidade móvel... que era só nós e nós... era um momento que você... se sentia, inclusive agradecida por ter conhecido tantas mulheres, até porque a gente né? A gente é um pouco de todas as mulheres que passam pelas nossas vidas. Então assim, eu sinto muita falta desses espaços né...</p> <p>Nessa última fala fica evidenciado que o trabalho é de recepção das demandas de mulheres vítimas de violência. O que ela aponta como “sentindo falta” é um mergulho no contexto onde a violência se evidencia. Em se tratando de políticas voltadas a violência esse reconhecimento do campo tem um caráter muito preventivo, o que não se dá no caso da CMB</p>	<p>29) Reflexão sobre o trabalho enquanto prevenção à violência que era realizado em atividades nas áreas rurais</p>

## 2. Etapas de construção dos Pré-Indicadores e Indicadores da entrevistada Kollontai:

Pré-Indicadores	Indicadores
<p>Não se distancia tanto dos trabalhos anteriores... né que sempre foi desse cunho mais administrativo, mas tanto a Coordenadoria de mulheres como a casa da mulher Brasileira traz uma outra complexidade, né?</p>	<p>1) Exercício de funções semelhantes ao longo de sua trajetória e reconhecimento da complexidade de desenvolvê-la na CMB.</p>
<p>A minha trajetória no trabalho começou, em média, com 14 para 15 anos de idade. É... ainda ali, no começo do ensino médio, onde eu fui estagiar em escolas.</p>	<p>2) Reconhecimento do início da trajetória laboral a partir da primeira experiência de estágio, ainda no ensino médio.</p>
<p>Não que seja algo que eu deveria fazer... mas aqui na casa também é levando em questão a militância no movimento de mulheres.</p>	<p>3) A militância faz parte da composição da função social do trabalho.</p>
<p>Aqui a gente já fez de tudo... desde o deslocamento de uma mulher para uma unidade de saúde a montar a cadeira e carregar a caixa.</p>	<p>4) Amplitude de atividades desenvolvidas durante o trabalho.</p>
<p>Mas aqui a gente faz um pouco de cada coisa...</p>	
<p>A militância. A militância no movimento de mulheres.</p>	<p>5) A militância como mobilizadora da decisão de trabalhar na CMB.</p>
<p>Estar na Casa da Mulher Brasileira era também a oportunidade da continuidade dessa militância, saber que a gente pode estar fazendo a partir das políticas públicas a diferença nesse meio social, né, de desconstrução, do</p>	<p>6) Trabalho na CMB como oportunidade de transformação social através das políticas públicas.</p>

machismo, do racismo, da homofobia.	
A gente se atravessa para além de profissional, como ser humano, de entender que ali não é só com aquela mulher, né? É com todas nós, mulheres. Então, vem o sentimento de indignação, de revolta e também o sentimento de cada vez ter mais certeza de fortalecer a luta pelo enfrentamento à violência doméstica.	7) Reconhecimento do atravessamento de sentimentos intensos ao atender às mulheres, além da dimensão coletiva da violência contra à mulher.
Raiva, talvez. E, dependendo do caso, a gente assim... sente vontade de pegar o agressor e dar na cara dele?	
A Casa por mais que tenha toda essa questão da violência, é um ambiente agradável de se trabalhar.	8) Ambiente de trabalho bom apesar da Violência contra à mulher ser presença constante no trabalho.
Sim, eu acho que o processo da militância foi um divisor de águas na minha vida. Tanto do ponto de vista do trabalho como do ponto de vista da educação.	
Só pontuar que realmente hoje estou onde estou, claro, né por uma dedicação pessoal, mas também tendo o movimento feminista como esse grande... vou chamar de trampolim pra vida, né?	9) Valorização da militância em sua trajetória.
Sim, até porque a graduação de psicologia ela não vai te propiciar isso né? (...) A academia acaba não conseguindo ir além dos muros da universidade.	10) Crítica à formação da psicologia.
Ao mesmo tempo que sim, é um não, porque são cargos políticos, né? Então, como não é oriundo de seleção pública, o concurso público é... a gente sabe que quando se muda o governo também se mudam as indicações políticas das chefias imediatas né?	11) Imprevisibilidade na permanência pois trata-se de vagas que são oriundas de indicação, estando à mercê dos resultados da eleição ao governo estadual.
A casa da mulher Brasileira é uma continuidade do trabalho que a gente fazia na Coordenadoria de Mulheres. Tanto que, nasce fruto de um projeto que a gente começou a construir, de certa forma, na Coordenadoria de Mulheres.	
A equipe que fazia parte da Coordenadoria, foi quem pensou... é... o projeto do é governo federal, óbvio, mas foi a Coordenadoria de Mulheres que pensou como que ia implementar, como ia executar... que fez todas as gerências dos contratos, então é um trabalho de continuidade.	12) Identifica o trabalho atual como continuidade do último trabalho, reforçando essa trajetória de funções administrativas mas que estão à serviço de um interesse coletivo às mulheres.
E falando sobre trajetória, acho que o que fica muito marcado é... negativamente é a minha passagem pelo XXX. <sup>8</sup>	13) Identifica vivência de exposição ao assédio sexual em ambiente de trabalho.
Que pra gente dar continuidade do trabalho, a gente teria que ter um caso com ele, né? Não sendo assim, a gente ia ser demitida. E ainda era muito nova... e óbvio que já dentro	14) Experiência adquirida na militância como fator de proteção frente a exposição de assédio sexual no trabalho anterior.

<sup>8</sup> Optamos por não descrever o local para não identificar a trabalhadora.

dessa militância, sabendo dos meus direitos, eu não me submeti a isso.	
O que mais marcou foi isso. Essa passagem pelo XXX <sup>9</sup> .	15) Identificação do assédio sexual como elemento muito importante na sua trajetória laboral.

### 5. Etapas de construção dos Pré-Indicadores e Indicadores da entrevistada Melissa:

<b>Pré-Indicadores</b>	<b>Indicadores</b>
Início da minha jornada de trabalho	1) Descrição da sua trajetória laboral até chegar à CMB e considerações acerca do tempo que parou de estudar.
Eu comecei a trabalhar com 19 anos.	
Meu primeiro emprego foi no Banco X <sup>10</sup> .	
E esse é o meu segundo emprego.	
Eu fiquei só estudando mesmo, porque quando eu comecei a trabalhar no banco, eu tranquei a faculdade. Né? E assim eu não consegui assimilar... Às vezes, até mesmo pelo por ser muito jovem...	2) Dificuldades de acessar trabalho formal e acesso a oportunidade de trabalhar na CMB a partir de uma indicação
Coloquei currículos em muitos locais, mas a gente sabe que estava muito difícil, né? Conseguir emprego...	
E enfim, conseguir a oportunidade de chegar até aqui.	
Foi uma indicação, né? Eu fui indicada para trabalhar aqui.	3) Contexto eleitoral como possível interferência para manter-se na vaga de emprego
Eu não vou te dizer que eu me vejo trabalhando aqui no próximo ano, porque eu não me vejo, né? Ainda mais como todos os locais da indicação, nós estamos em um ano político, tudo é um processo, então assim eu não vou te dizer que eu me vejo trabalhando aqui daqui a um ano, mas se eu tiver Ótimo, mas se eu não tiver que eu esteja em outro espaço parecido, né?	
Eu Acredito assim, tudo é um... um aprendizado, é?	4) Diferenças do trabalho anterior para o atual são aprendizados
Eu fui aprendendo mesmo assim, aos poucos, até cada detalhe, porque quando a gente trabalha... Em uma empresa privada, quando a gente vem para o, para, o empresa pública né, é totalmente... é muito diferente.	5) Diferenças de trabalhar no setor privado e setor público
É que precisa de ter um, ter assim, uma cautela a mais em cada... Cada encaminhamento que você for fazer, o que você for falar diferente de você seguir um script de uma coisa que já é aquilo ali, sempre eu vejo muito essa diferença...	
É... eu fiquei nessa área (social) e assim tinha um cronograma a seguir.	
Eu vou levar mais aprendizado do que do meu primeiro emprego, porque lá, como eu te disse, eu tinha um fluxo	6) A dificuldade de manter um script único para todos atendimentos aparece como uma vantagem para

<sup>9</sup> Optamos por não apresentar o local para não identificar a trabalhadora.

<sup>10</sup> Optamos por não apresentar o local para não identificar a trabalhadora.

a seguinte tinha um script que não. Aqui é um aprendizado a cada dia, então acho que daqui eu vou levar muito mais experiência.	aprendizagem
pronto que o meu contrato é não, não é diretamente com o público em si, embora que a gente faça de tudo um pouco	7) Característica do trabalho – “fazer de tudo um pouco”
As emoções, né? Pessoais, porque todo funcionário ele tem uma vida pessoal lá fora e aqui nós lidamos com pessoas que estão com emocional muito abalado, que são as mulheres que sofrem violência doméstica.	8) Público atendido tem o emocional muito abalado
... porque a gente tem que entender o motivo de estar aqui, porque a mulher que chega para o atendimento ela precisa ser bem recebida, ela não pode, ela não tem culpa do problema que a gente está tendo lá fora (falando sobre as dificuldades que algumas colaboradoras têm de lidar os sentimentos)	9) Necessidade de não deixar transparecer os problemas pessoais para garantir um bom atendimento às mulheres que buscam ajuda
Quando a gente trabalha com o público, né e com outras pessoas a gente não pode deixar que...O nosso pessoal, as nossas opiniões sempre ultrapassem os limites então a gente tem que tentar ser o mais leve possível e com o tempo eu vi que dava certo sim.	
No atendimento eu, eu. Eu sinto muito empatia, né?	10) Sentimento em relação às mulheres atendidas
Garantir que essa mulher, ela tenha um bom atendimento, que ela se sinta acolhida no primeiro momento que ela chega aqui. Eu acho que eu sinto só isso.	11) Entendimento de que as mulheres precisam ser bem atendidas assim que chegam à CMB
Às vezes mexe muito comigo. Se envolver criança... envolver criança. Eu acho que assim já eu fico, né? Angustia.	12) Envolvimento nos casos quem tem relação com crianças
... é que não é que eu gosto, quer dizer... é que assim eu consigo é (saber que a mulher apanhou) E eu já entendo, eu acho que eu já entendo como funciona o ciclo da violência doméstica. Eu sei que é um ciclo, eu sei que é um processo, é idas e vindas que nenhuma mulher gosta de apanhar, tá entendendo?	13) Conhecimento sobre o ciclo da violência favorece o atendimento das mulheres em situação de violência
agora... quando envolve crianças, parece que dá uma travada, né? (risos)	14) Casos que envolvem crianças é um dificultador no processo do atendimento
Não que eu não soubesse que a violência doméstica existe, não que eu não soubesse. Lógico que eu sabia, mas não entendia. Diferente de hoje. Eu acho que é aquela questão mesmo da sociedade, de ser machista e, e as mulheres...	15) Entendimento da Violência contra as mulheres como processo cultural e social a partir do trabalho na CMB
Na medida que foi iniciando comecei a conhecer... e aprendi muita coisa aqui dentro. Muita coisas!	
Eu... não, graças a Deus eu não fui criada assim. Eu tenho um pai altamente feminista, graças a Deus eu tive essa sorte, né?	16) Identificação da não-exposição a valores de diminuição do papel da mulher dentro da própria família
Eu era menina, mas se você gostava de carro, eu podia brincar de carrinho.	
Eu sabia, agora dizer que eu conhecia esse ciclo da violência? Não. Eu tive essa sorte de ter um pai que...	17) Atrela a não-exposição à violência à educação recebida pelo pai
Não vou dizer que me emponderou (o pai) mas que sempre deixou bem claro que mulher não é propriedade de ninguém...	

Eu já sofri um relacionamento abusivo. Porque eu já tive um relacionamento que era altamente ciumento, mas eu soube me desvencilhar daquilo, mas outras mulheres não, mas eu tenho todo um histórico dentro da minha casa, né?	18) Conseguiu “desvencilhar” do relacionamento abusivo pelas experiências de respeito às mulheres vivenciada na própria família
depois que eu vim trabalhar aqui, eu percebi que eu realmente fui privilegiada pela criação que eu tive e outras mulheres não.	19) Trabalho na CMB como oportunidade de reconhecer a vantagem de ser educada em um ambiente não-exposto a valores de menosprezo ao papel da mulher
Eu acho que um dos meus maiores crescimentos mesmo foi a questão da empatia com outras mulheres que aí entra a questão da sororidade né até então eu não sabia isso.	20) Trabalho na CMB como oportunidade de aproximação com conceitos feministas e desenvolvimento da empatia
Porque o que eu eu adoro trabalhar fora né.	21) Valorização do trabalho formal como elemento importante na vida individual
Além da necessidade financeira, tem a questão de gostar de trabalhar.	
Eu gosto de trabalhar, não gosto de ficar em casa e aquilo já estava me enlouquecendo eu já tava um ano em casa, ficando com ansiedade.	
Eu ficava com a minha sobrinha que era bebê... E aquilo além a assim me distraía, mas não era suficiente.	
Todo mundo que está aqui, não é porque goste de estar aqui, né, é porque precisa. As pessoas trabalham porque ela precisa trabalhar, mas assim ...	22) Trabalho por necessidade financeira
E aí eu.. Eu vim, né com a cara e a coragem.	23) Nenhuma experiência anterior à CMB com a temática, coragem em trabalhar com o desconhecido
Acho que... Que a gente vai? Nos moldando, né para se adaptar aquele espaço, aquele ambiente, aquela nova realidade... E é isso né?	24) Estratégia para lidar com as demandas do trabalho
eu pensei assim “vixi, eu não vou gostar porque pensei... as mulheres podem chegar aqui machucadas”. (...) Eu fiquei com aquele pensamento de eu acho que eu não, não vai dar certo.	25) Acreditava que não se adaptaria ao trabalho desconhecido
Hoje em dia, quando eu vou, por exemplo, para a recepção que eu vejo uma mulher chorar, eu já... Eu já me sinto no... como se for, poderia ser eu no lugar dela. Tento dar uma água, peço para ela que se acalmar, que ela vai ser atendida em breve, que eu vou encaminhar ela para para a triagem que ela não precisa se preocupar. Então, assim, a meio que virou: aquele pensamento que eu tinha quando cheguei aqui. Mudou totalmente, né?	
O meu emprego anterior. Eu quis sair. Eu que quis. Porque... teu emprego era ruim? Não! Eu fiquei muito cansada, digamos assim.	26) Indicação de exaustão no trabalho anterior.
Eu não vou mentir às mulheres que eram atendidas do bolsa família, tinham umas que era altamente grosseiras? Tinha. Quem trabalha aqui, já trabalhou com telemarketing ou sabe como funciona, sabe que é assim, né? Mas... Quando eu fui para o FGTS, aí eu vou utilizar a palavra era um inferno. Um inferno.	

Chegou ali no limite que eu precisava sair, porque eu acho que se eu não tivesse saído, eu ia acabar adoecendo.	27) Vivências no trabalho anterior à CMB
Não quer que eu não me estresse, que eu me estresso e não é pouco, mas diferentes, bem, a uma realidade bem diferente, porque são pessoas que eu convivo não com pessoas que eu não sei nem quem é, por telefone, por exemplo.	
Serviu tanto para para a minha é... experiência profissional que até hoje eu consigo utilizar os aprendizados que eu tive lá [...] acredito que aqui será da mesma forma	

#### 5. Etapas de construção dos Pré-Indicadores e Indicadores da entrevistada Bibiana:

Pré-Indicadores	Indicadores
Eu comecei a trabalhar com 15 anos.	1) Trajetória laboral iniciada na juventude e inserção no movimento social a partir do trabalho formal.
Eu fiquei no comércio mais de 16 anos, aí eu entrei no movimento sindical.	
Porque a empresa me demitiu e aí eu acho que essa parte eu já tinha contribuído muito para o movimento sindical e aí eu fui para a organização não-governamental.	
Eu trabalhava com projetos sociais, a gente acompanhava mulheres e a juventude também...	2) Fim dos financiamentos que mantinham ONG encerram os projetos, empurrado-a para o trabalho informal
Mas sempre assim, capacitando a juventude e nessa área produtiva.	
Foi... porque assim... Eu saí por essa situação da dificuldade, nós não tínhamos mais financiamentos nem internacionais nem nacionais. Porque a ONG também tinha financiamento nacional, então com esse governo, não só com essa ONG que eu trabalhei como muitas outras, ela foram ficando sem financiamento né?	
Depois que eu saí da ONG... não é que eu fiquei sem trabalhar, eu fui fazer uns bicos, eu fui trabalhar com uma prima e de lá que eu vim pra cá.	
Aí eu recebi a proposta né? Pra vir trabalhar... a pessoa que me indicou já sabia de toda minha trajetória, desse trabalho com a juventude, com as mulheres; aí eu... vim pra cá.	3) Reconhecimento das experiências em sua trajetória como elemento relevante ao convite para compor a equipe da CMB.
... e me assustou. <i>(sobre o convite para o trabalho)</i>	
eu acho que assim, eu sempre digo assim que é de mim mesma, corre nas minhas veias. Eu sempre fiquei indignada <i>(olhos lacrimejando)</i> ...	4) Identificação do compromisso com as causas coletivas desde a juventude
Eu sempre fui indignada porque muitos tinham muito e outros não tinham nada.	
Eu digo assim: eu pulei eu fui de movimento popular, mas eu não tive simpatia; daí eu fui para o movimento partidário e a minha mãe sempre dizia que eu não ia modificar o mundo mas que um punhado de areia eu ia... <i>(se emociona)</i> ... colocar.	
As pessoas até me diziam assim: se você não fosse do	
	5) Dissociação dos próprios valores subjetivos

<p>sindicato você teria até um cargo maior.</p> <p>Eu não queria estar num cargo onde eu ia contra a minha filosofia de vida, entendeu?</p> <p>Eu queria contribuir com o mundo.</p> <p>Mas então, foram sempre a minha preocupação era essa: a filosofia de vida que eu escolhi pra mim.</p>	centrais com a ascensão nos empregos ocupados
<p>Eu nunca tive simpatia pela gestão pública... porque eu via a gestão pública muito assim, é quem te indica e eu faço o que eu quiser e eu digo que tenho determinado padrinho, determinada madrinha e eu esqueço o profissionalismo</p> <p>eu tenho certeza: abre apenas a porta pra mim, a minha permanência ali é pelo meu profissionalismo.</p> <p>Sou daquelas que eu acho que tenho que ter uma posição. Não é porque estou em determinado local que eu tenho que deixar, esquecer minhas ideologias e ficar aqui só para me manter... né?</p> <p>A gente tem uma concepção da gestão pública, que manda e desmanda, que não tem o profissionalismo que você não consegue falar o que você quer, o que você pensa, o que você sente.</p> <p>Meu medo era de não... me identificar com a gestão pública.</p>	6) Visão crítica ao emprego na gestão pública e alteração dessa compreensão a partir da vivência nesse trabalho
<p>Primeiro é porque você está desempregada, segundo é que a proposta é o que você já vem trabalhando...</p> <p>primeiro momento porque eu estava desempregada, mas não só porque eu estava desempregada.</p> <p>Se tivesse chegado duas, a Casa e uma outra, com certeza eu estaria aqui na Casa.</p> <p>Por toda essa minha história, por toda essa minha vivência, porque sempre trabalhei junto a esse público mais vulnerável... então é isso, com certeza se fosse a Casa e um outro com certeza eu estaria na Casa. Não por questão de salário...</p> <p>Pelo trabalho, que é uma continuidade de trabalhar com as mulheres, nesse enfrentamento à violência doméstica, isso para mim foi tranquilo.</p> <p>.. também não posso ser falsa e dizer 'que não foi porque naquele momento eu estava desempregada'.</p>	7) Desemprego e reconhecimento com a função da CMB: fatores de mobilização para aceitar a vaga de emprego
<p>Eu não sei se eu estivesse numa ONG e me chamassem pra cá se eu teria vindo. Com certeza não teria.</p> <p>Não por causa... Pelo que já te coloquei, por me assustar a gestão pública.</p> <p>Então eu não se se estivesse em uma ONG se eu estaria aqui.</p> <p>Eu sempre digo assim que se não tivesse esse rompimento financeiro eu ainda estaria no movimento social, e talvez não teria vindo para a Casa da Mulher Brasileira;</p>	8) Trabalhar na CMB torna-se opção secundária frente a possibilidade de trabalho na ONG e primária frente ao trabalho no comércio.

Mas porque era uma coisa que eu trabalhava muito tempo e me identificava e não era algo que você trabalha só aqui, trabalhava em todo Ceará, em outros estados, trabalhamos com o Maranhão, RN, BA, PE... então era muito interessante... (trabalho na ONG, com economia solidária)	
Mas se tivesse desempregada, e tivesse uma outra proposta, do comércio, num sei onde... lógico que eu viria para cá.	
Cruel, né? Porque assim, é desumano, a gente se revolta, porque tanto ódio da parte dos homens? Que fazem com que essas mulheres tão fragilizadas, se sintam tão culpadas, né?	9) Questionamento sobre a misoginia.
Nós já recebemos mulheres que elas diziam que estavam em 2013 e nós estando em 2019, vendo toda essa situação de cárcere privado, de mulheres que chegam aqui toda queimada né? Isso é muito cruel, muito desumano...	10) Exemplo de situações que já aconteceram na CMB.
Eu não vivo só na burocracia, eu vivo as duas partes. Eu vejo, eu sinto, eu acompanho. A gente já levou mulheres a UPA, até a PEFOCE... então eu também tenho esse contato. Não é que ninguém me diga, eu vivencio isso.	11) Tristeza, pena, raiva: sentimentos presentes no desenvolvimento do trabalho na CMB.
Eu sinto... tristeza, pena e raiva também. Não delas, entendeu?	
Pena por elas estarem passando por uma situação que elas não queriam.	
Eu também sinto isso, essa fragilidade de como é que vou ajudar? A gente sabe que segue esse caminho... mas de imediato?	12) Questionamento sobre as limitações dos próprios encaminhamentos possíveis de serem realizados.
Tem a pena, tem a raiva do outro lado, e tem essa minha fragilidade.	
Aí você vê a mulher chorar e precisa ficar forte,	13) Necessidade de manter-se forte e criativa para contribuir com os encaminhamentos das mulheres atendidas.
E estar aqui não só pra dizer que estou na Casa da Mulher Brasileira, não não isso... e na forma como eu vou conduzir esse trabalho, essas mulheres... como eu te falei né? Tem momentos que você fica sem iniciativa por mais que... aí aparece uma ideia e você vai tentando dar caminhos para que essa mulher não desista né?	
A gente vê tanto sofrimento... você também vai se tornando... assim... você não pode se fragilizar demais porque você não vai conseguir resolver...	
Gabi, a gente faz aqui um pouco de tudo ( <i>risos</i> )	
sempre na minha vida eu sempre pensei assim 'eu não vou transformar, mas eu vou botar um punhado de areia nessa transformação' e de que forma eu vou conseguir isso, né? Eu acho que acreditando que é possível mudar.	14) Reconhecimento do trabalho na CMB como contribuição para uma causa coletiva (direitos das mulheres), o que dialoga com a própria filosofia de vida.
Então eu sempre fui muito assim, dessa história de pensar também no todo, não só em mim, não só aqui... mas se é algo também que faz parte da minha filosofia de vida eu vou contribuir da mesma forma.	
Não de me afastar da minha filosofia de vida porque essa é a	

<p>minha caminhada é a mesma coisa, porque eu estou lutando por uma coisa, por nós mulheres, para acabar a violência [...]</p>	
<p>Porque o que a gente quer é fortalecer esse espaço. Para dar uma condição né? De atendimento, humanizar mais quem vem aqui. Então a gente não pode ser a estrela, eu contribuo da forma que é possível.</p>	
<p>Pra mim também é uma continuidade de tudo que tenho vivenciado ao longo dessa minha vida, dessa minha trajetória né?</p>	
<p>Depois que ela decidiu o que vai acontecer nós não sabemos, mas ela veio, ela conheceu os espaços que ela tem, todos os direitos dela... então pode até me doer aqui em ver isso, mas a gente sente que é um avanço, que ela conseguiu dar uma passada.</p>	15) Reconhecimento dos limites da atuação na CMB e valorização do equipamento.
<p>A gente queria que não existisse nenhuma Casa da Mulher Brasileira porque não existisse a violência, né..</p>	
<p>E não dá pra você todo dia se desesperar... você precisa acreditar e todo dia buscar forma de que como você vai contribuir com essa mulher e como você vai contribuir com você mesmo.</p>	16) Percepção de que é necessário estar bem individualmente para realizar o melhor atendimento possível
<p>Eu sempre trabalho essa questão... que eu preciso estar bem para poder lidar com situações fáceis e difíceis, eu sei que não é fácil, mas eu também não posso me entregar, entendeu?</p>	
<p>Eu vivi esse momento lá, mas eu preciso viver outro momento. Que é o momento da minha vida, como mulher, como mãe, como companheira, como milhões de coisas... então eu sempre trabalhei isso na minha vida.</p>	17) Reconhecimento do autocuidado como estratégia para manter-se bem
<p>Então assim.. eu não sei se eu quando sair da Casa da Mulher Brasileira serei chamada para trabalhar em outro local mas com essas temáticas que eu venho trabalhando...</p>	18) Reconhecimento do trabalho na CMB como elemento que dialoga com seus compromissos subjetivos com causas coletivas
<p>Mas se eu tiver que escolher eu quero seguir esse caminho... que me identifica.</p>	
<p>A gente também teve uma grande luta que foi com as mulheres comerciárias, a gente tentava muito organizar as mulheres...</p>	
<p>Na categoria comerciária naquela época, 52% era só mulher né? E eram mulheres que não podiam engravidar, que eram assediadas pelos patrões né? Que sofriam também dos maridos...</p>	
<p>Então a gente tinha uma luta muito grande no sindicato porque a gente de uma categoria... uma diretoria que a maioria eram homens... e homens machistas que a gente nunca podia... para fazer uma atividade com as mulheres era aquele auê... então eu passei esse tempo todo né?</p>	19) Resgate das experiências vividas no movimento social em prol da defesa dos direitos das mulheres da categoria
<p>A gente via muito sofrimento das mulheres, dos trabalhadores em geral, mas a gente sabe que as mulheres são as mais sofridas ... tinham os salários menores, que eram assediadas, que não podiam engravidar, que não tinham creche para filhos,</p>	

que deixavam com a vizinha... então essas eram as dores das mulheres...	
de uma filosofia de vida diferente, da gente viver humanamente, sem precisar derrubar as pessoas, sem precisar ganhar muito dinheiro e fazer algo que você não gosta...	20) Descrição daquilo que é compreendido como sua “filosofia de vida”.

**APÊNDICE B – SISTEMATIZAÇÃO DOS NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO**

Categoria	Núcleos de Significação
<p><b>Percurso das vivências laborais</b></p>	<p>1) Participação no movimento social organizado como vivência importante na sua trajetória. <i>“eu acho, eu já era feminista desde sempre, né?”</i></p> <p>1) Percebe o compromisso com as causas coletivas desde antes de iniciar a trajetória laboral e insere-se no movimento social organizado a partir do trabalho formal. <i>“Eu sempre fui indignada porque muitos tinham muito e outros não tinham nada”;</i></p> <p>2) Diferentes atividades laborais em trabalhos próximos a temática das mulheres. <i>“meus trabalhos sempre me puxaram muito para essa área das políticas para as mulheres”;</i></p> <p>4) Identificação da militância como espaço de aprendizado. <i>“eu acho que o processo da militância foi um divisor de águas na minha vida. Tanto do ponto de vista do trabalho como do ponto de vista da educação”.</i></p> <p>7) Reconhecimento de vivências que oportunizaram o aprendizado no primeiro trabalho, mas com a mudança de função ocorre a transformação para exposição ao sofrimento. <i>“...no trabalho anterior chegou ali no limite que eu precisava sair, porque eu acho que se eu não tivesse saído, eu ia acabar adoecendo.”</i></p> <p>5) Engajamento subjetivo no enfrentamento à violência contra as mulheres refletido nas atividades do trabalho. <i>“amo fazer o que faço... mas... eu acho... que é muito... talvez... dessa luta... dessa luta que a gente, a gente enquanto sociedade, se dispõe a fazer.”</i></p>
<p><b>História de vida (no trabalho)</b></p>	<p>2) Diferentes atividades laborais em trabalhos próximos a temática das mulheres. <i>“meus trabalhos sempre me puxaram muito para essa área das políticas para as mulheres”;</i></p> <p>1) Trajetória Laboral com presença de atividades semelhantes e desenvolvidas no campo dos direitos para as mulheres <i>“Não se distancia tanto dos trabalhos anteriores... né que sempre foi desse cunho mais administrativo”;</i></p> <p>2) Reconhecimento da própria trajetória laboral como elemento importante ao convite para trabalhar na CMB, desemprego e identificação com a função do equipamento: aspectos relacionados à decisão de trabalhar na CMB. <i>“Primeiro momento porque eu estava desempregada, mas não só porque eu estava desempregada.”</i></p>
<p><b>Aspectos relativos à decisão de trabalhar na Casa da Mulher Brasileira – Ceará</b></p>	<p>3) Compromisso subjetivo com a atividade e identificação de contribuição social com o trabalho realizado. <i>“a gente trabalha... pra que essas mulheres possam romper o ciclo da violência... né... e é muito gratificante.”</i></p> <p>3) As atividades desenvolvidas no trabalho na CMB aproximam-se dos objetivos da militância no movimento feminista. <i>“Estar na Casa da Mulher Brasileira era também a oportunidade da continuidade dessa militância”.</i></p>

	<p>2) A falta de postos de trabalho formal potencializa a aceitação de um emprego com função nunca exercida – <i>“E aí eu vim, né com a cara e a coragem”</i> e exposto a imprevisibilidade dos resultados eleitorais – <i>“nós estamos em um ano político, tudo é um processo, então assim eu não vou te dizer que eu me vejo trabalhando aqui daqui a um ano, mas se eu tiver; Ótimo!”</i></p> <p>2) Reconhecimento da própria trajetória laboral como elemento importante ao convite para trabalhar na CMB, desemprego e identificação com a função do equipamento: aspectos relacionados à decisão de trabalhar na CMB. <i>“Primeiro momento porque eu estava desempregada, mas não só porque eu estava desempregada.”</i></p>
<p><b>Características do “tipo de trabalho”</b></p>	<p>2) Trabalho na CMB caracterizado como imprevisível, sob o vínculo trabalhista; complexo e mobilizante, sob o conteúdo do trabalho; e bom sob a organização. <i>“A Casa por mais que tenha toda essa questão da violência, é um ambiente agradável de se trabalhar.”</i></p> <p>3) O trabalho com mulheres em situação de violência demanda estratégias diferentes para a realização do trabalho cotidiano, oportunizando novas aprendizagens; enquanto a no seu percurso de vivências no trabalho anterior, as atividades eram guiadas por um “script” – <i>“é que precisa de ter um, ter assim, uma cautela a mais em cada.... Cada encaminhamento que você for fazer, o que você for falar diferente de você seguir um script de uma coisa que já é aquilo ali, sempre eu vejo muito essa diferença...”</i></p> <p>4) Reconhecimento das dificuldades no cotidiano do trabalho, referente à violência e processo organizativo. <i>“Perfeito não é, nem nunca vai ser. Dificuldades a gente encontra todos os dias”</i></p> <p>4) As mulheres atendidas na CMB demandam cuidado e conhecimento teórico da violência contribui para isso: <i>“Não que eu não soubesse que a violência doméstica existe... Lógico que eu sabia, mas não entendia.”</i></p> <p>4) Movimento dialógico que compreende a violência contra a mulher como problema cultural, a CMB como espaço que cumpre com a função da atenção às vítimas – produzindo significado subjetivo - e a crítica das limitações do próprio trabalho. <i>“Depois que ela decidiu o que vai acontecer nós não sabemos, mas ela veio, ela conheceu os espaços que ela tem, todos os direitos dela...”</i></p>
<p><b>Vivência relacionada ao trabalho com mulheres em situação de violência</b></p>	<p>3) Identificação de sentimentos de tristeza, raiva, pena e uso da criatividade como ferramenta para desenvolver suas atividades. <i>“Aí aparece uma ideia e você vai tentando dar caminhos para que essa mulher não desista né?”;</i></p> <p>5) <i>Os casos que envolvem violência com crianças surgem como aqueles que são difíceis de lidar, por isso há um afastamento da escuta sobre essas situações.</i></p>
<p><b>Vivência relacionada à violência na história de vida</b></p>	<p>6) Identificação do trabalho como necessidade para arcar com as demandas financeiras e também, oportunidade de aprendizado de novos conceitos, desenvolvimento de empatia com as mulheres em situação de violência e reconhecimento da educação não-sexista na própria trajetória – <i>“... (o pai) sempre deixou bem claro que mulher não é propriedade de ninguém...”</i></p>

	<p>5) A vivência relacionada ao Assédio sexual é muito presente na sua trajetória laboral. <i>“E falando sobre trajetória, acho que o que fica muito marcado é... negativamente é a minha passagem pelo XXX</i></p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Prezado/a;

Você está sendo convidado/a como participante da pesquisa intitulada “ **A TRAJETÓRIA LABORAL DAS TRABALHADORAS DA CASA DA MULHER BRASILEIRA – CEARÁ**”.

Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

A pesquisa é realizada pela psicóloga **GABRIELA FREITAS DA SILVA**, aluna do Mestrado Acadêmico em Psicologia da Universidade Federal do Ceará; tendo como professor-orientador **Drº CÁSSIO ADRIANO BRAZ DE AQUINO**. A referida pesquisa busca analisar a trajetória laboral das trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira – Ceará, sendo uma oportunidade de conhecer os percursos e vivências das mulheres que trabalham na rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Para tanto, vamos realizar uma entrevista individual, sendo feitas questões sobre sua história de vida no trabalho e vivências sobre o trabalho atual. Nossas perguntas poderão estimular lembranças de questões do seu passado, podendo emocioná-lo/a. As entrevistas serão gravadas e posteriormente, transcritas. Somente os pesquisadores envolvidos terão acesso à íntegra do conteúdo e os dados serão utilizados apenas para os trabalhos referentes a essa pesquisa. Os dados coletados serão armazenados em meio digital, sob guarda da pesquisadora, por um período de 5 anos após o término da pesquisa. Você terá acesso aos resultados da pesquisa.

Não há nenhum pagamento por participar da pesquisa. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que deverá ser assinado.

A qualquer momento você poderá recusar a continuar participando da pesquisa, poderá retirar o seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Garantimos que as informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto aos responsáveis pela pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

**Nome: Gabriela Freitas da Silva**

**Instituição: Universidade Federal do Ceará - UFC**

**Endereço: Av. da Universidade, 2762 - Benfica - CEP: 60020-180 - Fortaleza/CE Área 2 do Centro de Humanidades - Bloco Didático Prof. Ícaro de Sousa Moreira - 1º andar.**

**Telefone para contato: (85) 9.9133.1465 - (85) 3366-7951**

**ATENÇÃO:** Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nuns de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).

O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Fortaleza, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do participante da pesquisa: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome do pesquisador: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome da testemunha (se o voluntário não souber ler): \_\_\_\_\_

Assinatura testemunha (se o voluntário não souber ler): \_\_\_\_\_

Nome do profissional que aplicou o TCLE: \_\_\_\_\_

Assinatura do profissional que aplicou o TCLE: \_\_\_\_\_